



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MICHELE PAIVA PEREIRA**

**FEIRA LIVRE DE SÃO FELIPE-BA:  
ESPAÇO DE (R) EXISTÊNCIAS E LUGAR DE RESISTÊNCIAS**

Salvador  
2021

**MICHELE PAIVA PEREIRA**

**FEIRA LIVRE DE SÃO FELIPE-BA:  
ESPAÇO DE (R) EXISTÊNCIAS E LUGAR DE RESISTÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, como requisito final para obtenção do título de Mestra em Geografia.

Área de Concentração: Análise do Espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Análise Urbana e Regional

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gilca Garcia de Oliveira.

Salvador  
2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI - UFBA.

P436 Pereira, Michele Paiva

Feira livre de São Felipe-BA: espaço de (r)existências e lugar de resistências/ Michele Paiva Pereira. – Salvador, 2021.

161 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Gilca Garcia de Oliveira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.  
Instituto de Geociências, 2021.

1. Feira Livre. 2. Campo - Cidade. 3. Camponeses. I. Oliveira, Gilca Garcia de. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

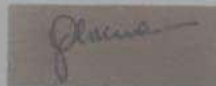
CDU 339.3

**TERMO DE APROVAÇÃO**

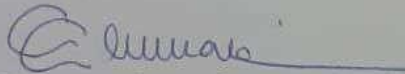
**BANCA DE DEFESA - DISSERTAÇÃO**

**FEIRA LIVRE DE SÃO FELIPE- BA:  
LUGAR DE RESISTÊNCIAS E ESPAÇO DE (R) EXISTÊNCIAS**

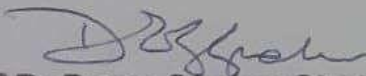
  
**Michele Paiva Pereira**



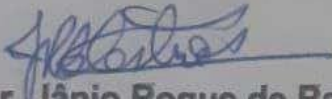
**Profa. Dra. Gilca Garcia de Oliveira (Orientadora/Presidente da Banca)**  
Departamento de Economia (UFBA)



**Prof. Dr. Guiomar Inez Germani**  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



**Prof. Dr. Dante Severo Giudice**  
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)



**Prof. Dr. Jânio Roque de Barros Castro**  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

**Aprovada em Sessão Pública de 24 de maio de 2021**

A Antonino Tanner de Oliveira (*in memoriam*) - meu pai-  
pelo seu testemunho de fé e resistência nesta vida.

A Tiago Paiva da Silva (*in memoriam*) - meu primo, irmão  
do coração - pelas alegrias e o compartilhar do desejo de  
uma sociedade menos desigual e mais fraterna.

## AGRADECIMENTOS

Só foi possível “Voar num limite improvável e tocar o inacessível chão” porque nunca andei só. Destino este espaço para expressar a minha profunda gratidão por seres que colaboraram nesta importante etapa da minha vida.

Agradeço a Deus e aos amigos espirituais pela proteção, amparo e iluminação em todos os tempos e caminhos.

Ao meu pai, Antonino Tanner de Oliveira (in memoriam), por todo amor/ensinamentos que recebi nesta vida e pelas perguntas simples e sábias durante a escrita que me incentivava e promovia profundas reflexões sobre a valorização dos saberes ancestrais.

A minha mãe, Telma Maria Souza Paiva, pelo dom da vida e por todos os sacrifícios realizados para que eu pudesse estar e continuar neste espaço.

À Professora Gilca Garcia de Oliveira, minha orientadora, pela paciência, ensinamentos e compreensão durante este período.

Aos Professores Guiomar Germani, Jânio Roque e Dante, avaliadores desta dissertação, pelo carinho, leitura cuidadosa e ensinamentos proporcionados durante todo o período do mestrado.

À Professora Marlene Pires d'Aragão Carneiro pelas palavras de incentivo desde a graduação e pelos inúmeros materiais de pesquisa indicados e doados sobre feiras livres.

Ao professor Dante Giudice pela amizade e presença constante em todas as etapas; pelos inúmeros abraços na forma de apoio, doações, debates sobre os conceitos desde a graduação. Sem dúvida, a minha maior inspiração profissional.

Aos grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (GeografAR/UFBA/CNPq), Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN/UCSAL/CNPq) e Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEPOGEO/UCSAL/CNPq) pelas partilhas.

Aos amigos Luís Henrique Paixão e Vanuza Conceição, pelas inúmeras conversas, desabafos, debates e sugestões de escritas/leituras.

Ao amigo Paulo Torres, pelas sugestões de leitura, conselhos e pelo tempo de estadia em sua casa na roça para a escrita desta dissertação.

À amiga Adalgisa Sales pela escuta amiga em momentos difíceis e pelos cuidados terapêuticos.

Aos amigos Félix Santos e sua esposa Dilza por apresentarem o município São Felipe e todas as suas tessituras presentes no cotidiano, pelas indicações de leituras, pelo café, passeios e boa prosa.

Aos amigos Antônio Souza Pereira dos Santos, Renata Oliveira Silva, Natalia Lídia Garcia de Carvalho e Wenderson Sávyo Aguiar da Silva pelos diálogos, risadas e trocas de conhecimento.

Aos funcionários da PPGEIO/UFBA, Joseane Figueiredo Rosa e Itanajara José Muniz da Silva pelo apoio durante esse período e empatia.

À Edmare Correia pelo auxílio com aplicação dos questionários e diálogo com os/as feirantes.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe, em especial o Sr. Celso Bispo da Hora, pela colaboração e incentivo durante a pesquisa.

Aos servidores da Prefeitura Municipal de São Felipe pela colaboração com as informações e indicações de materiais que ajudaram na pesquisa.

E principalmente, aos feirantes e frequentadores da feira livre de São Felipe, por me acolherem e contarem sobre suas vidas, tanto as lutas, desafios como vitórias. Aprendizado que levo para a minha vida pessoal e que serei eternamente grata.

*“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre no meio da tristeza. Só assim, de repente, na horinha em que se quer, de propósito — por coragem. será? Era o que às vezes achava. Ao clarear do dia.”*

Guimarães Rosa



PEREIRA, Michele Paiva. **Feira Livre de São Felipe- BA: espaço de (r)existências e lugar de resistências**. 2021. Orientadora: Gilca Garcia de Oliveira. 161f. il. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

## RESUMO

A feira livre, também chamada de feira tradicional de rua, é uma feira com características específicas, evento que ocorre em espaço público com determinada periodicidade e as principais mercadorias são os alimentos, podendo ter dimensão escalar local e/ou regional. O recorte espacial desta pesquisa é o município de São Felipe-BA, localizado no Território de Identidade do Recôncavo. O objetivo geral desta pesquisa é compreender as dinâmicas espaciais da produção, distribuição, troca (circulação) e consumo na feira livre do município de São Felipe e como estas dinâmicas e o frequentar a feira garantem a reprodução social das famílias de agricultores. Para tanto, adotou-se uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa com os seguintes procedimentos metodológicos: análise cienciométrica, registros fotográficos, dados documentais e estatísticos, aplicação de entrevistas, questionários, conversas informais, uso de diário de campo e observações não-participante em lócus. Os dados foram sistematizados e tratados por análise de conteúdo, conforme a metodologia de Laurence Bardin. Examinada a partir das categorias espaço geográfico e lugar, tendo como fio condutor as leituras do Professor Milton Santos, a Feira Livre de São Felipe (FLSF) mostrou que entre diferentes fluxos há dinâmicas criadas por objetos e ações, que oferece possibilidades latentes e oportunidades preexistentes. A FLSF é espaço e lugar que possui traços de sociabilidade rural e sua configuração socioespacial é transpassada por relações pessoais, embora os feirantes revelassem que a principal motivação de participação fosse a complementação da renda. Do dia a dia ao “erguer as barracas” há um jogo de planejamento e ações originando dinâmicas que combinam existências, resistências, racionalidades e contra-racionalidades sob a lógica do capital diferenciadas no cotidiano, reunindo e dando sentido às atividades dos indivíduos em sociedade, ao passo que garante a reprodução social destas famílias.

**Palavras-chave:** Feira livre. Campo-cidade. Camponeses.

PEREIRA, Michele Paiva. **Street fair of São Felipe-BA: space of existence and place of resistance**. Advisor: Gilca Garcia de Oliveira. 161f. il. Dissertation (Master's degree in Geography) - Graduate Program in Geography, Federal University of Bahia, Salvador, 2021.

## **ABSTRACT**

The free fair, also called traditional street fair, is a fair with specific characteristics, an event that takes place in public space with certain periodicity and the main goods are food, and may have a local and/or regional scale. The spatial focus of this research is the municipality of São Felipe-BA, located in the Recôncavo Identity Territory. The general objective of this research is to understand the spatial dynamics of production, distribution, exchange (circulation) and consumption in the open market in the municipality of São Felipe and how these dynamics and attending the fair guarantee the social reproduction of farming families. Therefore, a qualitative-quantitative research was adopted with the following methodological procedures: scientometric analysis, photographic records, documentary and statistical data, application of interviews, questionnaires, informal conversations, use of field diary and non-participant observations in locus. Data were systematized and treated by content analysis, according to Laurence Bardin's methodology. Examined from the geographic space and place categories, having as a guide the readings of Professor Milton Santos, the street fair of São Felipe (FLSF) showed that between different flows there are dynamics created by objects and actions, which offers latent possibilities and preexisting opportunities. The FLSF is a space and place that has traces of rural sociability and its socio-spatial configuration is permeated by personal relationships, although the fairgrounds revealed that the main motivation for participation was the supplementation of income. From day to day to "setting up the tents" there is a game of planning and actions giving rise to dynamics that combine existences, resistances, rationalities and counter-rationalities under the logic of capital differentiated in everyday life, bringing together and giving meaning to the activities of individuals in society, while ensuring the social reproduction of these families.

**Keywords:** Open market. Countryside-city. Peasants.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 DIRECIONAMENTO TEÓRICO .....	18
1.2 CAMINHO METODOLÓGICO .....	22
<b>2. O MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE: O NOSSO SÃO FELIPE DAS ROÇAS.....</b>	<b>28</b>
2.1 LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO.....	28
2.2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO .....	35
2.3 O ESPAÇO AGRÁRIO E AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO.....	41
<b>3 CAMINHOS DE FEIRAS .....</b>	<b>52</b>
3.1 AS FEIRAS LIVRES: BRASIL, NORDESTE, BAHIA .....	52
3.2 OBJETO DE ESTUDO PARA A GEOGRAFIA .....	69
3.3 FEIRANTES E FREQUENTADORES: SUJEITOS DE MUITAS TRAJETÓRIAS.....	75
3.4 A FEIRA LIVRE DE SÃO FELIPE (FLSF).....	82
<b>4 AGRICULTURA FAMILIAR E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO .....</b>	<b>106</b>
4.1 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL .....	106
4.2 OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO .....	113
4.3 “É UM MONTE DE FRUTAS, UM PUNHADO DE FARINHA E FAZ PARTE DA MINHA HISTÓRIA”.....	122
<b>5 RESISTÊNCIAS: O MOVIMENTO DAS CONTRA-RACIONALIDADES....</b>	<b>124</b>
5.1 “NÃO É MEIA DÚZIA DE BANANAS, EU COMPRO MEU PÃO” .....	124
5.2 RESISTINDO E COEXISTINDO: PANDEMIA COVID-19 - A LUTA NÃO PODE PARAR .....	131
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
<b>Apêndice A- Questionário I.....</b>	<b>158</b>
<b>Apêndice B- Questionário II.....</b>	<b>159</b>
<b>Apêndice C- Entrevista com Presidente do Sindicato .....</b>	<b>161</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O poema da feira  
é o grito.

Na feira se dá o encontro, das cores  
sabores, dos cheiros.  
Energia pura.  
Brasileiros  
que madrugam, que se escutam.

Feira livre  
dos pre-conceitos, branco, negro, amarelo,  
o mesmo tom, mesma bandeira.

Frutos da terra, frutos da mão,  
tudo se encontra,  
do céu ao chão.

Feira maneira, menina brejeira,  
garapa e pão.

Meu passeio favorito,  
feirinha do bairro, feira grande  
dos quadros.

Tem coisas em casa, da  
feira compradas,  
verduras, flores, vassouras,  
panos de pratos. (FÁTIMA E LÚCIA, 2010)

Durante o silêncio e o barulho inerentes ao processo de escrita dos resultados desta pesquisa, este singelo e lindo poema muito tem a ver com a trajetória da pesquisadora e os diferentes motivos que fundamentam a escolha do tema de pesquisa. Sem dúvida, o grito é a expressão imagética mais significativa da feira, quer seja pelo grito do feirante na luta diária de vender a sua mercadoria, quer seja pelo grito contido no armar a barraca da feira, expressão de um cotidiano de enfrentamentos.

Do ponto de vista pessoal, o olhar sobre as feiras livres perpassa desde as ramificações familiares, neta e sobrinha de agricultores, até a trajetória acadêmica. Quando criança, os símbolos (cheiros, cores, sons, sabores e ritmos) e encontros na feira livre do bairro do Nordeste de Amaralina remetiam aos poucos dias com avós e tios, no período de férias escolares, que moravam em um município do interior do Estado da Bahia.

Entre as compras e o passeio, brotavam na cabeça da menina, vários questionamentos: como em um intervalo de 24 horas e com regularidade semanal, aquele espaço se

transformava em um lugar tão rico de vida? Por que esses agricultores viajavam de tão longe para vender seus produtos naquela feira? Eles recebem alguma ajuda do governo para estarem ali?

Algumas dessas perguntas, a adolescente indagou aos feirantes e as respostas despertavam mais questionamentos. Entre 2004 e 2006, alguns semestres cursados no curso de graduação de Engenharia Agrônômica permitiram o contato com as produções acadêmicas sobre produção agrícola, desenvolvimento rural e conversas com agricultores que além de prazerosas, remetiam às questões que geralmente estavam ligadas às feiras livres. As anotações eram registradas em cadernos como um hábito de lazer.

As leituras sobre produção agrícola e desenvolvimento rural trouxeram considerações sobre a trajetória do mundo rural e desenvolvimento que despertavam um olhar sobre as feiras livres como lugar de vivência que conectava a cidade e a roça de forma direta e intensa. Visualizava-se este espaço como arena com atuação de vários sujeitos de classes sociais diferentes e que desempenhavam uma função social importante no que tange ao combate à fome.

Depois de alguns anos, em 2013, o ingresso no curso de Licenciatura em Geografia levou aos estudos e debates sobre as categorias de análise da ciência geográfica que permitiram reflexões de modo a provocar um interesse em estudar as feiras livres, agora de forma sistemática e com rigor científico. Destaca-se como ponto de partida desta pesquisa, o período da iniciação científica realizado dentre os anos de 2015-2017, no âmbito do projeto “Reconhecendo e potencializando o rural na dinâmica urbana e regional do município de São Felipe”<sup>1</sup> (ALENCAR, 2016) que foi crucial para a escolha deste estudo e permitiu pesquisas iniciais sobre a feira livre de São Felipe (FLSF) que foram publicadas em periódicos, além da produção de uma dissertação intitulada *Morada e vida: as dinâmicas territoriais e as relações identitárias da feira livre de São Felipe-BA*.

Este caminhar entre ideias, noções e conceitos foi fortalecido com a participação no grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (POSGEO/UFBA/CNPq) que focaliza a análise do processo de (re)produção do espaço no

---

<sup>1</sup> O projeto desenvolvido pelo grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN/UCSAL/ CNPq) sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar tinha como objetivo identificar e sistematizar as condições de possibilidades para o desenvolvimento socioambiental estratégico do município de São Felipe-BA, localizado no Território de Identidade Recôncavo, a partir da visibilidade do rural como espaço de vida e trabalho.

campo baiano a partir da correlação de forças que se define pela ação política dos sujeitos sociais organizados.

Assim como o poema diz que “Tem coisas em casa, da feira comprada....”, a trajetória contada assume que este estudo é fruto de um caminhar e teve como principal compromisso compreender os sujeitos invisibilizados, ouvir os silêncios e gritos da existência nos enfrentamentos do cotidiano, a partir de uma imersão em múltiplos saberes de forma a valorizar a condição humana e um desenvolvimento socioambiental dialógico, ecológico, cultural e participativo (SAQUET, 2018) como a discussão da temática necessita.

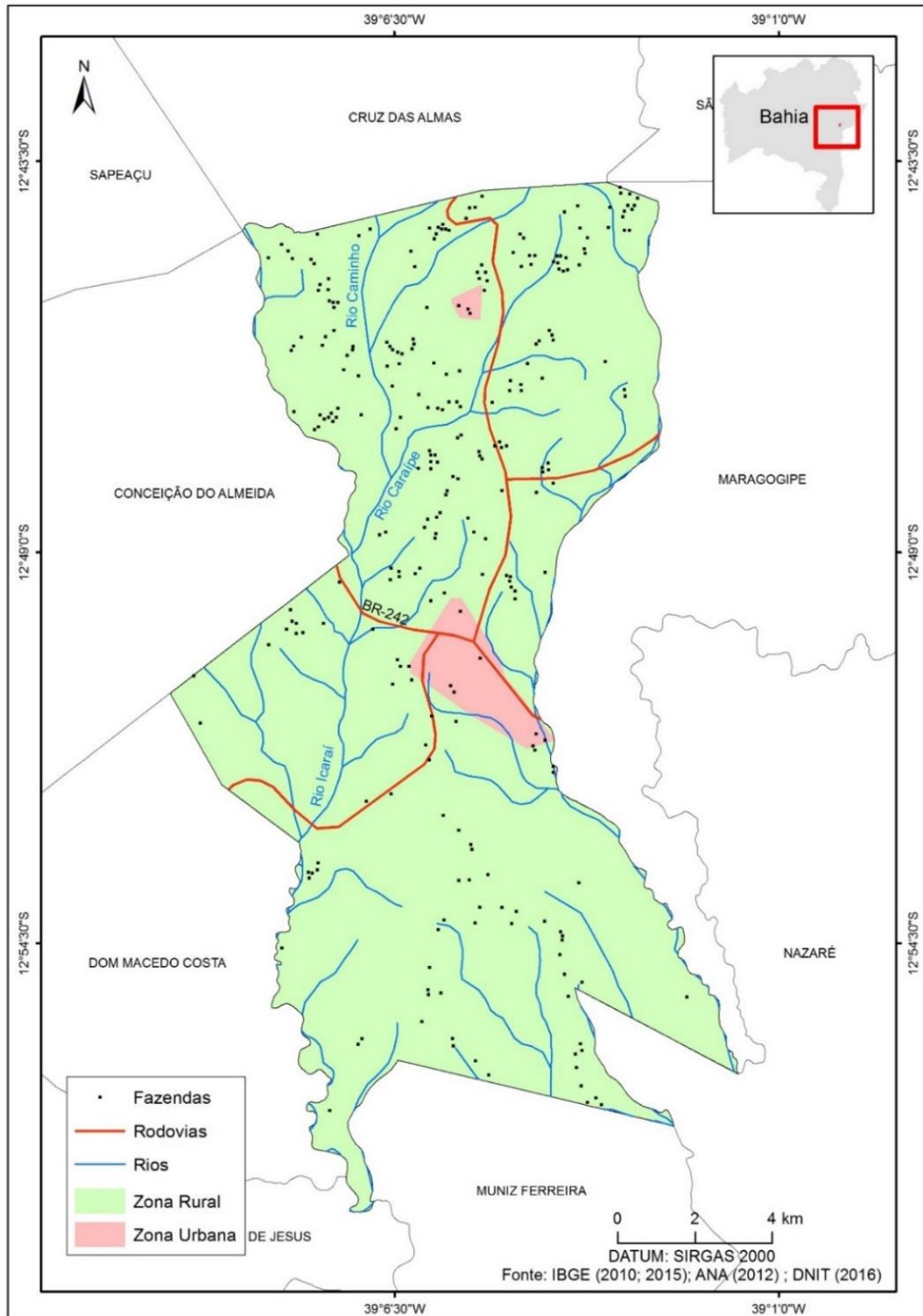
A palavra feira deriva do latim *feria* que significa dia festivo. As feiras livres - conforme estudos de Anna Lima e José Levi Sampaio (2009) - existem desde os primeiros agrupamentos humanos e sua origem deve-se ao desenvolvimento da agricultura e à domesticação de animais. Ao longo da história, estes espaços caracterizaram-se pela produção econômica e pelas relações sociais, onde há comunhão de saberes, vivências; um “cenário de trocas entre bens simbólicos entre o mundo rural e o mundo urbano” (NORA; ZANINI, 2015, p. 137).

Nas ciências humanas, a temática é abordada por vários aspectos, como alerta José Erimar Santos (2012, p. 76) “elementos constituintes do sistema de localidades centrais, espaços de relações econômicas, de relações socioculturais, sob a ótica da formalidade e da informalidade”, convergindo com as pesquisas de Araújo e Ribeiro (2018) que citam um leque amplo de publicações, entre os quais apresentam como espaço de fortalecimento da produção agrícola familiar e das culturas, sociabilidades e potencialidades.

Também foram encontradas abordagens sobre a feira como lugar de conhecimentos, durante o levantamento bibliográfico de artigos publicados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) publicados nos últimos dez anos (2000-2018), além dos resultados encontrados nas pesquisas anteriormente mencionadas.

Cada feira livre é única, possui um ritmo próprio construído pelos sujeitos, mulheres e homens que a frequentam e pelas dinâmicas espaciais tecidas. Este estudo contempla o município de São Felipe (Figura 1), que possui aproximadamente 222,407 km<sup>2</sup> de extensão territorial, distante cerca de 178 km da capital do Estado, Salvador, e, em termos de situação físico-geográfica, está encravado entre os vales rios Copioba e Jaguaripe (principais rios que banham o município: Copioba, Caraf e das Pedras).

Figura 1- Localização do município de São Felipe- BA, 2020



Elaborado por: Luís Henrique Couto Paixão e Michele Paiva Pereira, 2020.

O município está localizado na Região do Recôncavo da Bahia, região de grande importância histórica, econômica e cultural para o Brasil (MATTOSO, 1978; ALENCAR, 2003) e onde o “trabalhador rural está na base da história socioeconômica do estado da Bahia de Todos os Santos, caracterizado como território eminentemente agrícola” (SANTOS, 2013, p. 12). No espaço urbano presente, mais especificamente no centro da cidade de São Felipe, “coexistem usos comerciais e residenciais, além da comercialização de serviços e produtos agrícolas, especialmente, com a presença da Feira Livre (sextas-feiras e sábados), integrada a própria dinâmica do espaço urbano” (LEANDRO; FERRAZ, 2019, p. 7- 8).

Tais características do espaço urbano demonstram a importância do rural agrícola para o município, também evidenciados nos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019) que mostram a existência de 2.143 estabelecimentos agropecuários, dos quais 1.783 são estabelecimentos de agricultores familiares e 360 estabelecimentos de agricultura não familiar, classificados conforme a Lei nº 11.326/2006. A condição de agricultor e, particularmente, camponês presente no município é para esta pesquisa uma categoria social que particulariza a dimensão da reprodução social das famílias de feirantes agricultores, a qual o estudo propõe analisar.

Neste sentido, a leitura de “A morada da vida” de autoria de Beatriz Maria Alásia Heredia (1979), realizada no início da pesquisa, foi fundamental. Esta autora analisa a organização interna de unidades de produção camponesa, a partir das categorias da divisão de trabalho familiar e relações sociais existentes, que se aproxima das discussões necessárias para compreensão das tramas existentes entre produção, consumo e comercialização do objeto desta pesquisa.

A feira livre de São Felipe localiza-se no centro da cidade, entorno do Mercado Municipal, situada nas ruas Coronel Ceciliano Gusmão, Nova Brasília e Padre Sena. As atividades da feira livre acontecem nos dias de sexta-feira e sábado. No entanto, o dia de maior movimento é sábado, também dia de maior movimento na cidade quando moradores do Território de Identidade Recôncavo<sup>2</sup> além de “fazerem a feira”, aproveitam para rever parentes e fazerem uso de serviços (PEREIRA; ALENCAR, 2016). Pereira (2020) salienta que

Na feira de São Felipe, a cultural rural é evidenciada na memória dos seus frequentadores, quer seja na busca de alimentos e produtos típicos que vincula a

---

<sup>2</sup> O Território de Identidade (TI) é a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, desde o ano de 2007 (FLORES, 2014).



identidade do “ser da roça”, quer seja pela pessoalidade das relações de amizade, compadrio e confiança no processo organizativo informal ou na comercialização onde o “ter palavra” é expresso na venda à crédito da caderneta e dos “acordos de boca”. Dito de outra maneira, a produção da vivência na/pela feira constrói uma identidade coletiva, sentida como lugar e tempo de pertencimento pelos sujeitos que a frequentam e reconhecida por outros – os pesquisadores e admiradores, por exemplo. (PEREIRA, 2020, p. 123).

As singularidades deste espaço bem como os inúmeros questionamentos necessários para a pesquisa empírica constituíram em várias conexões que foram delimitadas e constituídas como perguntas centrais desta pesquisa: Como as dinâmicas espaciais da produção, distribuição, troca e aquisição ocorrem na feira livre do município de São Felipe-BA? E como estas dinâmicas e o frequentar a feira garantem a reprodução social das famílias de agricultores?

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral: compreender as dinâmicas espaciais da produção, distribuição, troca (circulação) e consumo na feira livre do município de São Felipe e como estas dinâmicas e o frequentar a feira garantem a reprodução social das famílias de agricultores.

São objetivos secundários:

- A. caracterizar a feira livre de São Felipe;
- B. analisar a produção agroalimentar dos feirantes agricultores da feira livre de São Felipe;
- C. identificar o perfil socioeconômico dos feirantes da feira de São Felipe;
- D. apresentar as contra-racionalidades – resistências do/no lugar - e enfrentamentos construídos sob a lógica do capital.

O desenvolvimento desta pesquisa está distribuído em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No capítulo 2 discorre-se sobre a construção sócio-histórica do município e suas características edafoclimáticas, culturais, econômicas e sociais com enfoque para a cultura rural camponesa- saberes, técnicas, crenças e valores expressas no cotidiano do município - nas dimensões do seu espaço agrário e agrícola e as relações sociais de uma sociedade de classes.

No capítulo 3 disserta-se sobre os caminhos históricos, saberes sobre as feiras, a partir de uma leitura multidisciplinar das produções técnicas e científicas publicadas, além de se

expor uma compreensão dos sujeitos sociais- frequentadores e feirantes - com o espaço da feira livre e apresenta-se o objeto desta dissertação, a feira livre de São Felipe.

No capítulo 4 é discutido sobre a agricultura familiar e desenvolvimento socioambiental, apresentando as reflexões teóricas sobre a temática e correlacionando com a realidade dos/das feirantes agricultores do município de São Felipe. É apresentada uma compreensão das relações de comercialização e consumo nas diversas escalas e a produção da feira como lugar de resistência.

No capítulo 5 discute-se a feira como espaço de (r) existências e a discussão sobre as racionalidades e as contra-racionalidades presentes neste espaço, bem como as dinâmicas espaciais neste lugar foram alteradas com a Pandemia COVID-19.

### 1.1 DIRECIONAMENTO TEÓRICO

A argumentação teórica desta pesquisa elegeu o espaço geográfico e o lugar como categorias geográficas principais de discussão porque conforme nos alertou o Professor Milton Santos (1979, p. 14) “não há Geografia a-espacial”. Tal organização do espaço geográfico é feito a partir do viver em sociedade, ao passo que cada sociedade, a partir de sua construção sócio-histórica produz neste mesmo espaço, o lugar de sua inerente reprodução. Sendo assim, entende-se que no estudo de feiras livres, estas categorias apresentam abordagens que são complementares e necessárias para analisar o movimento do silêncio dos sujeitos invisibilizados e o barulho do pulsar da vida neste espaço-lugar de existências, (r)existências e resistências.

Os estudos sobre a evolução histórica do pensamento geográfico de Ferreira e Simões (1990) afirmam que Eratóstenes (276-196 a.C.), diretor da Biblioteca de Alexandria e primeiro filósofo grego que se autodenominou geógrafo, construiu uma quadrícula de meridiano e paralelos para localizar qualquer lugar. A partir desse período, os questionamentos "onde?" e “o que existe neste lugar?” ganham destaque e a Geografia é apresentada como a disciplina dos lugares, afirmação que vai manter-se até o séc. XVIII.

Do século XV ao século XVII, a Geografia é fortemente centrada em dois caminhos: o matemático- ligado à cartografia e às observações astronômicas e o descritivo. Entre viagens marítimas, descobertas de novos mundos e novos olhares na ciência, a Geografia desenvolvia estudos para embasar a administração política, a guerra, os trabalhos de engenharia (construção de estradas, canais), os mapas (FERREIRA; SIMÕES, 1990).

Tatham (1960) considera que na Geografia duas obras marcam a transição do período medieval para o moderno: “Introdução à Geografia Universal”, autoria de Cluverius-descreveu regionalmente os países do mundo, ofereceu uma importante contribuição para a história, estabelecendo um padrão para a geografia regional que perdurou por um bom tempo e “Geographia Generalis”, autoria Varenius - concentrou-se nas ciências naturais e relacionava subdivisões para estudos na Geografia em propriedades celestes (clima), terrestres (relevo, vegetação, vida animal) e humanas (habitantes, comércio e governo dos países).

Esse caminhar foi concomitante com a “expansão sem precedentes dos conhecimentos humanos” (TATHAM, 1960, p. 555) e os questionamentos sobre o lugar do homem na Natureza, desenvolvimento e cultura. Tal processo, bem como o aumento de estudos geográficos em meados do séc. XVIII permitiu um maior destaque para a Geografia na Ciência e a superação de uma marginalidade que a colocava somente como contribuição para ciência de governo e/ou leitura sobre acontecimentos históricos.

Estes estudos atendiam à necessidade de responder o questionamento “onde?” que remete à localização de fenômenos e conseqüentemente a noção de espaço que ao longo da história, sempre foi estudada. O filósofo Immanuel Kant<sup>3</sup> associa que o espaço é o chão, “o onde pisa”; considerado a materialidade explicada como um conceito não discursivo que afirma esta categoria como essencial para o pensamento geográfico:

o espaço é uma representação necessária, “a priori” que serve de fundamento a todas as instituições externas. É impossível conceber que não exista espaço, ainda que se possa pensar que nele não exista nenhum objeto. Ele é considerado como a condição da possibilidade dos fenômenos, e não como uma representação deles dependente; e é uma fundamentação “a priori”, que é fundamento dos fenômenos externos. (KANT, 2001, p. 30).

As reflexões filosóficas de Kant sobre a natureza do espaço, em que este é concebido a partir de um sistema de relações, bem como o rigor metodológico dos Forsters<sup>4</sup> desencadearam uma série de estudos que descreveram o novo mundo (MAY, 1970). No século XVIII, a autonomia da Geografia enquanto ramificação da ciência ganha destaque e força com destaque para as obras de Humboldt e Ritter que apresentavam estudos organizados

---

<sup>3</sup> Immanuel Kant foi “professor de Geografia durante cerca de 40 anos, na Universidade de Conisberga, na Alemanha. A sua importância como geógrafo resulta, não do fato de ser trazido à geografia conhecimentos sobre novos espaços - ele não viajou - mas por ter refletido muito, como filósofo que era, sobre a natureza do conhecimento e a forma de o classificar “(FERREIRA; SIMÕES, 1990, p. 57).

<sup>4</sup> Johann Rheinhold e Johann George, pai e filho, por meio de convite do governo russo, realizaram estudos sobre os mares do sul que foram amplamente divulgadas na Inglaterra. Os estudos foram elogiados, inclusive por Ratzel, pela riqueza das descrições e análises e pelo método de sistematização que inspirou outros estudos (TATHAM, 1960).

e lógicos com rigor científico que sustentarão duas perspectivas que perduraram até o final de 1970: a centralidade nas discussões das relações sociedade-natureza e as relações seres humanos-lógica espacial (CLAVAL, 2002; ANDRADE, 2009).

A partir de 1970, a Geografia focaliza na dimensão espacial da sociedade e conforme nos aponta Moreira (1994), Cavalcante e Lima (2018) - amparados em leituras de base marxista - a renovação crítica coloca o espaço como categoria que comunga:

[...] espaço como condição de reprodução das relações sociais de produção (Lefebvre, 1974); o espaço como mediação das relações de dominação de classes e de poder (Lacoste, 1976); o espaço como estrutura de valorização do capital (Harvey, 1977); o espaço como formação social (Santos, 1978); a sociedade como natureza socializada e história naturalizada (Quaini, 1979). (CAVALCANTE; LIMA, 2018, p. 65).

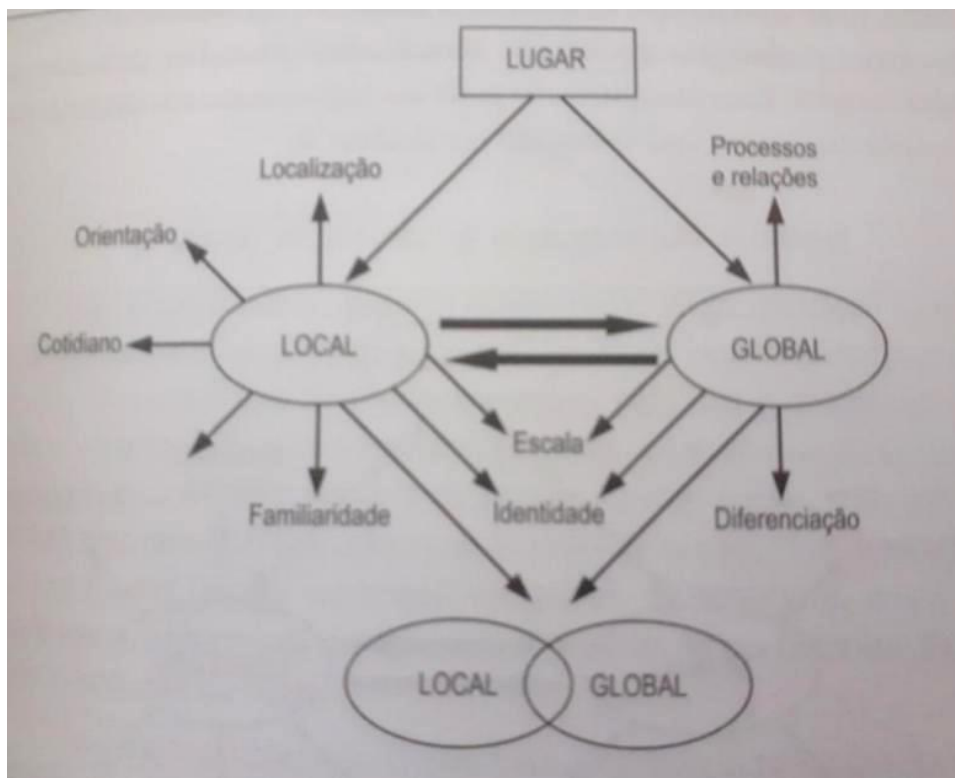
Concorda-se com Dolfuss (1973), quando afirma que o geógrafo “situa no espaço as estruturas que compõem um mosaico, cujo arranjo é por ele estudado com o objetivo de extrair seu significado [...]” (DOLFUSS, 1973, p. 32) e que este mosaico sempre esteve inserido, mesmo em momentos contraditórios do pensamento geográfico, e na falta de uma teoria estrutural deste pensamento que explicitasse o significado que têm as configurações espaciais na organização da vida das sociedades, conforme nos aponta Ruy Moreira (1994).

Neste sentido, cabe salientar que a categoria geográfica lugar - secundarizada nos estudos anteriores de 1970 esteve inicialmente ligada à concepção de região, localização geográfica e foi pouco discutida, tendo como principais nomes Paul Vidal de La Blache e Carl Sauer, sendo que “Para La Blache a Geografia estudava os lugares, não os homens” (SOUZA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 133).

A autora Cavalcanti (2008) afirma que a categoria lugar é imprescindível para o ensino de Geografia, pois a educação geográfica é realizada de maneira efetiva, a partir da análise da realidade concreta.

Segundo esta autora, nos primeiros anos do século XXI, a partir das compreensões de espaço, historicidade e relação dialética com a sociedade, o lugar (Figura 2) incorpora “uma dimensão espacial importante: o lugar é a vida cotidiana; o cotidiano é o lugar do desejo, do sentido, contrapondo com a necessidade, a ordem distante” (CAVALCANTI, 2008, p. 31).

**Figura 2-** Sistematização do conceito de lugar



Fonte: CAVALCANTI, 2008, p. 51.

Esta breve pontuação sobre o pensamento geográfico teve por finalidade expor o que Silva (1986), analisando o espaço ontológico, considerou a partir do seu racionalismo de que o espaço é uma categoria que contém o lugar e este lugar expressa o território, a região, a área. Apoiado em Hegel, este autor propôs “uma dialética do lugar, e por isso, uma dialética do espaço do qual tomamos consciência e que, no movimento do real, permite resolver os problemas que nos coloca” (SILVA, 1986, p. 44).

É um movimento que considera o espaço, inseparável da realização social e admite as determinações históricas do movimento do processo de acumulação capitalista, as próprias dinâmicas que o localizam na sociedade e as interações entre processos globais e resistências (CARLOS, 2019). Sob esta perspectiva, esta pesquisa tem como fio condutor as compreensões do Professor Milton Santos sobre as noções de espaço e lugar.

No livro “A natureza do espaço: técnica e tempo/ razão e emoção”, o autor comunica a noção de espaço sendo “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p.12). Ele propõe uma reflexão sobre a racionalidade do espaço a partir de um “conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização” (SANTOS, 1996, p. 13), onde o cotidiano é abordado em

pareamento da ordem mundial-ordem local e o lugar é “que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica” (SANTOS, 1996, p. 36).

Milton Santos (2004) considera que

O Ser é a sociedade total; o tempo são os processos, e as funções, assim como as formas são a existência. As categorias fundamentais do estudo do espaço são pois, a totalidade e o tempo; mas, como o acontecer sobre o espaço não é homogêneo, a noção de lugar e de área se impõem, impondo ao mesmo tempo a categoria da escala, isto é, a noção de fração do espaço dentro do espaço total. (SANTOS, 2004, p. 218).

Admite-se que a feira livre é um lugar com articulação com outros lugares que atende a determinadas funções e relevante na formação de consciências e, espaço movido por resistências na/da feira ao acolher os vetores da racionalidade dominante e desenvolver os seus próprios processos individuais, coletivos da contra-racionalidade.

## 1.2 CAMINHO METODOLÓGICO

Dolfuss (1973) aponta que independente da ênfase de domínio do estudo, o/a geógrafo(a) deve adotar procedimentos que derivam da dialética entre descrição e explicação. Neste aspecto, os feixes luminosos de múltiplos saberes com o norteamento das questões-onde, como e por que - permitem o estudo da intensidade dos fenômenos, classificação das estruturas organizadoras do espaço e interpretação do significado dos limites e das discontinuidades que fracionam o espaço, buscando o sentido das evoluções.

Quanto à natureza da pesquisa, este estudo possui uma abordagem quali-quantitativa, pois para a compreensão do universo de signos, símbolos e significados do objeto, bem como a relação interesalar entre local e global de forma mais precisa e condizente com o caráter da multidimensionalidade da(s) complexidade(s) no estudo, utiliza-se as abordagens qualitativas e quantitativas como complementares.

Para melhor exposição do caminho metodológico desta pesquisa, apresentam-se os agrupamentos de técnicas de pesquisa que visaram responder às questões desta dissertação e que se entrelaçaram em todo o caminho da pesquisa. Considera-se que o estudo possui os seguintes procedimentos metodológicos: leitura e análise de trabalhos acadêmicos, registros fotográficos, dados documentais e estatísticos; aplicação de entrevistas, questionários; conversas informais; uso de diário de campo e observações não-participante em lócus; compilação dos dados, análise e escrita.

O ponto de partida consistiu em analisar o arquivo da pesquisa realizada no período de Iniciação Científica (2015-2016) em que foi realizada pesquisa bibliográfica, análise bibliométrica, análise de dados das entrevistas, questionários e diário de campo.

Posteriormente, foi realizada uma análise bibliométrica<sup>5</sup> dos artigos publicados durante os anos de 2000-2018<sup>6</sup> no Portal de Periódicos CAPES sobre a temática feira livre (noções, conceitos e perspectivas de análise) para verificar a concepção teórica- filosófica e estratégias de investigação adotadas nas diferentes áreas do conhecimento sobre a temática. Nesta etapa, chamou a atenção o número de repetições de autores e citações, as perspectivas muito semelhantes, mesmo com recortes espaciais distintos. Licório, Siena e Almeida (2014) apontam que “os estudos por meio de técnicas bibliométricas permitem uma tomada de decisão mais precisa quanto às novas aquisições, avaliação, armazenamentos, descartes etc.” (LICORIO, SIENA, ALMEIDA, 2014, p. 129).

Sabendo que o artigo trata de pesquisa **em andamento** ou resultado de pesquisa (ABNT, 2018), partimos para uma análise cienciométrica<sup>7</sup> das teses e dissertações publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Quadro 1). O recorte temporal adotado para esse levantamento foi do ano da primeira publicação de cada programa até o ano de 2018.

**Quadro 1-** Procedimentos metodológicos da pesquisa I, 2018-2020

Arquivo da pesquisa Feira Livre de São Felipe/BA:  
expressões de transformações e resistências à urbanização

Pesquisa Bibliográfica

Análise Bibliométrica

Análise Cienciométrica

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Foi realizada pesquisa documental por meio de levantamento de notícias/ reportagens sobre o município de São Felipe em jornais estaduais (A Tarde, Correio da Bahia, Tribuna da

<sup>5</sup> Análise bibliométrica também chamada de bibliotecometria consiste em “o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada. A bibliometria desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisões”. (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134).

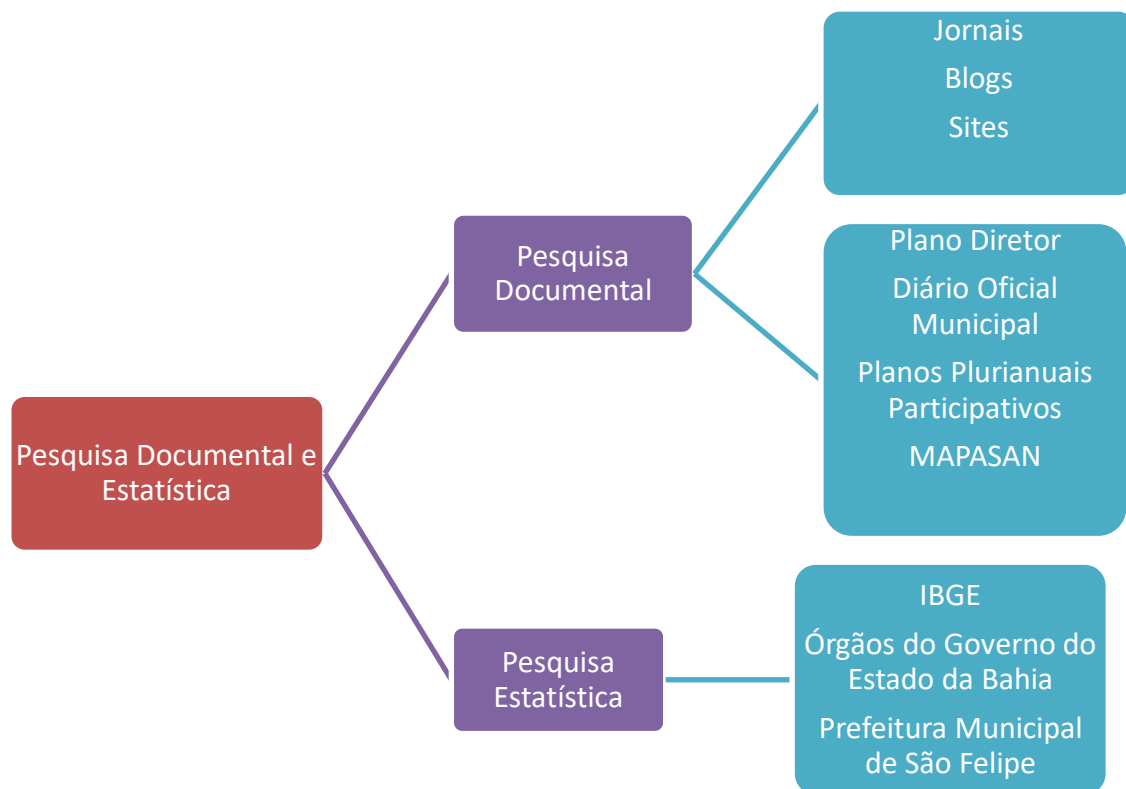
<sup>6</sup> Esta periodização deve-se a limitação temporal da plataforma que disponibiliza artigos que foram publicados a partir do ano de 2000.

<sup>7</sup> Na análise cienciométrica adota-se como princípio o tratamento e gerenciamento das informações formais oriundas de bases de dados científicas ou técnicas. Vanti (2002) afirma que se trata de “uma cartografia da ciência e da tecnologia que inclua as fronteiras de cada disciplina, a posição dos principais atores dentro do mapa e as representações específicas de cada um dos ramos do conhecimento.” (VANTI, 2002, p. 156)

Bahia), sites e blogs (JC Repórter, Tribuna do Recôncavo, São Felipe News) com recorte temporal para análise de dez anos (2008-2017), leis municipais publicadas no Diário oficial do Município, Planos Plurianuais Participativos (PPA 2014 – 2017, PPA 2018-2021), Plano Diretor Participativo do município vigente (2007), Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MAPASAN) do ano de 2015.

Outro procedimento metodológico adotado foi levantamento estatístico com informações de órgãos que constituem o Governo do Estado da Bahia e Prefeitura Municipal de São Felipe, além de sites especializados em dados dos municípios brasileiros como o do IBGE (IBGE) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)- quadro 2.

**Quadro 2-** Procedimentos metodológicos da pesquisa II, 2018-2020



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Os dados estatísticos coletados nos diversos órgãos ampliam a margem de problematização da análise, visto que ajudam na compreensão de mecanismos de estruturação de uma sociedade e podem auxiliar na investigação empírica (STROH, 2003); já os dados documentais foram tratados por análise de conteúdo (BARDIN, 1977), desta maneira os documentos são estudados de forma minuciosa, interpretando o conteúdo das mensagens com



pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem que focalizam a temática, sem perder a noção do tempo histórico e sujeitos envolvidos na tomada de decisões (SILVA *et al.*, 2009).

Foram realizadas visitas ao objeto de estudo (Quadro 3) para registros fotográficos, observação não participante, aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas, conversas informais, anotações em diário de campo, construção de mapas temáticos da pesquisa, tendo em vista que conforme nos alerta Rossevelt Santos (1999, p. 112): “Na realização de trabalhos de campo, considera-nos sujeitos da pesquisa e do conhecimento, muitas vezes procedemos como objetos daqueles que pesquisamos. Enfim, somos ao mesmo tempo, sujeitos-objeto da pesquisa.”

**Quadro 3-** Pesquisa de Campo, São Felipe, 2015-2020

Nº DE VISITAS	DATAS DAS VISITAS	ATIVIDADES REALIZADAS
02	16, 17 e 18 de outubro de 2015. 15, 16 e 17 de janeiro de 2016.	Aplicação de questionário I com feirantes Conversas informais com são- felipenses Entrevista com a Secretária de Agricultura do município
01	15 de setembro de 2018.	Esboço de planta esquemática da feira livre Conversas informais com são-felipenses
01	6 de dezembro de 2019.	Esboço de planta esquemática da feira livre Conversas informais com são-felipenses Entrevista Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município
02	20 e 21 de dezembro de 2019. 10 e 11 de janeiro de 2020.	Aplicação de questionário II com feirantes. Conversas informais com são-felipenses

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

A observação não participante permitiu refletir sobre as dinâmicas dos processos em ação e o diário de campo possibilitou o aprofundamento da busca de informações (foi de crucial importância principalmente antes e durante os questionários, entrevistas e após o levantamento das reportagens) que juntamente com os registros fotográficos proporcionam um levantamento funcional, descrevendo os elementos e o arranjo espacial (OLIVEIRA, 2014). Para além das questões formais, o diário consistiu em registrar os movimentos, temporalidades, leituras do espaço.

Foram utilizados na análise, os 28 questionários (Questionário I/ apêndice A) realizados em outubro de 2015 durante a pesquisa do período de Iniciação Científica em que foi empregada a amostragem por saturação; já a aplicação dos 99 questionários (Questionários

II /apêndice B) foi realizada entre dezembro/2019 e janeiro/2020 com objetivo de analisar a população total-censo.

Com base nas informações disponibilizadas pela municipalidade no cadastro no Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MAPASAN, 2015)<sup>8</sup>, a feira livre de São Felipe conta com 204 feirantes. Na pesquisa identifica-se que este número pode ser variável, tanto com relação ao quantitativo de barracas ou pontos de comercialização (mercadoria no chão), como também sobre o de feirantes, tendo em vista que a barraca ou ponto de comercialização é um patrimônio familiar e que a depender da necessidade ou período todos/todas da família podem participar. Foram identificadas uma média de 123 barracas ou pontos de comercialização (mercadoria no chão).

É válido ressaltar que, dos 22 feirantes (26,62%) que se recusaram a participar da pesquisa (questionário II)<sup>9</sup>, 11 deles informaram os motivos da recusa: três pessoas sinalizaram a desconfiança de que a pesquisa estivesse vinculada ao governo federal atual para a retirada de direitos (aposentadoria, auxílio doença) e benefícios de programas sociais (bolsa família, principalmente); quatro pessoas apontaram a desconfiança da pesquisa estar vinculada ao governo municipal para justificar a retirada da feira do local; quatro pessoas acreditavam que a pesquisa era desnecessária.

Foram realizadas também, além de conversas informais com são-felipenses, entrevista semiestruturada (apêndice C) com o atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe, Sr. Célio da Hora e entrevistas abertas com funcionários da Secretaria de Agricultura do município, dois ex-feirantes (sendo que um é atualmente atravessador) e uma são-felipense que nunca foi à feira livre do município. Os critérios de escolha quanto a quantidade e quais sujeitos seriam entrevistados(das) contemplou a necessidade de mergulho em algumas questões que não foram esclarecidas com outros procedimentos, tais como organização entre os feirantes sobre a utilização do espaço; a presença de atravessadores na feira comercializando mercadorias com os feirantes; a representatividade da mulher na feira livre com a vigilância de focar nas relações entre as questões, visto que

---

<sup>8</sup> Consiste em uma pesquisa bienal realizada pelo atual Ministério da Cidadania (fruto da união do Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e o Ministério da Cultura) com o objetivo de coletar informações junto aos estados DF e municípios brasileiros sobre a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Este instrumento tem o objetivo de coletar, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, informações sobre a gestão da Política Nacional de SAN e dos componentes do SISAN, incluindo as ações e equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>9</sup> Das 123 barracas ou pontos de comercialização foram aplicados 99 questionários II e 22 recusaram a responder.

O propósito da entrevista detalhada não seria, portanto, o de fornecer respostas a perguntas específicas, nem mesmo o de testar hipóteses ou avaliar algo específico, mas buscar tentativas de compreender a experiência de outras pessoas e os significados que elas atribuem para essas experiências. Na maioria dos casos, como nos alerta o autor, seria possível alcançar os resultados da nossa observação sobre o outro, embora dificilmente nos seja possível ter acesso à compreensão subjetiva desse indivíduo. Precisariamos, então, reconhecer os limites dessa compreensão. (MIGUEL, 2010, p. 30)

Os depoimentos e algumas conversas informais foram gravados via aparelho celular ou gravador. Antes da aplicação dos questionários e entrevistas era explicada a pesquisa e seus objetivos, bem como a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que se encontra arquivado. Todos(as) participantes receberam uma cópia do termo assinado pela pesquisadora.

Optou-se por não esmiuçar as relações de poder relacionadas às práticas políticas partidárias e das gestões governamentais que afetaram e/ou afetam a organização da feira livre pela possibilidade da exposição acarretar consequências sociais negativas para os/as feirantes. Este cuidado também se estende ao não revelar o nome dos(as) entrevistados(as) – utilizam-se códigos para diferenciar as narrativas - como forma de garantir os sigilos pessoais e dos dados coletados. A transcrição das narrativas foi realizada de forma fiel, respeitando a linguagem dos entrevistados.

Os dados de campo foram tratados através de análise de conteúdo em torno das três fases: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977). Estas fases estavam voltadas à reflexão sobre compreender as dinâmicas espaciais da produção, distribuição, troca (circulação) e consumo na feira livre do município de São Felipe e como estas dinâmicas e o frequentar a feira garantem a reprodução social das famílias de agricultores. Com este material também foi possível caracterizar a feira livre de São Felipe; analisar a produção agroalimentar dos feirantes agricultores da feira livre de São Felipe; identificar o perfil socioeconômico dos feirantes da feira de São Felipe; apresentar as contra-racionalidades- resistências na/da feira - e enfrentamento construídas sob a lógica do capital.

## 2. O MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE: O NOSSO SÃO FELIPE DAS ROÇAS

O presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre a construção sócio-histórica do município e suas características edafoclimáticas, culturais, econômicas. O capítulo está estruturado em três seções: a primeira, aponta a localização e as características socioambientais do município; a segunda, discute sobre a história econômica e cultural; e a terceira, disserta sobre o espaço agrário e agrícola do município.

### 2.1 LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO

O principal motivo para formação administrativa do município de São Felipe foi a fertilidade do solo, visto que a “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” aponta que os irmãos Tiago e Felipe Dias Gato, parentes próximos do Senhor Bartolomeu Gato, grande fazendeiro em Maragogipe, partiram desta localidade por volta de 1678, ocuparam um sítio nas proximidades do rio Copioba, junto das margens do rio Pequi, edificando a primeira moradia e fazendo plantações. Em virtude das condições edafoclimáticas, os irmãos Felipe e Tiago Dias Gato aliciaram a vinda de outros moradores, o que fez aumentar o número de habitantes (IBGE, 2010).

Com a construção da capela, em 1681, em homenagem aos apóstolos São Felipe e São Tiago, que se tornaram padroeiros da nova localidade, o pequeno povoado se tornou conhecido pela designação de São Felipe das Roças, devido à quantidade de lavouras de mandioca, fumo, cana-de-açúcar e cereais existentes. Mais tarde, talvez por terem verificado que as cabeceiras do rio Copioba não estavam muito longe do povoado, passaram a chamá-lo de São Felipe das Cabeceiras (IBGE, 1958; 2010).

Os estudos de Guida Marques (2014) sobre o processo de expansão territorial e formação política da sociedade colonial baiana revelam que as entradas no sertão baiano na segunda metade do século XVII, a guerra dos bárbaros<sup>10</sup>, dizimou uma série de indígenas de diferentes nações. Estevão Ribeiro Bahião Parente foi o sertanista e explorador brasileiro que comandou as ações nesta região e a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958)

---

<sup>10</sup>A Guerra dos Bárbaros corresponde ao período de ataque às várias nações indígenas na atual região Nordeste do Brasil durante o período de 1650 e 1720, cujas diferentes jornadas estão imbricadas com a complexidade das dinâmicas locais. O primeiro episódio desta guerra foi a Guerra do Recôncavo e os registros históricos revelam que o pedido de guerra foi realizado pela população branca local que alegava invasão, assaltos, mortes e roubos realizados pelos gentios bravos- indígenas- e ameaçavam abandonar as terras. Vale ressaltar que este período “corresponde a uma fase de institucionalização importante na América Portuguesa, levando a sua plena integração política no Império.” (MARQUES, 2014, p.32)

aponta o extermínio dos maracás ou maracans, também chamados de Aimorés pelos jesuítas e cronistas (SANTOS, 2018).

Desde o início da ocupação do território, ocorreu no município o retalhamento de terras entre herdeiros e a venda de terras com indícios de relações de parentesco e compadrio. Também se verifica que a presença de ex-escravizados em busca de moradia e trabalho permitiu a construção de uma relação de agregados e rendeiros. Segundo Félix Santos (2013), algumas propriedades de terras do município cumpriram o critério de hereditariedade, inclusive ex-escravizados e seus descendentes, afilhados dos proprietários de terra, eram mantidos nestas propriedades como mão de obra. Jesus (2017, p. 86) alerta que eram “relações essas de dependência e trocas de favores que muitas vezes eram tidas à força de ameaças do proprietário aos seus agregados e rendeiros”.

Estas relações também foram confirmadas nos estudos de Conceição (2015) que verificou os registros de casamento e batismo durante o período de 1889-1920 e constatou a forte presença de compadrio entre senhores e trabalhadores. O prestígio social dos senhores garantia proteção e amparo relativa para os trabalhadores.

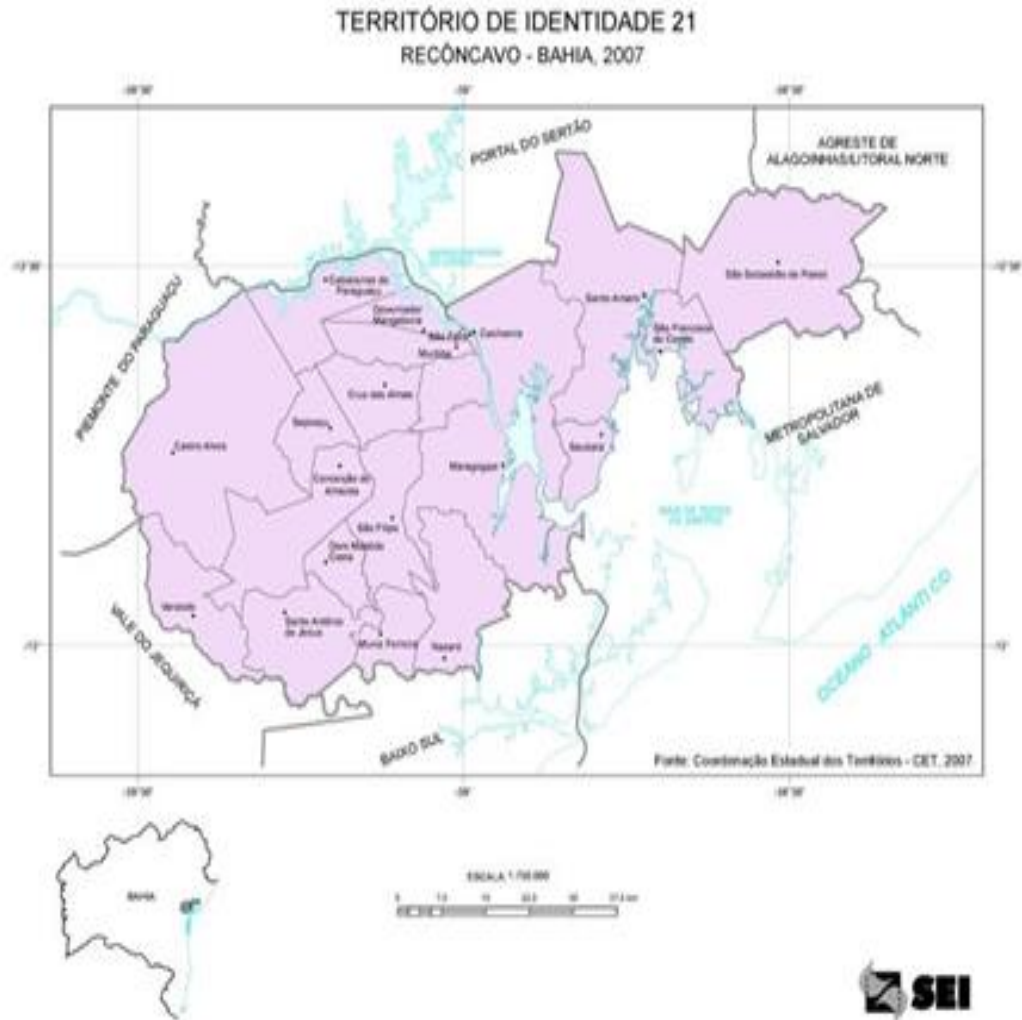
Com o crescimento da população, em 1718, é elevada à condição de Freguesia e após 162 anos, em 29 de maio de 1880, através da Lei nº 1.952, graças ao desenvolvimento local, torna-se Vila. Felix Santos (2013) aponta que enquanto vila, a autoridade máxima era o Juiz de Fora ou Juiz Ordinário autoridade máxima e o poder político local era organizado também por vereadores e um representante do povo na administração até 1930, sendo que a primeira Câmara administrativa da vila foi composta por quatro tenentes.

Nesta época, a administração da vila era influenciada pela presença militar e da igreja católica e o coronelismo reinou também em sítios com pequenas lavouras (SANTOS, 2013). Em 30 de março de 1938, por meio do Decreto Lei nº 10724, sua sede foi elevada à categoria de cidade e conforme a Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953, configuração que permaneceu aos dias atuais, o município possui dois Distritos: São Felipe e Caraipe (IBGE, 2017).

O município de São Felipe está localizado no Território de Identidade (TI) Recôncavo (Figura 3), atual regionalização como unidade de planejamento adotada pelo governo do Estado da Bahia. Situa-se a uma latitude 12°50'50" sul e a uma longitude 39°05'22" oeste, altitude de 195 metros. Possui uma área de 222,407 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017), distante cerca de 178 km da capital do estado- Salvador, limita-se com os municípios Conceição do Almeida, Santo

Antônio de Jesus, São Félix, Dom Macêdo Costa, Muniz Ferreira, Cruz das Almas, Sapeaçu, Maragogipe e Nazaré.

**Figura 3-** Território de identidade Recôncavo, 2007



Fonte: SEI, 2016.

O TI Recôncavo compreende uma área de 5.221,1 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 0,9% do território do Estado da Bahia e abrange os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macêdo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (BAHIA, 2015).

Conforme apontado no Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável do TI Recôncavo (2015), a região possui como potencialidades: a diversidade produtiva; alto número de agricultores no território; pesca artesanal e possibilidade de expansão da economia

solidária; o mesmo documento apresenta como limitações: a dificuldade de acesso à terra; a maioria de minifundiários no número de estabelecimentos agrícolas e baixo grau de associativismo e cooperativismos nas comunidades (BAHIA, 2015). Baiardi (2015) complementa que é uma região com amplas possibilidades de implantação de sistemas agroflorestais ou de cultivos baseados em lavouras de ciclo longo que, mesmo exóticas, estabelecem padrões adequados de sustentabilidade em termos de carga de evapotranspiração, fixação dos solos, plantio direto etc.

Em comparação com os demais territórios, o TI Recôncavo ocupa a 21ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado e para a macrorregião Recôncavo-Região Metropolitana de Salvador é o mais expressivo em área cultivada. Os arranjos produtivos rurais mais importantes para esta região são avicultura integrada, bovinocultura, cacauicultura, caprinocultura/ovinocultura, citricultura e os cultivos de cana de açúcar, côco, dendê e mandioca (BAHIA, 2015).

O município de São Felipe, em termos de situação físico-geográfica está encravado entre os vales rios Copioba e Jaguaripe e banhado pelos rios Caraí, Jaguaripe, Copioba, Copioba Mirim e das Pedras, havendo também a barragem da Copioba- ponto de encontro e lazer do município (OLIVEIRA, 2012). O clima é úmido e subúmido a seco, com um índice de pluviosidade média (pluviosidade média anual de 800 a 1100 mm) e tem cobertura vegetal de fragmento florestal do bioma Mata Atlântica- atualmente remanescentes de 2% de mata atlântica, com destaque para a mata ciliar e conforme aponta Ramos (2018), na área urbana de maior concentração populacional de São Felipe existe um importante remanescente, o que considera

[...] forte potencial para instalação de processo de educação ambiental com grande capacidade de efeito multiplicador para toda a população cujos saberes rurais construídos ao longo dos séculos podem ser valorizados reconectando-se com a natureza em suas múltiplas dimensões. (RAMOS, 2018, p. 46).

Segundo Valdeane Oliveira (2012) predomina no território os solos de tipo podsólico vermelho, amarelo álico latossolo e amarelo álico; possui geologia formada por gnaisses granulíticos. A vegetação característica é a de Floresta Estacional, semidecidual e ombrófila densa e o território está inserido no bioma Mata Atlântica com ecorregiões Floresta Costeira da Bahia e Florestas do Interior da Bahia que são ecorregiões de grande importância biológica e com alto grau de devastação, que segundo os estudos de Ramos (2018) foram impactados negativamente com o sistema produtivo rural – especialmente, a atividade de pecuária, o

desmatamento e uso abusivo de agrotóxicos realizados por parcela significativa de agricultores do território são-felipense.

Em relação à rede urbana da região, a cidade de São Felipe é considerada com pouca notoriedade dentro da rede de influências de hierarquia urbana, pois sua atuação fica concentrada no próprio município, de acordo com o estudo da “Região de Influência das Cidades denomina como Centro Local” (IBGE, 2008). Constituído de cidades pequenas e médias, o TI Recôncavo possui uma relação de interdependência entre as cidades, tanto pelo gozo das necessidades de serviços, como por outras articulações para atendimento de infraestrutura básica.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2008), a gestão municipal são-felipense possui serviço de saneamento básico com manejo de resíduos sólidos e águas pluviais e serviço de abastecimento de água, além de participar de consórcio intermunicipal Consórcio do Território do Recôncavo (CTR). Oliveira (2012) menciona que a coleta de lixo atende toda a sede do município, mesmo de forma deficitária e na zona rural, os moradores utilizam a queima de lixo domiciliar e enterro de materiais no solo dos quintais das residências. Ramos (2018) aponta exposição de lixo nas margens da barragem do Copioba e que no Plano Diretor vigente não há sinalização de programa de reciclagem e/ou compostagem e sinaliza que

[...] a destinação destes resíduos ainda é questionável, haja vista que São Felipe possui um lixão na entrada do Município que, em tese, conforme informações fornecidas por agentes públicos (2017), foi desativada e a população urbana passou a utilizar o aterro sanitário de Cruz das Almas, no entanto, o lixão ainda existe e funciona, ainda que de forma irregular (RAMOS, 2018, p. 58).

Em pesquisa de campo foi visualizado o momento da coleta de lixo no espaço da FLSF (Figura 4). Notou-se que os garis não estavam usando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para a realização da atividade (mangotes, máscara facial, macacão de segurança, respiradores, calçados fechados, luvas) e alguns equipamentos- tais como as luvas- não estavam em condições adequadas, bem como o veículo coletor não obedecia às normas técnicas NBR 12810 (ABNT, 1993) quanto às informações de coleta que devem estar visíveis.



**Figura 4-** Coleta de lixo, São Felipe, 2019



Fonte: Michele Pereira, 2019.

Jesus, Hardoim e Diniz (2010) apontam a presença de casas de farinha no município que segundo os autores, foram construídas por agricultores e pedreiros de forma desordenada, sem planejamento. Estas unidades não realizam o descarte adequado dos resíduos da mandioca, nem realizam qualquer tipo de aproveitamento, o que contribui na poluição de rios, solo, lençol freático e mortandade de peixes.

Situado no centro do Vale do Copioba, o município de São Felipe sempre produziu farinha de mandioca e outros derivados para comercialização e subsistência nas suas comunidades rurais. Enquanto pequena produção de utilizações culinárias caseiras com pequena quantidade processada, a mandioca não acumula resíduo significativo. “Contudo, quando o processamento é maior, os subprodutos podem vir a apresentar problemas de disposição e soluções deverão ser encontradas” (JESUS; HARDOIM; DINIZ, 2010, p. 1).

No que tange ao esgotamento sanitário adequado é encontrado em apenas 9,2% de domicílios, sendo utilizadas as fossas sépticas, na maioria das unidades residenciais e

comerciais. O índice de atendimento das populações urbanas e rurais com abastecimento de água é de 39,5% (IBGE, 2008) e como aponta o Zoneamento Ecológico Estadual (BAHIA, 2015) há uma vulnerabilidade hídrica muito alta. Apresenta 39,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 20,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2019).

É no espaço da FLSF que se registra a complexidade territorial do município em sua identidade, como também as conflitualidades socioambientais, denotativas da relação direta entre sociedade e natureza que caracteriza os espaços rurais. Tem-se como evidências dessas tensões e conflitos, as notícias ocorridas no espaço da FLSF com os títulos: Operação apreende 52 pássaros silvestres em Cruz das Almas e São Felipe (A TARDE, 2011) e Operação prende caçadores e traficantes de animais em feira livre (BN Municípios, 2015) (Figura 5).

O tráfico de animais silvestres ameaça a biodiversidade local e regional ao acometer as populações de animais, com potencial de gerar desequilíbrio ambiental, além de comprometer a dinâmica das relações tróficas e extinção de espécies em cadeia, constituindo em ação criminosa. Segundo Farias et al (2019), as feiras livres são consideradas importantes pontos de comércio ilegal de animais silvestres, e seus subprodutos para diversos fins.

**Figura 5-** Animais apreendidos na FLSF, São Felipe, 2015



Fonte: BN Municípios, 2015.

No período da pesquisa em campo (2015-2016; 2018-2020), durante as visitas não foi percebido este tipo de comercialização. Quando questionado sobre o comércio de animais silvestres para frequentadores e feirantes, eles afirmaram que ainda ocorre no município, mas no espaço da feira livre, depois das apreensões e orientações realizadas pela Polícia Militar da Bahia, essa prática deixou de ser realizada.

As características ambientais do município demonstram as potencialidades e limitações quanto à luta ecológica<sup>11</sup> neste espaço, visto que conforme aponta Martinez-Alier (2007), analisar o lugar de reprodução da vida no sentido concreto corresponde a compreensão das interações humano-ambientais, uma vez que se trata de um processo uno e co-evolucionário. Chama atenção que essas características edafoclimáticas do município foram as razões para a ocupação inicial deste espaço, inclusive com migração de pessoas que viviam em outras comunidades dos municípios adjacentes no séc. XVII com o objetivo de trabalhar nas roças dos fazendeiros e galgar condições para ter a sua própria roça.

Neste sentido, apresentado o sítio “receptáculo territorial” (DOLFUSS, 1973) do município, continua-se no subcapítulo seguinte a apresentar a sua localização e da FLSF, pois conforme alertou Milton Santos (1997, p. 2): “a localização é um feixe de força sociais se exercendo em um lugar”. Expor a história socioeconômica e cultural do município é despilar as formas e funções distribuídas neste território, relações e estruturas e suas expressões na FLSF que a configuram como espaço de existência, (r)existência, lugar de resistência.

## 2.2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO

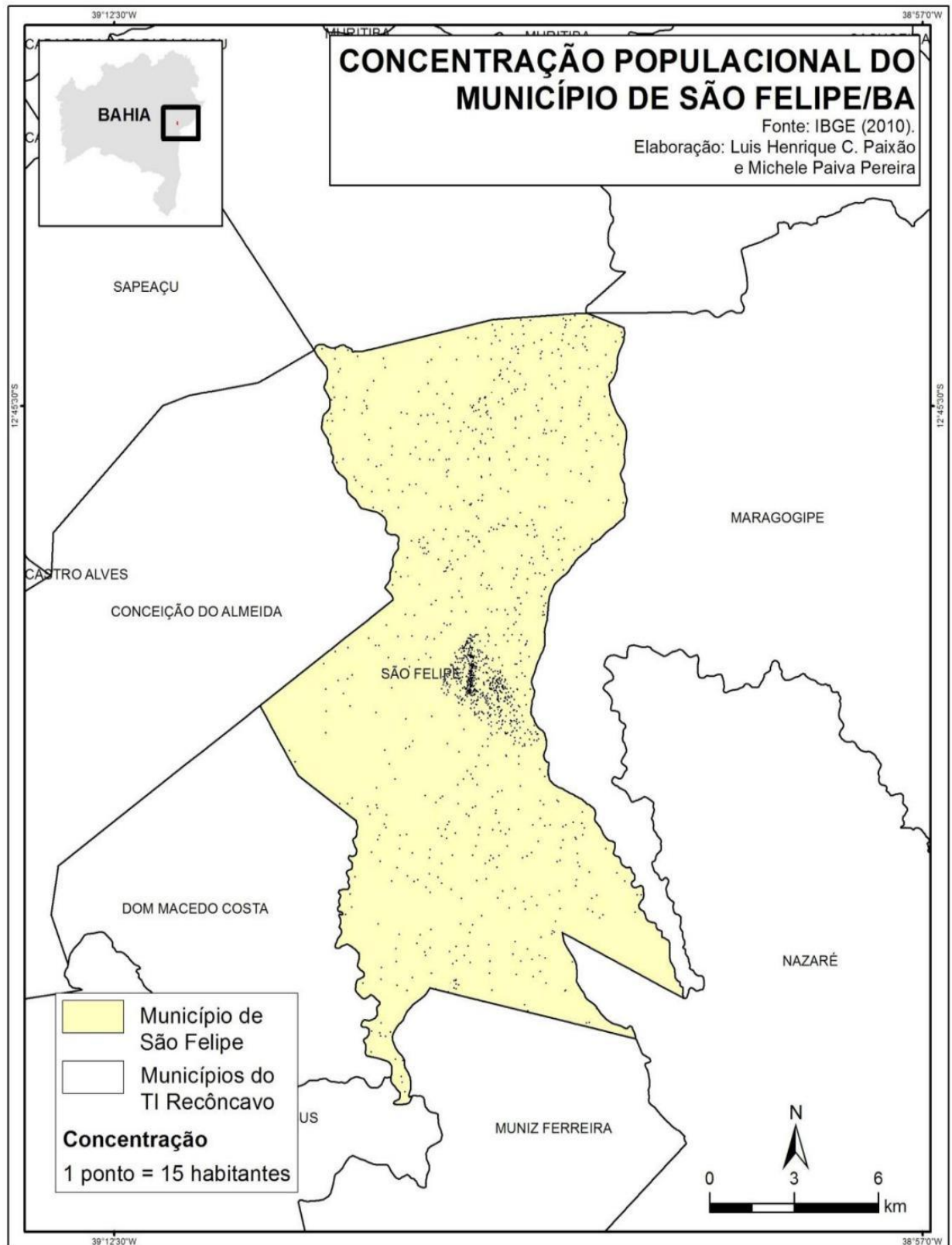
Historicamente, o município de São Felipe possui perfil predominantemente rural e de pequeno porte- expresso na concentração populacional, nas atividades agropecuárias exercidas e em ruralidades que “podem manifestar-se também nos hábitos dos habitantes, nos contatos diretos e pessoais das comunidades, na alimentação, nas festas e suas dinâmicas que muito representa-se em São Felipe por meio da feira livre” (RAMOS, 2018, p. 38).

A figura 6 demonstra a concentração populacional do município que possui uma densidade demográfica de 98,57 hab./km<sup>2</sup> e a tabela 1 apresenta a distribuição absoluta e relativa da população são-felipense entre áreas rurais e urbanas.

---

<sup>11</sup> Para o autor a luta ecológica é uma luta por justiça ambiental com reflexão sobre os padrões de uso dos recursos e dos sumidouros ambientais que dependem de relações de poder mutáveis e da distribuição de renda.

**Figura 6-** Concentração Populacional, São Felipe, 2010



Elaborado por: Luís Henrique Couto Paixão e Michele Paiva Pereira, 2020.

**Tabela 1-** População residente por situação de domicílio, São Felipe, 1991/2000/2010

Ano	População Rural	%	População Urbana	%	Total
1991	13.207	65,7	6.906	34,3	20.113
2000	11.978	59	8.250	41	20.228
2010	10.485	51,6	9.820	48,4	20.305
2020*					21.080

Nota: \* População Estimada

Fonte: Elaborada pela autora, com base Censo Demográfico (IBGE, 2010).

A Figura 6 demonstra a concentração populacional do município que possui uma densidade demográfica de 98,57 hab./km<sup>2</sup>.

Observa-se que todo território de São Felipe é marcado por estabelecimentos rurais e atribui-se a concentração da população na sede do município pela concentração da oferta de serviços, apontada também na narrativa de C20, mulher, 56 anos, união estável, feirante agricultora há 15 anos:

São Felipe tá mudada e bota mudada nisso. Muita gente da roça tem casa na cidade. Quer dizer, quem conseguiu comprar, comprou seu terreno e fez sua casa. Colocou os filhos para estudar aqui e não ficar dependendo do carro da prefeitura. Tem gente que vai e volta direto, mora lá e mora aqui também. Se tudo está aqui, né? Eu e o homem, não conseguimos. Hoje, já nem quero mais. É difícil manter a casa com quatro crianças e construir casa na cidade, mas o sonho dos meus menino era morar aqui. (...) Ora, eles queriam ficar de três lê lê, conversa besta com os colegas da escola no domingo, o pai não dava a moto. Aí sempre foi motivo de zum zum. Agora, eles compraram a deles, estão tudo maior de idade... Mas, antes, era muita dor de cabeça. Quando são pequenos é tudo mais fácil, a escola é perto da roça, os colegas é vizinho também, quando cresce começa a perturbação. Filho criado, trabalho dobrado. (...) São Felipe cresceu em gente e em casa também, tem muito loteamento aqui. Tem chácara perto daqui que o povo fez lote, pertinho daqui. Eu não tenho interesse não, meu mais velho que vai casar comprou um, tá pagando. (C20, 2018).

A economia do município é regulada pelo setor de serviços, conforme os dados da Tabela 2 (SEI, 2020), apesar da importância da atividade agropecuária para o município, principalmente para os menos favorecidos. Dos quais registram-se 1.904 (9%) da população total ocupada e o salário médio dos trabalhadores formais é de 1,8 salários mínimos (IBGE, 2018). Chama a atenção que 54,8% da população possui rendimento nominal mensal per

capita de até ½ salário mínimo (IBGE, 2010), o que demonstra a vulnerabilidade socioeconômica da população do município.

**Tabela 2-** Estrutura Setorial do PIB municipal, São Felipe, 2013-2018

Ano	Estrutura setorial (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
2013	17	5	78
2014	19	7	74
2015	19	6	74
2016	20,7	5,89	73,41
2017	13,39	5,28	81,33
2018	12,60	7,2	80,2

Fonte: Elaboração da autora com base na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2020).

Segundo o IBGE (2020), no setor primário desta economia destacam-se as lavouras de mandioca, cana-de-açúcar, laranja e milho. A mandioca e seus derivados têm uma importância econômica e cultural, pois além de presente na dieta dos são-felipenses, também é o principal produto agrícola que vem contribuindo para o desenvolvimento local (CHAVES; KUTSNER, 2011). As casas de farinha são tradicionais e no caso de São Felipe demonstram um saber fazer característico da região: a farinha de copioba que tem por características ser farinha fina, boa qualidade e torrada.

Atualmente, há um grupo composto por técnicos da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), professores, representantes dos municípios do Vale da Copioba, Sebrae, Embrapa, UFBA, Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) que se reúnem para discutirem a delimitação do Indicação Geográfica (IG) da farinha do Vale do Copioba<sup>12</sup>, a caracterização da farinha e a organização social dos produtores. Esse projeto chamado “Caminhos para Indicação Geográfica da Copioba” conta com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR).

Ramos, Pereira e Alencar (2016) revelam que, no município de São Felipe, a cultura rural camponesa precisa ser observada em qualquer plano de intervenção, pois o desrespeito a esta identidade poderá ocasionar o aumento das tensões que afastam o processo de

<sup>12</sup> O Vale do Copioba está localizado entre os municípios de Maragogipe, Nazaré e São Felipe, no Recôncavo baiano.

desenvolvimento local e regional, que para Lefrançois (2018) a promoção do desenvolvimento socioambiental só é possível por meio de participação popular efetiva dos(as) são-felipenses e a feira livre é o espaço de reafirmação das existências dos diferentes sujeitos:

Por suas configurações, a feira livre é um dos principais patrimônios imateriais do município<sup>13</sup>, e pode ser visto como espaço oportuno para aplicação da Agenda 2030 e ampliação do poder popular. Os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 16 e 17 podem ser adaptados para atender e promover os interesses e direitos daqueles que estão diretamente envolvidos com a realização da feira livre. A frequência semanal pode ser favorável à criação de grupos de discussão sobre as possibilidades de melhorias associadas aos ODS, assim como abordagens temáticas voltadas aos segmentos sociais específicos, como jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiências, dentre outros. (LEFRANÇOIS, 2018, p. 91).

Sendo a cultura um fator preponderante para o desenvolvimento e que deve buscar sempre a valorização de identidades, do coletivo e do individual, nota-se que em São Felipe há uma variedade de práticas culturais que buscam o seu desenvolvimento socioambiental, com destaque para a capoeira que tem sido um meio de inclusão socioeducacional de comunidades rurais. Um importante exemplo é o trabalho do socioeducador Mestre Jefferson Nere- Mestre Guerreiro que através da Associação de Capoeira Mestre Boa Gente desenvolve trabalhos de educação ambiental e noções de cidadania política crítica com jovens das comunidades rurais do Mutum, Riachão e Caboclo deste município (ALENCAR, 2016).

O Plano Municipal de Cultura de São Felipe instituído em 18 de junho de 2013 pela Lei Municipal nº 744/2013 menciona em seu Capítulo II intitulado “Do incentivo, da Proteção e da Valorização da Cultura Felipense” menciona que a

A diversidade cultural se atualiza – de maneira criativa e ininterrupta – por meio da expressão de seus artistas e de suas múltiplas identidades, a partir da preservação de sua memória, da reflexão e da crítica. Assim, as políticas públicas de cultura devem adotar medidas, programas e ações para mapear, reconhecer, valorizar, proteger e promover essa diversidade cultural. (SÃO FELIPE, 2013, p. 16).

Percebe-se que no município as festas tradicionais juninas possuem aspectos simbólicos e afetivos relacionados a cultura rural camponesa e abrange quatro dimensões espaciais: roça, casa, rua e praça pública. Durante o mês de maio e a primeira quinzena de junho é realizada a colheita do amendoim, mandioca e milho para o período junino, em sistema de mutirão<sup>14</sup>- o marco do começo dos preparativos para os festejos juninos. Após a

<sup>13</sup> Não há reconhecimento documental da feira livre como patrimônio imaterial do município.

<sup>14</sup> O termo "mutirão" refere-se à cooperação camponesa de origem autóctone que diz respeito ao trabalho em benefício de uma comunidade. Em São Felipe, identifica-se que esta relação é marcada pelas relações de compadrio por parentesco.

colheita, esses alimentos são separados, parte da produção são compartilhados entre os que participaram do mutirão, doados entre amigos(as), compadres, comadres e parentes e a outra parte da produção, vendida para atravessadores e na feira livre.

No mês de junho, as ruas são enfeitadas com bandeirolas coloridas e, à noite, corredores de fogueiras fazem a alegria das famílias e visitantes e nas casas- especialmente nos dias 23 e 24 - acontece a partilha entre amigos e parentes com comidas e bebidas típicas:

No Recôncavo baiano, a fogueira é acesa tanto pelo caráter mítico-sagrado como também pelo sentido profano, para avisar ao entorno residencial e aos visitantes daquela localidade que naquela casa comemora-se o São João, e, para confirmar o caráter celebrativo do ciclo junino, as pessoas utilizam um conhecido bordão: “São João passou por aqui?” E as pessoas da casa respondem: “Passou”. Esta é a senha para que os festeiros itinerantes entrem e se sirvam com bebidas e comidas típicas. A fogueira acesa na frente das casas tem um papel paradoxal: o mesmo fogo que, temido como símbolo do inferno, para onde vão os pecadores, é o fogo que, nas festas juninas do passado, tinham um sentido ligado à purificação e a celebração e que, no presente, expressa a comemoração festiva e religiosa. (CASTRO, 2012, p. 52)

Na praça ocorre o Arraiá da Copioba com uma programação de forrozeiros locais e regionais. Castro (2012, p. 35) aponta que “apesar das festas juninas se constituírem em um evento festivo que atinge praticamente todos os municípios nordestinos, o grau de espetacularidade e a dimensão espacial desses eventos determinou o surgimento de alguns polos festivos”. Em conversas informais e entrevistas, são-felipenses afirmaram que nos últimos cinco anos, sobretudo os jovens, preferem deslocar-se para as festas privadas de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas:

**Pesquisadora:** Em algum período do ano, a senhora percebe uma mudança de fluxo de pessoas na cidade, na zona rural e na feira?

**C 20:** Como assim? Mais gente na cidade? Vejo não, vejo as mesmas cara. Aqui todo mundo conhece todo mundo. Tem no período de festa que aparece uma cara nova, né? Os parentes que trazem amigos para passar São João por aqui... Na feira são as mesmas cara.

**Pesquisadora:** No período junino é muita gente de fora? A senhora poderia contar um pouco sobre o São João daqui?

**C 20:** Eu passo na roça. É bom, a gente gosta. Não é como antes, já foi melhor e muito, mas é bom. Arma a fogueira, eu tenho um compadre (...) toca alguma coisa, a gente bota um som, come uma carne, bota uma fogueira. Meus filhos vêm pra cá, pra cá não... eles vão para Santo Antônio que tem festa com cantor famosão, Cruz também. Junta dinheiro para pagar essas festas, mas se não tiver, vem para cá. Curte também. Eu gosto de sossego, não gosto de bebida, então eu e homem fica com os parentes e tá bom demais.

Fora do período junino, em São Felipe ocorre festivais e festas que valorizam a cultura rural camponesa, destaca-se: Festa do Jegue, Festival Gastronômico da Jaca (Festa da jaca).



Também são comemorados tradicionalmente no dia 03 de maio, a memória de São Felipe e São Tiago e no dia 29 de maio, o aniversário da cidade.

A tessitura da vida social são-felipense demonstra um município com perfil rural tanto pelo quantitativo demográfico, como pela importância da atividade agrícola e as práticas culturais. A capoeira é uma expressão cultural no município que mantém as tradições africanas e o grupo da associação que está vinculada realiza um trabalho de educação ambiental significativo em defesa da biodiversidade.

### 2.3 O ESPAÇO AGRÁRIO E AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO

Entende-se por questão agrária: “as questões referentes às relações sociais de produção, ou seja, como e de que forma se produz no campo” (GERMANI, 2010, p. 3) e para tanto, deve-se analisar a dimensão territorial expressa na estrutura de propriedade da terra e as relações sociais de produção que coexistem em tempo-espaço e revelam a apropriação privada da Natureza por sujeitos de determinados grupos sociais (GERMANI, 2010). Relaciona-se diretamente com as questões relativas à produção agrícola que a autora menciona como importante para a análise as etapas de produção e destinação, tais como quantidade, preço, produtividade.

Como já mencionado, a formação socioespacial do município foi marcada pela parentalidade e coronelismo com propriedades de terras (fazendas de engenhos) do município transferidos aos herdeiros e em alguns casos, ex-escravizados. No caso dos(as) ex-escravizados(as) (em sua maioria afilhados(as) dos proprietários), a propriedade da terra e de seus descendentes foram garantidas como forma de obrigação, uma vez que estavam nas propriedades como mão de obra até o período da escravidão. Posteriormente, essas terras foram retalhadas entre herdeiros(as) ou vendidas a outros fazendeiros, o que permitiu o surgimento das pequenas áreas, os minifúndios<sup>15</sup> (SANTOS, 2013; JESUS, 2017).

Os registros do último Censo Agropecuário realizado em 2017 apontam que o município possui 2.143 estabelecimentos agropecuários que abrange uma área de 11.432 hectares (ha) dos quais 98,18%, ou seja, 1750 estabelecimentos, são minifúndios, ocupando 2.732 ha, ou seja, 23,9% (Tabela 3). Conforme a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

---

<sup>15</sup> Os minifúndios são imóveis rurais com área inferior a 1 módulo fiscal. No caso do município de São Felipe, o módulo fiscal corresponde a 30 hectares (PROJETO GEOGRAFAR, 2020).

Famíliaes Rurais, a tipologia destes estabelecimentos corresponde a 1.783 estabelecimentos que pertencem a agricultura familiar e 360 estabelecimentos da agricultura não familiar.

**Tabela 3-** Estabelecimentos agropecuários por grupo de área, São Felipe-BA, 2017

Grupo de área	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-	-
De 0,1 a menos de 0,2 ha	4	-	0,19	-
De 0,5 a menos de 1 ha	265	99	12,37	0,87
De 1 a menos de 2 ha	484	380	22,59	3,32
De 2 a menos de 3 ha	489	692	22,8	6,05
De 4 a menos de 5 ha	256	601	11,95	5,26
De 5 a menos de 10 ha	151	517	7,05	4,52
De 10 a menos de 20 ha	101	443	4,71	3,89
De 20 a menos de 50 ha	216	1.497	10,08	13,09
De 50 a menos de 100 ha	95	1.260	4,43	11,02
De 100 a menos de 200 ha	42	1.159	1,96	10,14
De 200 a menos de 500 ha	22	1.586	1,03	13,87
De 500 a menos de 1000 ha	12	1.564	0,56	13,68
De 1000 a menos de 2.500 ha	5	1.634	0,23	14,29
De 2500 a menos de 10.000 ha	-	-	-	-
De 10.000 ha e mais				
Produtor sem área	1	-	0,05	-
Total	2143	11432	100	100

Fonte: Projeto GeografAr, 2020.

As entrevistas e conversas informais apontaram que os(as) feirantes agricultores(as) da FLSF produzem em minifúndios de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e 84,84% possuem a propriedade da terra, os demais relataram a posse, sendo a propriedade da terra de parentes (pais, mães, tios, tias, avós, avôs).

Ao analisar os resultados dos cálculos feitos para São Felipe, por meio de série histórica (Tabela 4), constata-se a manutenção da concentração de terra no município, chegando a 0,731 em 2016, o que indica uma concentração de forte a muito forte. É importante notar que o processo de concentração de terra em São Felipe é crescente com pequenas oscilações.

**Tabela 4-** Índice de Gini, município de São Felipe, 1920-2017

Ano	Índice de Gini
1920	0,977
1940	0,523
1950	0,689
1960	0,630
1970	0,637
1975	0,618
1980	0,617
1985	0,684
1996	0,708
2006	0,749
2017	0,731

Fonte: Elaboração da autora, com base no Projeto GeografAR (2020; 2021), Censo Agropecuário 2017.

Sobre a condição legal do(a) produtor(a) com relação às terras: 95,25% são proprietários(as); 0,74% arrendatários(as); 1,42% parceiros(as); 2,41% comandatários (as); 0,18% ocupantes; 0,04% produtor sem área (IBGE, 2017). Não há registro nos Censos Agropecuários de 1920-2017 e no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre concessionários(as) ou assentados(as) aguardando titulação.

E apesar do Zoneamento Econômico Ecológico Estadual da Bahia, realizado em 2013 e do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável do TI Recôncavo, realizado em 2015 (BAHIA, 2013; 2015), bem como os estudos de Ramos (2018), apontarem a existência de comunidades de quilombolas, não há no INCRA nenhum processo de abertura ou em análise para regularização de território quilombola no município de São Felipe.

A Tabela 5 mostra o número de estabelecimentos agropecuários no Brasil, Bahia e São Felipe relativo aos censos agropecuários realizados em 2006 e 2017. O demonstrativo revela que o número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar diminuiu no município, acompanhando a realidade nacional e estadual. Tal realidade necessita de uma análise mais profunda, mas em conversas informais com são-felipenses, eles atribuem ao desinteresse dos jovens em continuar na zona rural, os preços baixos de venda dos produtos agrícolas e alto custo para manter uma propriedade, além do surgimento de loteamentos nas comunidades rurais.

**Tabela 5-** Número de estabelecimentos agropecuários, Brasil- Bahia- São Felipe, 2006/2017

Unidade Territorial Tipologia	Brasil		Bahia		São Felipe	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
<b>Agricultores Familiares (AF)</b>	4.366.267	3.897.408	665.767	593.411	2.653	1.783
<b>Agricultores Não Familiares (ANF)</b>	809.639	1.175.916	95.791	169.437	203	360
<b>Total</b>	5.175.636	5.073.324	761.558	762.848	2.856	2.143
<b>AF/ANF</b>	5,3	3,3	6,9	3,5	13,0	4,9

Fonte: Elaboração da autora, com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

Neste mesmo período observa-se que o número de estabelecimentos agropecuários não familiares cresceu nas três unidades territoriais.

Com relação ao pessoal ocupado, os 360 estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar do município de São Felipe possuem 498 pessoas ocupadas (328 homens e 170 mulheres), já os 1783 estabelecimentos de agricultura familiar possui 2.818 pessoas (1.662 homens e 1.156 mulheres) (IBGE, 2017). Sendo assim, estes dados revelam o potencial que a agricultura familiar praticada em São Felipe, já que representa 84,98% das pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, contribuindo em alguma medida na fixação do homem ao campo, bem como cooperando em grande parte para a geração de renda de pessoas ligadas às atividades rurais.

A produção agropecuária registrada é bastante diversificada: agrião, aipo, alface, batata-doce, alho poró, berinjela, beterraba, brócolis, cebolinha, chuchu, coentro, couve, couve-flor, espinafre, hortelã, inhame, jiló, milho verde, nabo, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsa, tomate (estaqueado), manjeriço, banana, laranja, coco, maracujá, limão, tangerina, fumo, cana-de açúcar, feijão, mandioca, castanha de caju, amendoim, asininos, galináceos, bovinos, caprinos, equinos, muares, ovinos e suínos (IBGE, 2017).

O arquivo da Secretaria de Agricultura do município assinala a existência de casas de farinha e engenho de cana-de-açúcar, uma indústria de produção de café e derivados de milho, uma fábrica de polpa de frutas, sete destilarias de aguardente, uma fábrica de calçados e uma fábrica de bolsas (SÃO FELIPE, 2006).

Oliveira (2012), Jesus (2017) e Ramos (2018) discutem que os sistemas produtivos utilizados pela maioria dos agricultores familiares<sup>16</sup> de São Felipe utilizam o uso abusivo de agrotóxicos e desmatamento, porém no Censo Agropecuário 2017, dos 1783 estabelecimentos de agricultura familiar, 94,73% afirmaram não usar agrotóxico.

Na entrevista realizada com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe, Sr. Celso Bispo, aponta como principal dificuldade encontrada pelo Sindicato a promoção de ações que visem o desenvolvimento rural<sup>17</sup>, a baixa assistência técnica rural: “poucos agricultores procuram o técnico agrícola, ele está sempre disponível e fazemos visitas nas comunidades. Mas, não procuram...” (Entrevista Celso Bispo, 2019). Esta característica também foi salientada por funcionários da Secretaria de Agricultura do município.

Nas entrevistas e conversas informais com feirantes agricultores(as) quando questionados(as) sobre a não solicitação/autorização de apoio técnico, os motivos apresentados foram “não quero dever favor a eles” (referindo-se aos políticos e empresários da cidade), “já sei plantar, não precisa ir lá”, “não entendo dessas coisas, prefiro deixar como tá”. Também foi identificado que para eles/elas, a assistência técnica incentiva o cooperativismo, em que grande parte diz não ter interesse por ter conhecimentos de experiências não exitosas no próprio município.

Chaves e Kustner (2011) apontam que em São Felipe, a experiência da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe Ltda (COMASFE) que atuou no período entre 1980 e 2005 contribuiu com a promoção do desenvolvimento socioeconômico do município. Os autores salientam que segundo os associados, na primeira fase (1980- 1995) era considerada a escola dos pequenos produtores de mandioca de São Felipe e atribuem como pontos positivos: melhorias inclusive na alimentação, na autoestima dos trabalhadores e na integração social. Porém, os depoimentos evidenciados no estudo mostram a decepção dos são-felipenses na segunda fase (1995- 2002) quanto a desonestidade, a concentração das decisões e a falta de transparência por parte de membros de equipes gestoras e apontam como causas do insucesso desta cooperativa.

Esta experiência no município, bem como as repercussões de sucesso e posteriormente, de decepção foram identificadas nas entrevistas como sendo a causa de não

---

<sup>16</sup> Nesta pesquisa, a leitura realizada é que são camponeses e camponesas, em que será discutido no capítulo 4.

<sup>17</sup> Por meio das entrevistas verifica-se que desenvolvimento rural para os feirantes agricultores corresponde ao aumento da renda com a comercialização de produtos agrícolas, acesso aos serviços de educação e saúde e melhores condições de infraestrutura básica: acesso à água encanada e potável, energia elétrica, internet.

estarem dispostos a passarem por novas experiências, como relata A6, 87 anos, feirante vendedor, natural e morador da zona rural do município de São Felipe:

Eu vi gente acreditar em cooperativa, ir para ela, mas depois chorar muito (...) Ninguém gosta de ser enganado, ser lesado. É igual a casamento ruim. No início são flores, paixão pura, depois é tanta dor de cabeça que até separar, você vê que era melhor não ter conhecido a pessoa, bagunça a vida. Essa tal de assistência que dão é para isso, no fundo, a gente sabe que é para isso. Até vou em alguns encontros de associação, mas caio fora quando vira muita conversa de assistência, nos unir, se juntar. Deixa minha vida como tá, que já tem problema demais. (A7, 2019).

Na FLSF, 69 feirantes agricultores(as), apenas 5% relataram ter participado de alguma capacitação técnica e 55,07% afirmaram não usar nenhum tipo de agrotóxico. Os(as) que participaram da capacitação técnica mencionaram que participaram de cursos e/ou palestras organizadas pela Prefeitura do município e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe que aconteceram nas comunidades ou nas proximidades. Eles mencionaram satisfação em participar e que pretendem estar presentes em outras capacitações. Relataram, ainda, que em nenhuma delas, a Feira livre foi citada.

Quanto à assistência técnica praticada nos últimos vinte anos no município, Jesus (2017) aponta que

Há a necessidade de que haja apoio de uma assistência técnica que identifique o modo tradicional desses agricultores familiares, considere e construa junto com os agricultores familiares a melhor maneira de produzir agregando valor à produção e vendendo direto aos consumidores. (JESUS, 2017, p. 203).

A autora também afirma que a assistência técnica foi possível a partir do apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que agricultores que participaram e receberam alguma assistência técnica foram orientados a produzir com novas técnicas e insumos sem considerar as que possuíam em suas propriedades para aumentar a produção e gerar renda para pagar o financiamento e adquirir novas áreas para plantar (JESUS, 2017).

Além de revelar a tensão e conflitualidade entre o modo de vida e os paradigmas de desenvolvimento, a questão colocada também evidencia a territorialidade do capital em território camponês em que técnicas e tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo modelo hegemônico agroalimentar vigente -agronegócio-, que evidentemente, consegue capitalizar a renda produzida pelas famílias camponesas. Presente nas diversas escalas, a relação capital-campesinato é marcada por paradoxos, onde a produção agropecuária camponesa está presente nos resultados econômicos do agronegócio e a maior parte da

riqueza produzida é desviada para as corporações que industrializam e vendem os produtos camponeses (FERNANDES, 2013).

A técnica é a principal expressão da relação seres humanos- natureza e seres humanos-seres humanos na produção do espaço e sendo “conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p. 29), enquanto fenômeno técnico é também elemento usado para acentuar as desigualdades. Neste sentido, nota-se que no território de São Felipe há subsistemas técnicos de diferentes períodos, representando o tradicional e o moderno que combinam, interagem e são formas de discurso e interlocução, frutos da construção sócio-histórica do município.

A fama de “terra boa, em que plantando tudo se dá” que no séc. XVII foi responsável por atrair moradores para a localidade permeia atualmente e o ato de manter cultivos tradicionais revelam a resistência e o enfrentamento dos(as) camponeses(as), lidos como uma questão de soberania alimentar e luta da manutenção dos seus saberes:

Observa-se que apesar de encontrarmos oscilações na produção permanentes ou temporárias, apresentadas em algumas delas, a maioria são produzidas por agricultores familiares minifundiaristas. Sendo que, a variedades de produtos indica a potencialidade que tem esses produtores de produzirem mesmo que em áreas pequenas. E que, existem produtos como a mandioca que permanecem desde a época da ocupação do município demonstrando com isso, a existência de cultivos tradicionais produzidos por um tipo de agricultor familiar específico nesse município. Assim, é importante que os agentes políticos nesse município juntamente com os agricultores familiares compreendam esse contexto de produção e busquem medidas que venham a incentivar o aumento dos produtos que vem apresentando decréscimo. (JESUS, 2017, p. 167).

Ao passo que possui características edafoclimáticas que favorecem a prática da agricultura, a pesquisa identificou a insatisfação dos feirantes agricultores(as) quanto ao pouco apoio recebido pelo Estado para a manutenção da atividade agrícola e as dificuldades de permanência no campo. As condições apontadas revelam limitação de produção pelo tamanho da propriedade, falta de condições materiais para adquirir insumos, atuação forte de atravessadores, migração de jovens para centros urbanos, desinformação quanto aos programas governamentais de incentivo à agricultura familiar. A narrativa do feirante agricultor A5, casado, 65 anos, feirante agricultor, natural e morador da zona rural de um município adjacente aponta as dificuldades mencionadas:

Apoio? Não tem, não. Que nada! É luta com sol, chuva, trovoada. Nenhum governo olha pra nós, teve Lula que deu uma melhorada, mas agora? Sei não, só vejo piorar. O que a senhora perguntou é coisa de associação, empréstimo, essas coisas? Vejo falando, conheço quem pegou também. Quero não, não gosto dessas coisas. É muito pouco que planto, melhor assim.... Para viver com o nome sujo? Quero não. Eu pego um dinheiro e tem juros, né? Banco nunca prestou, meu pai falava isso. (...) Veja

bem, não tem apoio não. Não quero ir para a reunião que eles faz porque entendo pouco. Eu vou na casa da senhora, a senhora diz que tem 1000 reais pra mim e que eu pago 2000 e se eu não pagar até a data, a senhora arranca a terra de mim. Vou tirar dinheiro de onde? É muito falar e pouco fazer dessa gente. Eu tenho pouca leitura, minha menina não quer ficar na roça, o menino tem a roça dele na terra minha, a mulher que me ajuda todo dia. A gente vai vivendo com a roça e os bicos, melhor né? Cabeça mais tranquila, eu durmo e com o galo cantando, eu levanto. Bom não tá, mas deixa assim... Um pedaço de terra muito pequeno que tenho (... ) quatro tarefas, mas uma tarefa é do filho, eu dei. Ele casou e dei para ajudar, ele trabalha em \*\*\*, aqui na cidade mesmo. (A5, 2015).

Nas Tabelas 6, 7 e 8 tem-se os dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) dos últimos cinco anos, onde nota-se a predominância e continuidade dos cultivos tradicionais e pouca variação em relação a área plantada e colhida. Toma-se como base de comparação a pesquisa de Jesus (2017) que identificou os alimentos e animais presentes na produção de minifúndios são-felipenses: banana, batata-doce, milho, inhame, amendoim, mandioca, hortaliças, laranja, limão, coco-da-baía, mamão, café, dendê, maracujá, tangerina.

**Tabela 6-** Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes, São Felipe-BA, 2015-2016

Produto	2015				2016			
	Área Plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade e produzida (ton)	Valor da produção (Mil reais)	Área Plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade e produzida (ton)	Valor da produção (Mil reais)
<b>Amendoim</b>	190	190	196	180	190	190	196	186
<b>Banana</b>	61	61	671	332	61	61	671	350
<b>Batata-doce</b>	20	20	148	148	20	20	148	145
<b>Cana-de-açúcar</b>	-	-	-	-	540	540	24.300	2.066
<b>Coco-da-baía</b>	31	31	155	64	31	31	170	76
<b>Laranja</b>	403	403	6.851	2.809	403	403	6.851	3.090
<b>Limão</b>	60	60	1.200	588	60	60	1.200	618
<b>Mandioca</b>	1.090	1.090	15.260	2.534	1.090	1.090	15.260	2.838
<b>Milho</b>	110	110	238	69	110	110	238	74
<b>Tangerina</b>	5	5	110	47	5	5	110	51

Fonte: Elaborada pela autora com base IBGE- Produção Agrícola Municipal, 2020.



**Tabela 7-** Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes, São Felipe-BA, 2017-2018

Produto	2017				2018			
	Área Plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (ton)	Valor da produção (Mil reais)	Área Plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (ton)	Valor da produção (Mil reais)
<b>Amendoim</b>	380	380	320	918	380	380	340	833
<b>Banana</b>	60	60	310	351	61	61	488	351
<b>Batata-doce</b>	10	10	70	63	10	10	70	69
<b>Cana-de-açúcar</b>	200	200	4.500	765	200	200	4.500	891
<b>Laranja</b>	160	160	1.100	396	150	150	1.050	420
<b>Limão</b>	16	16	115	137	16	16	120	96
<b>Mandioca</b>	1000	1000	7410	3.933	1090	1090	9000	5.850
<b>Milho</b>	110	10	10	8	30	30	30	22

Fonte: Elaborada pela autora com base IBGE- Produção Agrícola Municipal, 2020.

O produto com maior área plantada é a mandioca, ao passo que garante aos agricultores significativo valor da produção e possui mudanças significativas quanto a quantidade produzida. Lima (2017) investigou a territorialização do capital na lavoura de mandioca e sinalizou a questão da farinha ser “importada” misturada à produção local nas “fábricas” de farinha e comercializada, o que pode ser indicativo do que ocorre em São Felipe.

**Tabela 8-** Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes, São Felipe-BA, 2019

Produto	Área Plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (ton)	Valor da produção (Mil reais)
<b>Amendoim</b>	370	370	407	1140
<b>Banana</b>	60	60	488	488
<b>Batata-doce</b>	10	10	70	84
<b>Cana-de-açúcar</b>	190	190	4180	669
<b>Laranja</b>	150	150	1.050	525
<b>Limão</b>	20	20	140	126
<b>Mandioca</b>	1000	1000	9.000	6.300
<b>Milho</b>	30	30	27	18

Fonte: Elaborada pela autora com base IBGE- Produção Agrícola Municipal, 2020.

A produção de cana-de-açúcar no município é destinada para alambiques da região, em especial ao alambique Riachão- cuja propriedade é de uma família com forte influência política no município (JESUS, 2017).

Historicamente, agricultores de São Felipe destinam a maior parte do cultivo de mandioca para a produção da farinha. Chaves (2010, p. 102) afirmou que “a prática se desdobrava em meio a problemas, a exemplo da baixa produtividade e limitação de terra para o plantio”, mas ela mantém significativa produção no conjunto das atividades desenvolvidas no espaço rural de São Felipe, representando em média 50% da área plantada e colhida nos últimos dez anos no município (IBGE, 2020). Tais limitações contribuem para que a população na zona rural busque atividades pluriativas, dentro e fora de suas propriedades, como forma de resistirem as adversidades impostas aos camponeses e camponesas.

Jesus (2017) aponta que dentre as atividades não agrícolas, ocorre a prestação de alguns serviços (inclusive serviços informais) na zona urbana. As entrevistas e questionários apontaram que a FLSF é também espaço de encontro para contratação ou indicação de serviços.

Quanto a pecuária (tabela 9 e 10), nota-se variações quanto à produção com destaque para a produção de aves que apresenta decréscimo nos últimos cinco anos atribuída a extinção da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) que interrompeu uma série de projetos de capacitação e suporte para produção de galinha caipira. Caprinos, ovinos e com destaque para os suínos abastecem o mercado de carne do município; já os equinos são comercializados na região do Recôncavo principalmente para rodeios e cavalgadas, além de serem utilizados como meio de transporte (ASBRAER, 2015; JESUS, 2017).

**Tabela 9-** Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho, São Felipe-BA, 2015-2019

<b>Tipo de rebanho</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>bovino</b>	16.829	16.228	15.935	13.661	13.105
<b>bubalino</b>	4	4	4	9	9
<b>equino</b>	400	915	535	568	598
<b>suíno total</b>	4.700	1.830	503	1.725	1.704
<b>caprino</b>	260	215	89	175	178
<b>ovino</b>	635	965	643	775	850
<b>galináceos total</b>	42.350	28.465	18.278	21.122	20.840

Fonte: Elaborada pela autora com base Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)- IBGE, 2020.

**Tabela 10-** Produção de origem animal, por tipo de produto, São Felipe-BA, 2015-2019

Tipo de produto	Produção					Valor da produção (mil reais)				
	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Leite (mil litros)</b>	294	354	216	230	220	359	442	303	299	291
<b>ovos de galinha (mil dúzias)</b>	58	39	29	30	30	314	115	109	118	133
<b>mel de abelha (quilogramas)</b>	275	320	100	85	20.000	3	3	1	1	130

Fonte: Elaborada pela autora com base Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)- IBGE, 2020.

Todos os produtos evidenciados nos dados da Produção Agrícola Municipal foram encontrados nas visitas a FLSF, ao passo que do efetivo dos rebanhos somente foram encontrados galináceos e produção de origem animal foram encontrados os ovos de galinha e mel de abelha.

Destaca-se a meliponicultura que nos últimos dois anos têm sido bastante estimuladas por meio de projetos produtivos do governo do Estado da Bahia, especificamente o projeto Bahia produtiva. No município, a empresa Colméia Entrepasto Apícola LTDA conhecida comercialmente como Abelinha é uma empresa de pequeno porte certificada pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos (SISBI-POA) que permite comercializar em todo o Brasil e com a demanda constante de mais produtos a serem processados, os agricultores familiares da região tendem a aderir a produção de mel.

A partir do entendimento sobre a formação socioespacial do município de São Felipe verifica-se que se trata de um espaço agrário desigual com 98,18% de minifúndios e uma concentração fundiária de forte a muito forte.

### 3 CAMINHOS DE FEIRAS

O presente capítulo tem como objetivo percorrer, pelos caminhos históricos, saberes sobre as feiras, a partir de uma leitura multidisciplinar das produções técnicas e científicas publicadas. O capítulo está estruturado em quatro seções: a primeira disserta sobre conceitos e noções sobre feiras, mercados e feiras livres, correlacionando a importância destes espaços para a sociedade; a segunda seção trata sobre como a temática é abordada no seio acadêmico da área de Geografia, a partir de interpretações de cienciometria; a terceira seção trata sobre os sujeitos sociais - feirantes e frequentadores - presente nas feiras livres e a quarta seção apresenta a feira livre do município de São Felipe.

#### 3.1 AS FEIRAS LIVRES: BRASIL, NORDESTE, BAHIA

Inicia-se esta abordagem pela etimologia, origem das feiras e noções de comércio. A palavra feira deriva do latim *feria* que significa dia festivo. Porém os estudos de Turgout (2005) atribuem os seguintes significados: fórum, lugar público. O dicionário da Língua Portuguesa defini como “lugar público, não raro descoberto, onde se expõem e vendem as mercadorias” (FERREIRA, 2008, p. 401). O frade e historiógrafo Viterbo (1798) no livro “Elucidario das palavras, termos e phrases” esclarece que feira significa “Congregação do povo, que em algum lugar público concorre a comprar, vender ou commutar o que bem lhes parece” (VITERBO, 1798, p.191).

Sabe-se que as feiras livres existem desde os primeiros agrupamentos humanos e que sua origem se deve ao desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais (LIMA; SAMPAIO, 2009), embora haja estudos que considerem o seu surgimento na Antiguidade (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013). Os registros históricos revelam que as feiras só foram oficializadas na Idade Média, mais precisamente no séc. XV, como nos aponta Araújo (2012), devido ao controle destas pelo Estado e que ganharam notoriedade graças à influência na formação de cidades como Florença.

As evidências da existência deste espaço também são encontradas nas passagens bíblicas<sup>18</sup> que mencionam sua importância no cotidiano social, como nas seguintes passagens do Antigo Testamento, no período entre 593 e 565 a.C., no livro de Ezequiel - profeta que

---

<sup>18</sup> A Bíblia é uma importante fonte de conhecimento, pois registra eventos históricos.

descreveu o que acontecia no território ou aquilo que os habitantes de Jerusalém faziam (KUNZ, 2006)

Vinham de Tarsis toda a espécie de mercadorias para serem transacionadas nos teus mercados - prata, ferro, estanho e chumbo. Negociantes de Javã, de Tubal e de Meseque traziam escravizados, e também vasos de bronze; enquanto que de Togarma vinham às tuas **feiras** com cavalos, e com machos. (...) Os árabes e os ricos príncipes mercadores de Qedar trouxeram-te cordeiros, carneiros, bodes. Os negociantes de Sabá e de Ramá vinham com toda a espécie de especiarias, com joalheria e ouro. Gente de Harã, de Cané, Éden, Sabá, Assur e Quilmade eram marchantes nas tuas **feiras**. Negociavam contigo toda a sorte de artigos - tecidos de azul, bordados, carpetes de cores preciosas, tudo muito bem embalado em baús de madeira de cedro, seguramente amarrados com cordas. Os navios de Tarsis eram as tuas caravanas; tinhas armazéns, para além do mar, cheios até ao tecto! (BÍBLIA, 1982, grifo nosso).

E em passagens do Novo Testamento por volta do ano 90, no Evangelho segundo João:

No recinto do templo, viu comerciantes que vendiam gado, ovelhas e rolas para os sacrifícios, e cambistas que trocavam dinheiro sentados atrás de bancas. Com cordas, Jesus fez um chicote e pô-los fora do templo, assim como os bois e ovelhas, espalhando o dinheiro dos que faziam negócio, e derrubando as mesas. Dirigindo-se aos vendedores de pombos, mandou: Tirem isto daqui! Não façam da casa de meu Pai uma **feira!** (BÍBLIA, 1982, grifo nosso).

Os registros históricos bíblicos, os estudos arqueológicos de Gordon Childe (1945) e Jacobs (1975) indicam que, desde os primeiros períodos históricos, os seres humanos tinham um planejamento dos recursos materiais. Primeiramente, por meio da subsistência, posteriormente com as trocas comerciais foi possível a lucratividade necessária para a acumulação de bens (ARAÚJO, 2011). Na Antiguidade, as feiras eram os principais pontos de encontro de comerciantes para abastecimento das regiões e troca de mercadorias, o que segundo Bernardino (2015) foi auxiliado pelas Cruzadas e, posteriormente, foram estes espaços que alavancaram o desenvolvimento de cidades no Renascimento comercial do século XIII.

O filósofo e historiador Huberman (1984) através da análise de documentos históricos que fazem referências às grandes feiras da Europa do século X-XV observa que havia um programa da feira (quase sempre o mesmo) e as transações financeiras onde “(...) pesavam-se, avaliavam-se e trocavam-se as muitas variedades de moedas; negociavam-se empréstimos, pagavam-se dívidas antigas, letras de crédito e letras de câmbio circulavam livremente” (HUBERMAN, 1984, p. 34). O poder local autorizava o pedido realizado de forma individual ou coletiva e depois de alguns dias de preparativos: desempacotar a mercadoria, armar as

barracas, efetuar pagamentos e cuidar de todos os outros detalhes, inaugurava-se a grande feira. Havia apresentações artísticas, entre elas as de saltimbancos que procuravam divertir o povo. Embora produtos de toda espécie fossem vendidos durante todo o tempo, alguns dias eram reservados ao comércio de tipos especiais de mercadorias, como fazendas, couros e peles (HUBERMAN, 1984).

Virginia Rau (1982) aponta que, nas feiras portuguesas, os prazos de realização estavam associados a festividades religiosas, sobretudo aquelas vinculadas com a Igreja Católica e que era um importante lugar de comunicação, pois

era nas feiras que se obtinham notícias do que se passava pelo ‘mundo’, do resultado das colheitas das regiões circunvizinhas e de tantos outros assuntos que, como até hoje são a base do cavaquear do povo (...) era nelas que o comerciante vindo de longe contava as histórias maravilhosas ou terrificantes das suas aventuras em países longínquos, o que vira e ouvira pelas sete partidas do mundo” (RAU, 1982, p. 53)

Neste sentido, Karl Polanyi (2000) ao analisar a evolução dos mercados na história elucidada que a feira é um tipo de mercado procedente dos mercados de longa distância, com caráter crescente e difere do mercado local, pois “supria as necessidades da localidade e a ele compareciam apenas os habitantes das vizinhanças” (POLANYI, 2000, p. 314) e que a expansão marítima durante os séculos XV e XVI proporcionaram a intensificação e inserção deste mercado.

É no séc. XV que as feiras começam a ser estudadas e regulamentadas. Braudel (1998) demonstra que estas surgiram em várias localidades do Planeta com suas singularidades e peculiaridades, afinal toda feira é singular. Mott (1975) aponta que no continente africano, as sociedades possuíam feiras e mercados permanentes ou temporários, além de moedas, caravanas comerciais. Já no continente americano, as feiras e os mercados surgiram em tempos e origens distintas.

No Brasil, as feiras livres seguiram, em certa medida, a tradição ibérica e, posteriormente, mesclada com práticas africanas (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008). Segundo o antropólogo Luiz Mott (1976), México e Guatemala eram os países da América Latina que possuíam “praças de mercado” antes da chegada dos europeus, para os demais países “as feiras constituíam uma inovação que era desconhecida da população nativa” (MOTT, 1976, p. 82).

Em um país que foi instaurado pelos portugueses, uma civilização de raízes rurais (HOLANDA, 1995) e atualmente é muito rural (VEIGA, 1996), as feiras livres correspondem

à materialidade determinada em tempo e espaço que compreendem dinâmicas diversas e complexas resultantes da relação rural-urbana, além da pluralidade de culturas do nosso país. Converte-se com Ricotto (2002, p.114) que estes espaços geram “desenvolvimento, dinâmico e multidimensional, que supera o desenvolvimento agrícola e revaloriza o papel do agricultor familiar na sociedade”.

Os estudos de Mott (1976) demonstram que os colonizadores concebiam a feira como uma instituição que permitia concentração de mercadorias nativas que poderiam ser exportadas para Portugal, como as feiras de Angola<sup>19</sup> e abastecimento local/regional. Verifica-se que antes, entre os povos originários, não havia comércio e sim “trocas silenciosas”<sup>20</sup>. O primeiro registro de feira pelo governo português é datado de 1548 pelo rei D. João III, em que determinava ao primeiro governador Geral do Brasil, Tomé de Souza:

Ordenareis que nas ditas vilas e povoações (da Bahia) se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, *feira* a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houverem mister, e assim ordenareis que os eritãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles... (Regimento do Governador Geral, 1548 *apud* MOTT, 1976, p. 8)

O objetivo eram as trocas de produção que para o pesquisador Félix Santos (2018) está implícito no aldeamento dos índios que ocasionou excedente de produção dos mantimentos de subsistência, influenciadas pelas características do povoador. Neste enfoque “farinha de um tipo de inhame”, a farinha de mandioca, teve um protagonismo marcante, sendo inclusive por um período, moeda de troca. Tal ação foi reforçada em 1598, quando um segundo regimento é enviado ao Governador Geral e enfatizado que sejam realizadas feiras para que os gentios<sup>21</sup> frequentassem e comercializassem.

Não há registros de documentos oficiais sobre a primeira feira do Brasil, mas Braudel (1998) aponta uma carta datada de 1125 com a existência de uma feira de gado, couros. Azevedo e Queiroz (2013) afirmam que o primeiro registro oficial da existência de feira no Brasil é datado de 1732 e trata-se da feira de Capoeira, uma feira rural localizada no Recôncavo Baiano.

<sup>19</sup>As feiras de Angola reuniam produção de nativos, como marfim, cera, metais com objetivo de exportação para a Europa (MOTT, 1976, p.84).

<sup>20</sup> O termo trocas silenciosas é utilizado para fatos sociais totais – ação de totalidade material e imaterial da sociedade e suas instituições- Podem ser rituais de oferenda ou trocas cerimoniais em que ambas as partes envolvidas possuem mútua obrigação e não devem ser entendidas somente como uma simples troca de bens. (MAUSS, 1974).

<sup>21</sup> O coletivo gentio foi utilizado pelos jesuítas e significava o oposto de cristão. Marques (2014) aponta que no Recôncavo baiano os gentios bravos eram acusados pela população branca local de invasão, assaltos, mortes e roubos e estes, constantemente realizavam ameaças de abandonar as terras e exigiam providências da Coroa Portuguesa.

Luiz Mott (1976) cita em seus estudos que, no período colonial, as feiras livres eram de dois tipos: feira-mercado e feira-franca. A feira-mercado era realizada com periodicidade semanal, no dia de sábado, em determinada área fixa e tinha por objetivo realizar o abastecimento alimentar da região, já a feira-franca era realizada duas vezes ao ano e tinha a função de comercializar bens de outras regiões. Ambas estavam em todas as regiões brasileiras, mas não eram as únicas fontes de abastecimento alimentar da população. Por volta de 1587, pequenos comércios locais começam a surgir: lojas, vendas, tavernas, boticas, estalagens, açougues, casas de pasto, tendas, casas de negócio, quitandas.

Araújo (2012) aponta que, do século XVI até praticamente o século XVIII, o comércio deu-se

[...] em torno dos engenhos, dos armazéns das cidades e vilas, dos portos, e também por intermédio dos mascates que circulavam com as mercadorias nas regiões interiores. Esta precária rede comercial originou nas cidades uma escassez de gêneros alimentícios para o abastecimento da população, na medida em que toda mão-de-obra disponível via-se presa à produção açucareira, “(...) cuja exportação deixava grande margem de lucros. Assim ninguém dava a importância aos gêneros alimentares” tão necessários à sobrevivência da população (ARAÚJO, 2012, p. 65-66).

No séc. XVIII e XIX, o Brasil é influenciado pelos ideais da Europa de modernismo e movimento higienista<sup>22</sup> para as cidades, cujos discursos governamentais falavam de crescimento econômico e urbano das cidades, principalmente por meio do campo arquitetônico e urbanístico. A cidade “moderna” deveria possuir grandes obras e intervenções no espaço público amparados em questões de civilidade, de forma autoritária e segregadora (MORAES, 2017).

O Mercado de São José, primeiro mercado público do Brasil, foi inaugurado em 7 de setembro de 1875 em Recife/PE. Segundo arquivo histórico do Mercado, a motivação para sua construção foi o crescente comércio em Recife no século XIX e sua abertura foi determinada no mesmo local onde se encontravam os feirantes.

Na atual região Nordeste, nos séculos XVIII e XIX, a configuração econômica era baseada na cana-de-açúcar, pecuária e cultivo do algodão que favoreciam o surgimento de feiras livres devido à necessidade de pontos de encontro de rotas de mercadorias. Existem registros de feiras livres, também chamadas de feiras de rua (SÁ, 2015), nos atuais estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. No século XX,

---

<sup>22</sup>O movimento higienista é produto dos problemas coletivos de saúde, intensificados durante o processo de urbanização ocasionado na Europa a partir do final do século XVIII, e no Brasil no final do século XIX (MORAES, 2017, p. 20)



[...] várias feiras tomam uma dimensão regional no Nordeste. Entre elas destacam-se as feiras de Feira de Santana na Bahia, de Arapiraca em Alagoas, de Arcoverde e de Caruaru em Pernambuco, e a feira de Campina Grande na Paraíba, e as feiras de Mossoró, Açú, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, e Macaíba no Rio Grande do Norte. As feiras livres tornaram-se museu vivo da história e da cultura popular nordestina. (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013, n. p).

No início do séc. XIX são construídos vários mercados municipais no Brasil, dentro de uma opção de desenvolvimento urbano-industrial, as construções dos mercados municipais representavam modernização e preceitos higienistas, visto que era atestada a organização que permitiria a periódica comercialização dos produtos rurais em um único espaço e de forma organizada (ALVES; FILHO, 2011; MORAES, 2017). Ainda hoje, tais discursos no âmbito do planejamento governamental estão bem presentes, tanto em documentos que valorizam os mercados em detrimento das feiras, bem como nos discursos de retirada das feiras livres, geralmente condicionados à menção de construção de um mercado (PEREIRA, 2020).

Atualmente, a importância das feiras livres alcança do abastecimento alimentar nas áreas urbanas perpassando pela variedade agrícola, sociabilidades, cultura e abarcando as relações ecológicas. Leitura que converge com Mascarenhas e Dolzanni (2008):

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes (excetuando-se obviamente o Plano Piloto da capital federal, Brasília, pautado em princípios urbanísticos singulares). Desempenham ainda hoje papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que tiveram de enfrentar nos últimos 30 anos. (MASCARENHAS; DOLZANNI, 2008, p. 13)

Na região Nordeste:

[...] a feira de menor porte, que é visivelmente presente por todo o interior, e as feiras urbanas, presentes nos grandes centros. Aquelas, remanescentes das feiras tradicionais, têm muitas vezes uma conotação rural, onde o agricultor, artesão e criador se transformam em comerciantes e simultaneamente fregueses dos seus colegas de profissão, uma vez que adquirem na própria feira os recursos e os mantimentos necessários para sua sobrevivência. Elas ocorrem com mais intensidade nos menores e mais rústicos povoados, quer do Litoral quer do Sertão. As que se enquadram no segundo tipo de feira, de maior porte, são também chamadas de feiras livres ou feiras de mercado, por se realizarem em dias fixos e, em muitos casos, localizadas no entorno das edificações dos mercados. (ARAÚJO, 2012, p. 81-82).

Convém destacar a diferença entre feiras, feiras livres e mercado público. No dia a dia é comum ouvir nos noticiários e em diálogos rotineiros, estes espaços serem mencionados como sendo a mesma coisa, mas não são. A partir do séc. XVIII, com a idade moderna, as

políticas higienistas e burocracias emersas pelo Capitalismo global, passa a ter feiras e feiras livres, além da expansão dos mercados públicos.

O termo livre é um adjetivo que pode admitir os seguintes significados:

1. Que não está sujeito a algum senhor. 2. Que não está, ou já não está, prisioneiro; solto. 3. Desprendido, solto. 4. Que age por si mesmo; independente. 5. Que goza dos seus direitos civis e políticos. 6. Cujo funcionamento sem coerção ou discriminação é garantido por lei. 7. Permitido, autorizado. 8. Isento. 9. Disponível, desocupado. 10. Desimpedido, desembaraçado. 11. Que não está casado. 12. Desregrado, licencioso. 13. Sem limites; imenso. (FERREIRA, 2008, p. 520)

A junção dos termos feira com livre proporciona um entendimento que este espaço seja imperativo na valorização social e seu caráter econômico, carrega semântica que remete à liberdade econômica. Outro sentido de livre associado à feira, apontado por Minnaert (2008), remete estar sob o sol e a chuva, expostos ao ambiente de rua. Convém destacar que a rua é

Um elemento revelador que a partir do qual se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias, bem como desvendar a dimensão do urbano, das estratégias de subsistência pois marca a simultaneidade do cheio e do vazio, dos sons e ruídos: das temporalidades diferenciadas. No panorama das ruas pode-se ler a vida cotidiana: - seu ritmo, suas contradições, - os sentimentos de estranhamento, - as formas como se trocam mercadorias. - o modo como a solidão desponta. - a arte da sobrevivência (meninos de rua, mendigos), - as vitrines onde o ritual da mercadoria inebria, - o contraste das construções, das suas formas, usos, cores. - as imagens dos outdoors e luminosos que ocupam o olhar. (CARLOS, 2000, p. 245).

Com o processo de globalização, em algumas localidades, as feiras livres diminuíram ou foram extintas, mas aquelas que resistiram, “filhas rebeldes da modernidade” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 84), possuem duas importantes características essenciais na luta da continuidade destes espaços: sobrevivência material dos feirantes e sobrevivência imaterial da sociocultura.

A feira é a união de pessoas que se reúnem em determinado local para expor, comprar, vender ou trocar mercadorias e/ou serviços e/ou conhecimento; possuem tamanhos variados – feira, feirinha e feirões - e dimensão escalar podendo ser locais, regionais, nacionais, globais (ZANINI; SANTOS, 2017). Exemplos: Feira Nacional do Agronegócio, Feira do Artesanato, Feira Gastronômica, Feira Cosmética, Feira de Ciências, Feira Tecnológica, Feira Agroecológica, Feira do Nordeste de Amaralina etc.

Bernardino (2015), com base em Chapman (1987), determina as seguintes tipologias para feiras:

Quanto à origem podem ser: naturais (surgiram espontaneamente) ou planejadas (criadas ou organizadas pelo poder público ou privado);

Quanto ao acesso, podem ser: públicas (entrada livre e gratuita) ou privadas (acesso controlado e pago);

Quanto à finalidade, podem ser: feiras de revenda (onde os compradores adquirem produtos para revenda) ou feiras de negócio para consumo final (onde os compradores são empresas que adquirem produtos para serem consumidos pelas próprias empresas) e de retalho (onde o comprador é o consumidor final);

Quanto ao tempo (periodicidade), podem ser: diárias, semanais, mensais ou anuais;

Quanto ao espaço (amplitude geográfica), podem ser: feiras locais (os frequentadores moram no entorno da feira); feiras regionais (apresentam frequentadores de outras cidades da mesorregião onde se encontra); feiras nacionais (apresentam frequentadores de vários lugares do país); feiras internacionais (apresentam frequentadores estrangeiros);

Quanto ao público alvo, podem ser: feiras de público específico (ex. feiras de profissões, de antiguidades, de imóveis, de noivas etc.) e de interesse geral (dirigidas a interesses mais genéricos. Ex. feiras da casa ao jardim, feiras populares de rua etc. (BERNARDINO, 2015, p. 44-45).

A feira livre, também chamada de feira tradicional de rua, é uma feira com características específicas, pois é um evento que ocorre em espaço público com determinada periodicidade e as principais mercadorias são os alimentos, podendo ter dimensão escalar local e/ou regional. “Tem sido vista como subemprego ou subatividade, com várias predições sobre este comércio” (BERNARDINO, 2015, p.79) e muito associada em discursos, documentos oficiais como “espaço de pobre e de sujeira” (ARAÚJO, 2012). Ao longo do tempo, algumas desapareceram, outras surgiram, outras mudaram e todas correspondem a “uma contra-racionalidade resistente às mudanças e imposições do mundo globalizado” (BERNARDINO, 2015, p.31).

O mercado público é um mercado coberto com proposta de soluções arquitetônicas de conforto, estrutura e função, além de atender uma configuração moderna dos princípios comerciais, sanitários e estéticos (MORAES, 2017) e são de responsabilidade do governo municipal. Pintaudi (2006) afirma que o mercado público é “forma de intercâmbio de produtos encontrada em cidades da antiguidade e se hoje tem continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas” (PINTAUDI, 2006, n. p.).

Nas pequenas e médias cidades, as feiras livres compreendem uma significação ainda mais abrangente, pois são os principais canais de comercialização de produtos da agricultura familiar (PIERRI; VALENTE, 2010). Neste quesito, Maria Wanderley (2001) afirma que estes agricultores precisam adaptar-se aos novos contextos sociais e econômicos, ajustando-se e resistindo às mudanças do diálogo entre o rural e o urbano, tanto em integração e cooperação quanto em tensões e conflitos. Neste sentido, as considerações da tipologia

revelada por Araújo (2012) podem mesclar-se, dada as intensas dinâmicas que podem ocorrer nestes espaços.

Do ponto de vista da análise da vida urbana, Roberto Lobato Côrrea (1997) afirma que “quanto menor a cidade em termos de centralidade, maior será a importância relativa da feira semanal para a vida urbana” (CORREA, 1997, p. 69). A relação feira-cidade admite caráter regional, visto que o dia da feira amplia o comércio e trocas regionais, além de fortalecer dinâmicas territoriais e regionais.

As cidades pequenas possuem especificidades onde suas feiras livres são espaços de venda, compra e troca de alimentos e mercadorias, com periodicidade, carregados de simbologia - cheiro, cores, sons, ritmos e sabores - que convidam para o exercício de sociabilidades, da coexistência contemporânea entre tempos, de vivenciar o lúdico. Possuem uma paisagem complexa e singular repletos de simbologia, cuja dinâmica revela territórios que foram modificados e verdadeira tradição regional que, por guardar traços culturais, o modo de vida camponês perpassa o seu espaço de acontecimentos e se materializa na cidade (VEDANA, 2004; SATO, 2007; GUIMARAES, 2010; PIERRE; VALENTE, 2010; BOECHAT; SANTOS, 2011; MORAIS; ARAUJO, 2012; SANTOS et al, 2014; PEREIRA; ALENCAR, 2016; PORTILHO et al, 2017).

Segundo os dados do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MAPASAN, 2015) existem 818.504 Feiras Livres ou Populares no Brasil (Tabela 11 e Figuras 7, 8, 9 e 10).

**Tabela 11-** Quantidade de Feiras Livres ou Populares no Brasil, 2015

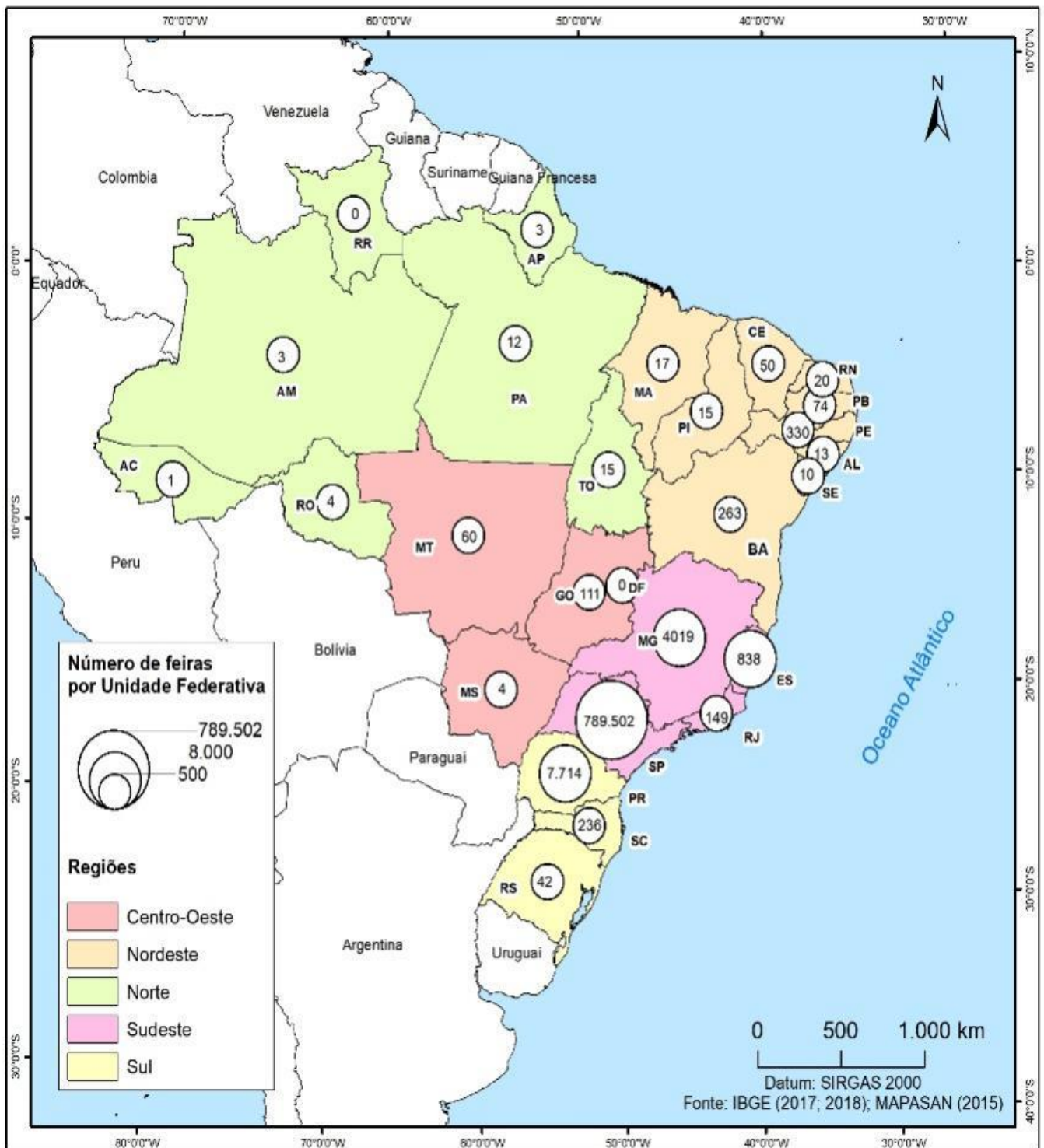
Tipo de Feira Livre ou Popular	Periodicidade da Feira					TOTAL
	Semanal	Quinzenal	Mensal	Não é regular	Não souberam responder	
Feira Convencional - sem alimentos orgânicos ou agroecológicos	801.318	1.147	22	118	899	803.504
Feira Convencional- com produtos orgânicos e/ou agroecológicos	9.840	96	108	52	7	10.103
Feira agroecológica ou de produtos orgânicos	4.457	69	37	23	2	4.588

Não souberam responder	253	2	10	7	37	309
Total	815.868	1.314	177	200	945	818.504

Fonte: Elaborada pela autora. Com base nas informações do MAPASAN, 2015.

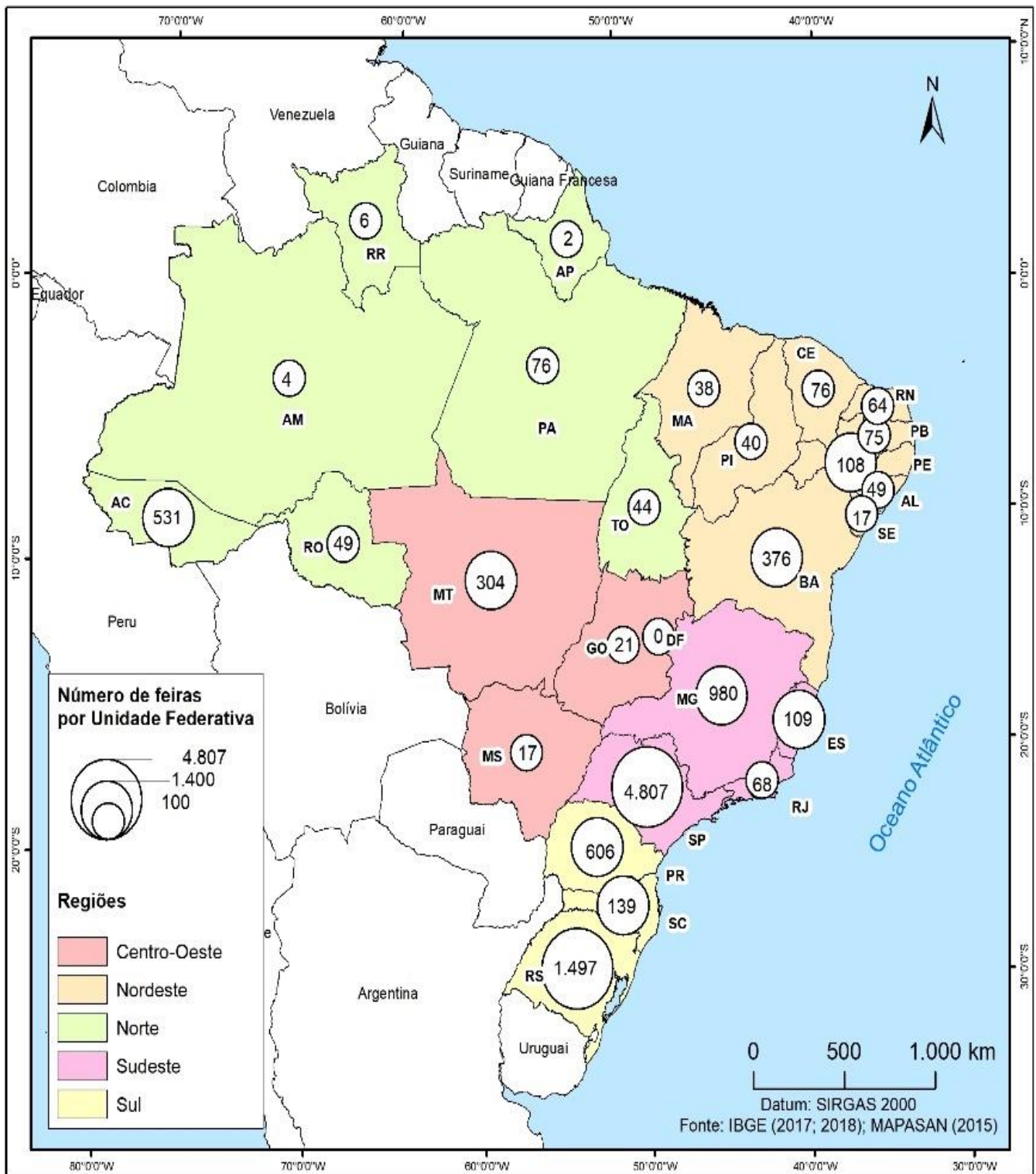
A classificação adotada pelo órgão de planejamento estatal classifica as feiras tendo como ponto de partida, os tipos de alimentos comercializados. Denominadas de Feira livre ou Popular, elas podem ser classificadas em: Feira Convencional - que não comercializa ou comercializa produtos orgânicos e/ou de base agroecológica; Feira agroecológica ou de produtos agroecológicos - que comercializa exclusivamente ou majoritariamente produtos orgânicos e/ou de base agroecológica.

**Figura 7-** Feiras Convencionais sem alimentos orgânicos e/ou agrocológicos, Brasil, 2015



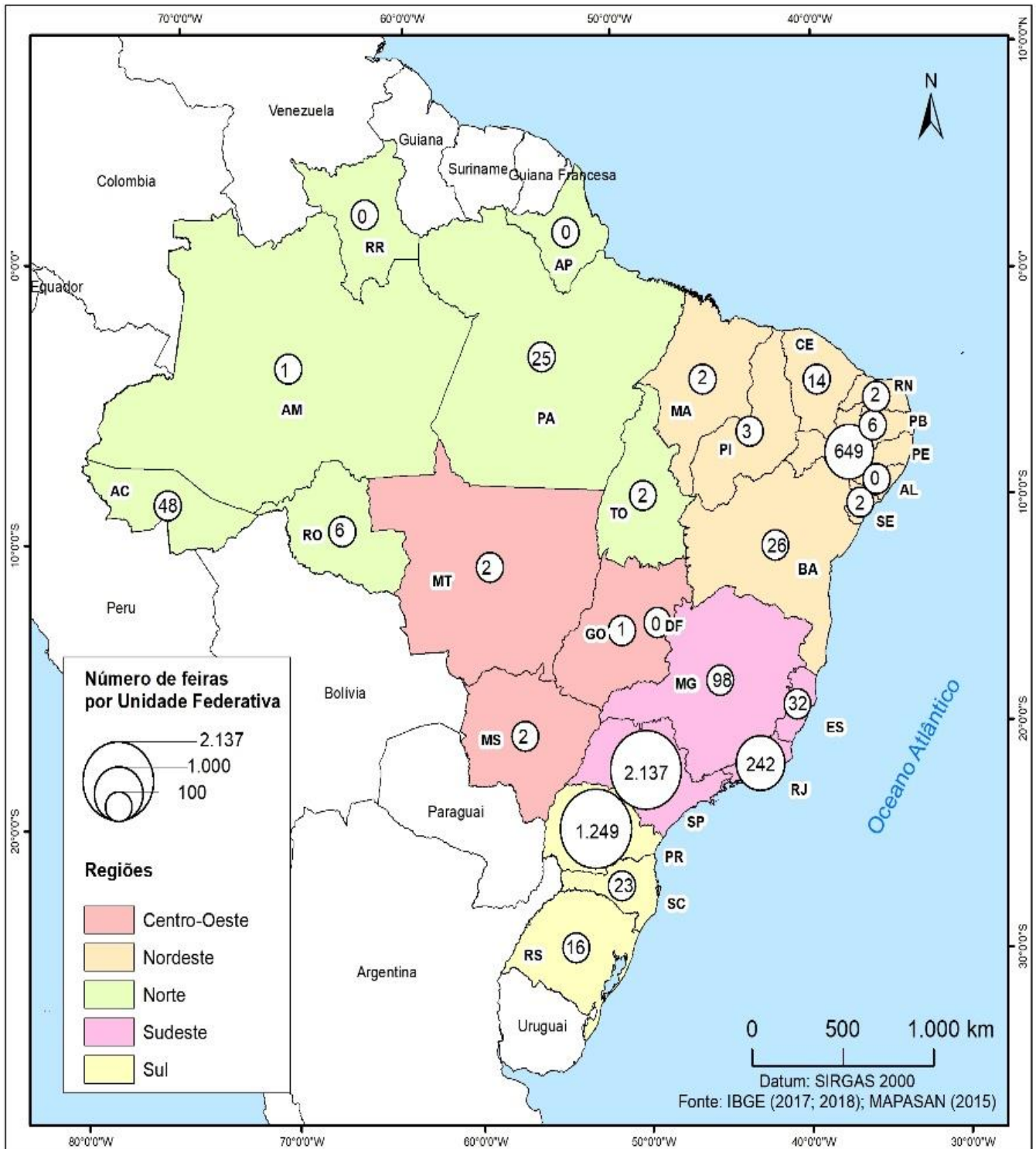
Elaborado por: Luís Henrique Couto Paixão e Michele Paiva Pereira, 2021.

**Figura 8 - Feiras Convencionais com alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, Brasil, 2015**



Elaborado por: Luís Henrique Couto Paixão e Michele Paiva Pereira, 2021.

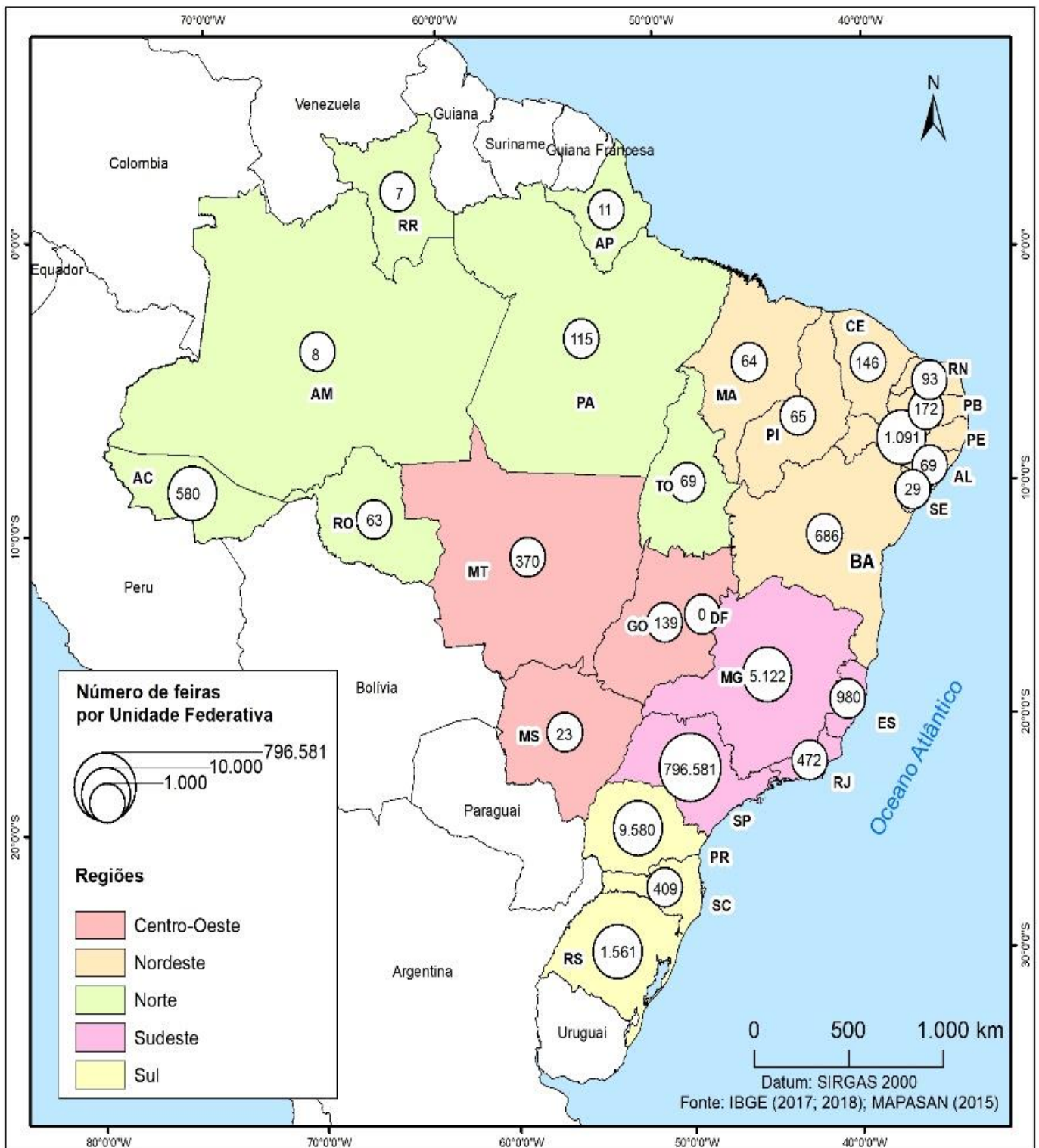
**Figura 9-** Feiras agroecológicas ou de produtos agroecológicos, Brasil, 2015



Elaborado por: Luís Henrique Couto Paixão e Michele Paiva Pereira, 2021.



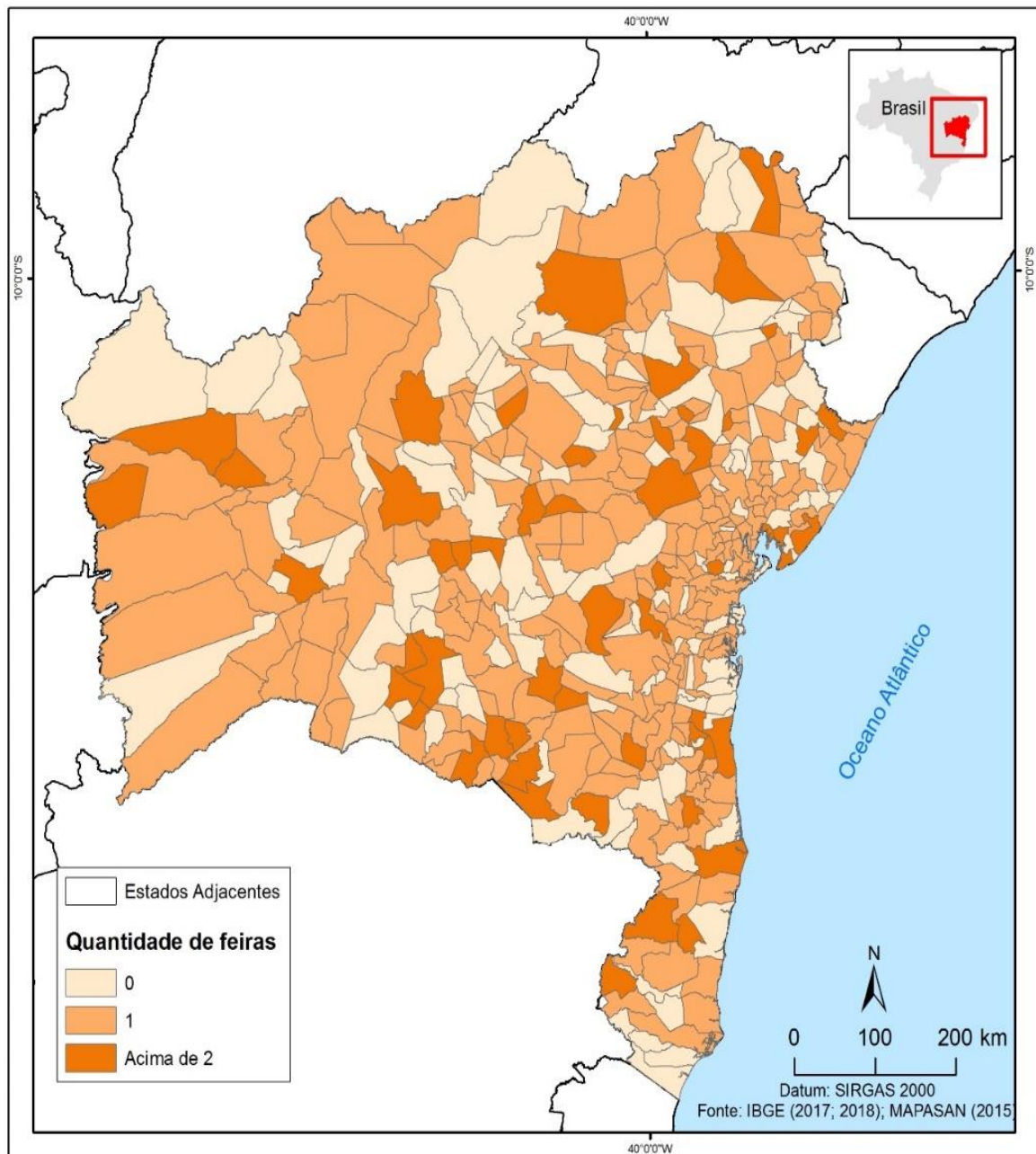
**Figura 10-** Feiras livres ou populares total, Brasil, 2015



Elaborados por: Luís Henrique Couto Paixão e Michele Paiva Pereira, 2021.

No estado da Bahia (Figura 11), as feiras livres exercem um importante papel na economia dos municípios, e são um grande gerador de emprego e renda para agricultores familiares (BAHIA, 2020). Segundo o MAPASAN (2015), 55,63% dos municípios baianos possuem somente uma feira, enquanto 31,19% dos municípios não possuem feiras e 13,18% possuem mais de uma feira, com destaque para Camaçari (8 feiras) e Gentio do Ouro (7 feiras). A gestão municipal de Salvador declarou apenas a existência de duas feiras.

**Figura 11-** Feiras livres ou populares na Bahia, 2015



Fonte: Elaborado por Luís Henrique Paixão e Michele Paiva Pereira. Com base nas informações do MAPASAN, 2015.

Conforme já mencionado, o primeiro registro de feira no Brasil foi no Recôncavo baiano e sendo, segundo IBGE (2019), o estado federativo com maior número de agricultores familiares, 593.000, as feiras livres são um importante canal de comercialização desta produção. Possuem em sua constituição: o antigo e o novo, transformações e resistências que revestem suas significações de territorialidade, propiciando uma relação homem-natureza que dialoga entre o rural e o urbano constitutivos dos municípios (PEREIRA; ALENCAR, 2016).

A Tabela 12 demonstra que no estado da Bahia prevalecem as feiras convencionais com produtos orgânicos e/ou agroecológicos que, somando com as feiras agroecológicas, representam 57,72% das feiras populares do Estado, o que aponta a potencialidade deste espaço na luta pela segurança alimentar, nutricional e soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Cabe ressaltar que o DHAA é contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e incluso no artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988 como um dos direitos sociais, desde a aprovação da Emenda Constitucional n.º 64, em fevereiro de 2010.

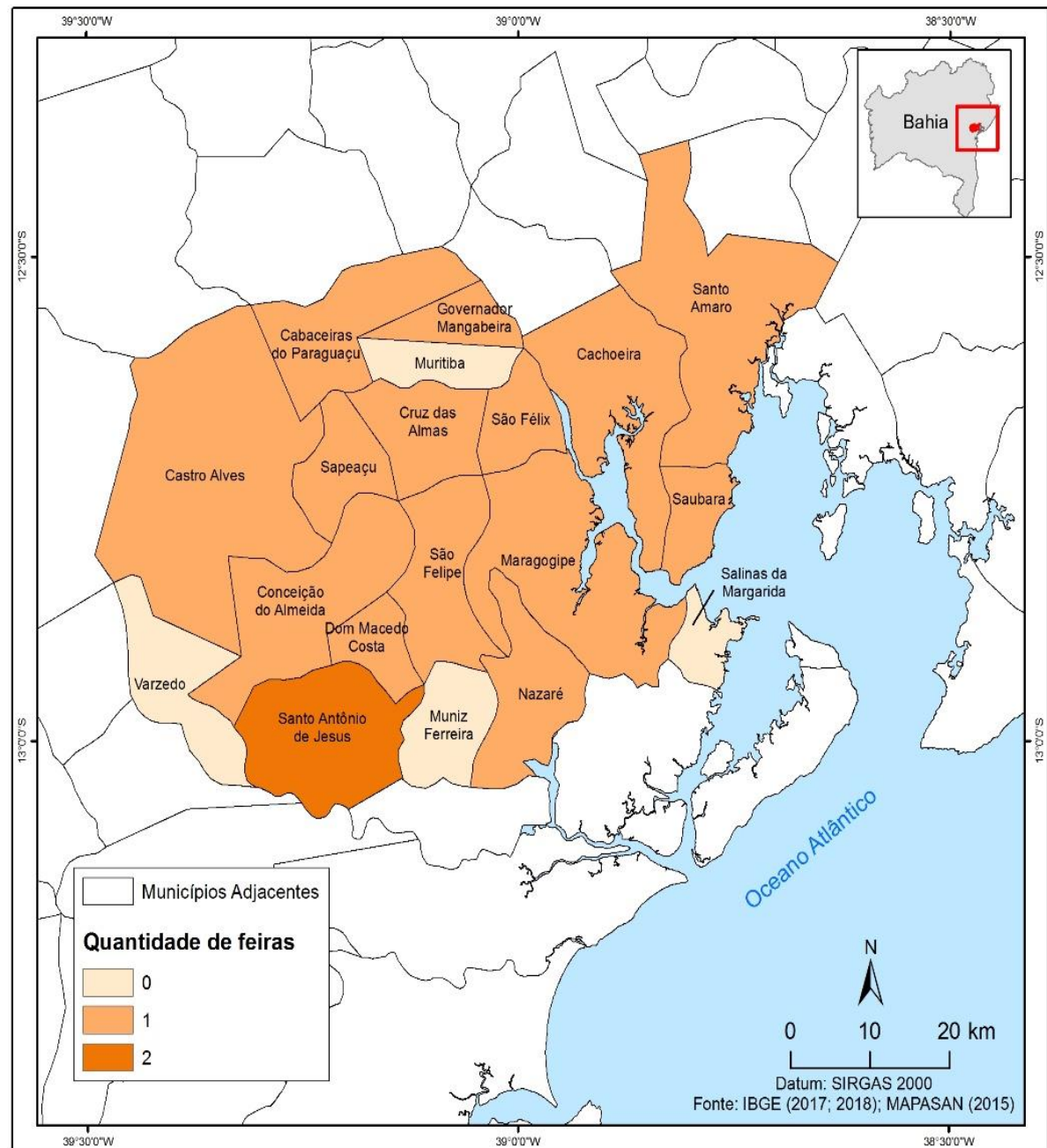
**Tabela 12-** Quantidade de Feiras Livres ou Populares na Bahia, 2015

Tipo de Feira Livre ou Popular	Periodicidade da Feira					TOTAL
	Semanal	Quinzenal	Mensal	Não é regular	Não souberam responder	
Feira Convencional - sem alimentos orgânicos ou agroecológicos	259	0	1	3	0	263
Feira Convencional-com produtos orgânicos e/ou agroecológicos	371	3	0	1	1	376
Feira agroecológica ou de produtos orgânicos	25	0	0	1	0	26
Não souberam responder	17	0	0	1	3	21
Total	672	3	1	6	4	686

Fonte: Elaborada pela autora. Com base nas informações do MAPASAN, 2015.

No Território de Identidade Recôncavo (Figura 12), segundo o MAPASAN (2015), 68,42% dos municípios possuem uma feira, enquanto 26,31% não possuem. Somente o município de Santo Antônio de Jesus declarou possuir mais de uma feira.

**Figura 12-** Feiras livres ou populares no Território de Identidade Recôncavo, 2015



Fonte: Elaborado por Luís Henrique Paixão e Michele Paiva Pereira. Com base nas informações do MAPASAN, 2015.

Os dados do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MAPASAN, 2015) demonstram a representatividade do quantitativo das feiras no território baiano, em especial para o TI Recôncavo e sendo um importante canal de comercialização da produção da agricultura familiar, este parâmetro é um fator benéfico que justifica a permanência destas feiras.

### 3.2 OBJETO DE ESTUDO PARA A GEOGRAFIA

A palavra ciência vem do latim *scientia* que significa conhecimento. Admite-se como um conjunto metódico de aquisições intelectuais alcançadas por meio de observação e experiência que assumem características históricas e estão em constante processo e transformação (JAPIASSU, 1977), o que para Demo (1981, p.15) “sendo a ciência um fenômeno social, não pode escapar ao posicionamento político, manifesto ou latente”.

Para o pesquisador o posicionamento é “guiado por um interesse, por certas orientações fundamentais enraizadas nas condições básicas de autoconservação da espécie” (JAPIASSU, 2000, p. 71). Dito de outra maneira, os pesquisadores trazem para a dimensão da pesquisa, suas trajetórias de vida e acadêmica, ou seja, o mito da neutralidade científica é facilmente desmascarado quando verificamos discursos e direcionamentos metodológicos presentes na academia.

Jessé de Souza (2015) na publicação “A tolice da Inteligência Brasileira” analisa as desigualdades do Brasil e verifica que a ciência social dominante soberana produzida no país até os dias atuais é um fundamento do predomínio material e ativo das classes privilegiadas. Para o autor,

[...] “a ciência” - e os cientistas e especialistas que a incorporam- é, atualmente, quem herda “o privilégio” das grandes religiões do passado e diz o que é certo e o que é errado. Não existe notícia em jornal ou TV que não necessite do aval de um “especialista”. (SOUZA, 2015, p. 6).

Neste sentido, a leitura bibliográfica com parâmetros de análise bibliométrica que revelou repetições de autores e citações nos artigos sobre feiras livres causou em um primeiro momento, um estranhamento e, posteriormente, inquietações. Toma-se como ponto de partida que cada feira é única e possui dinâmicas tão complexas, aliada as leituras de Araújo (2012) que em seus estudos identificou que o termo feira livre está associado à sujeira e pobreza em discursos, levou-se as seguintes inquietações: na área da Geografia quais discursos estão presentes? e em que medida? Sendo a Geografia, um campo disciplinar de força e aberturas para fortalecimento de um projeto de sociedade menos desigual e contemplativo na/diversidade de mundos, que Milton Santos (2006) alerta que o “(.) objetivo correto não é uma geografia preocupada com os investimentos, mas com todas as formas de existência” (SANTOS, 2006, p. 29) - como aparece as feiras livres?

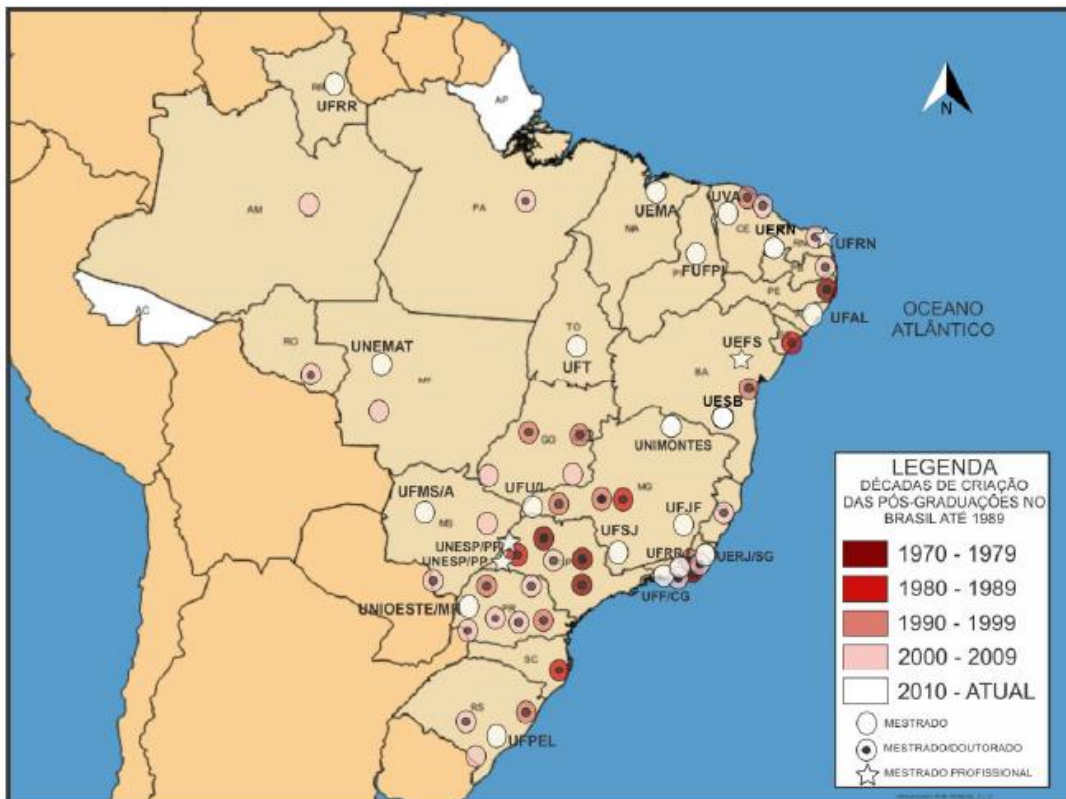
A busca dos trabalhos acadêmicos foi realizada no banco de dados de teses e dissertações do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, importante biblioteca digital pública que disponibiliza resumos de teses e dissertações apresentadas nos programas de pós-

graduação do país, utilizando o indexador norteadores (assunto) para a busca: feira livre e publicações que foram realizadas, até o ano de 2020, na Área de Avaliação de Geografia, nas quais foram encontrados 432 resultados, sendo 340 dissertações e 92 teses.

A historicidade da Escola Geográfica Brasileira demonstra que, embasados nos moldes da Escola Francesa, os estudos foram voltados para o entendimento da realidade brasileira e como reflexo da política de modernização empreendida. Destacam-se a atuação e influência das universidades estaduais paulistas, especificamente as detentoras da modalidade de doutorado, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual Paulista, campus Rio Claro até 1990, que posteriormente voltam a se destacar no período entre 2000 e 2010 (CAPES, 2016).

Atualmente com 77 Programas de Pós-Graduação e 114 cursos de Pós Graduação (72 mestrados acadêmicos, 37 doutorados acadêmicos, 5 mestrados profissionais) distribuídos em todos os estados federativos do Brasil (Figura 13), exceto Amapá e Acre, verifica-se que, segundo o Documento de Área de Avaliação da CAPES, tem em sua construção passado a lidar com novas dimensões paradigmáticas no domínio da interdisciplinaridade e na atuação no Ensino Básico e Fundamental (CAPES, 2016).

**Figura 13-** Expansão e Consolidação da Pós-Graduação em Geografia, 2010



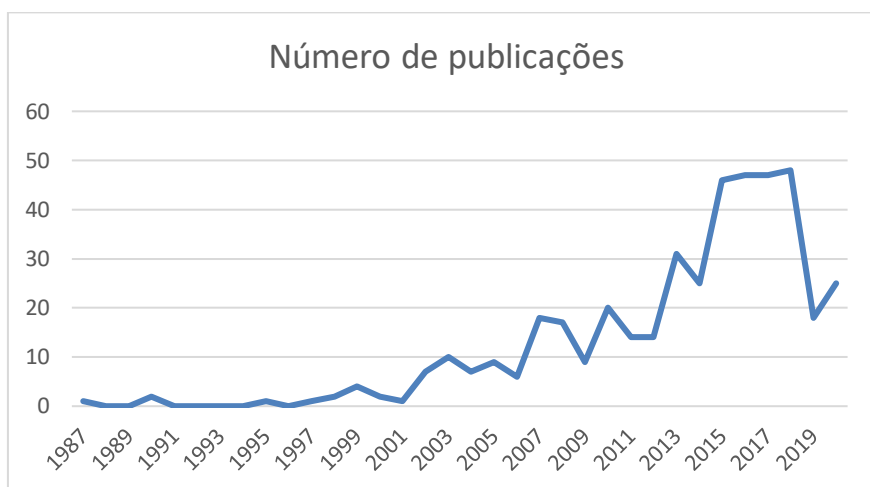
Fonte: CAPES, 2016.

Os relatórios e documentos de Área Geografia /CAPES apontam que sobre a interdisciplinaridade, verifica-se que a produção de trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área preconiza um ensejo de abordagem englobando diferentes campos do conhecimento para o entendimento da realidade que se impõe com os problemas e questões apresentadas às sociedades e o Documento de Área revela que “não há qualquer homogeneização e/ou enquadramento conceitual” (CAPES, 2016, n. p.). Sabe-se que a interdisciplinaridade está na gênese do conhecimento geográfico desde sua origem como disciplina até os dias atuais na busca da compreensão da relação da sociedade com a natureza.

A temática feira livre expressa na produção 432 trabalhos acadêmicos – dissertações e teses- revela que em um universo de 18.167 trabalhos publicados corresponde a 2,37% destas publicações, um percentual expressivo quando comparado com as outras áreas, em especial a área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PUR/DEMO) que apenas obtém 0,13% do universo analisado (PEREIRA, 2020).

Salienta-se que dos 432 trabalhos com as temáticas, 306 realizaram estudos sobre feiras livres (70,83%), o restante (29,17%) abordam a feira livre em um capítulo ou fazendo interrelações com o estudo. Este indicativo aponta que a feira livre é um fenômeno relevante pela sua dinâmica e expansão territorial, lócus de diversidade e complexidade importante para a reflexão sociedade e natureza. No entanto, com base no quantitativo da existência de 818.504 feiras no Brasil, elas ainda são pouco estudadas. Nota-se que feiras, feiras livres e mercados públicos são utilizados como sinônimos em 80,32% dos estudos, o que diverge do entendimento desta pesquisa, conforme já relatado.

Ao longo do período analisado (1987-2010) verifica-se que o número de trabalhos publicados tem mostrado que pesquisas sobre a temática na área são recentes, mais precisamente nos últimos dez anos (Gráfico 1), mesmo período que temos no Brasil um aumento de feiras - sobretudo as feiras agroecológicas, segundo os dados do MAPASAN (2014;2015) e o Relatório “A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil - Indicadores e Monitoramento, da Constituição de 1988 aos dias atuais” publicado em 2010. Os estudos de Araújo e Ribeiro (2018) revelam que estudos sobre feiras cresceram a partir dos anos 2000, explicada pelo crescimento das pesquisas sobre agricultura familiar e segurança alimentar, a partir de estímulos de programas elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 1998) e pela legislação para agricultura familiar (2006).

**Gráfico 1-** Número de publicações sobre a temática feira livre, 1987-2020, CTD/CAPES

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

O primeiro trabalho acadêmico registrado na área com a temática foi a tese publicada em 1987 e intitulada “O pequeno comércio no interior do nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande - estado da Paraíba” do autor Nilson Cortez Barros no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo e abordou a feira livre como instituição econômica e a importância deste espaço para trocas comerciais entre cidade e campo. Em todos os estudos analisados, tanto em termos de instâncias empíricas como em postulados teóricos, a relação campo-cidade está presente nas feiras e feiras livres, de uma forma contínua e sem delimitações.

Foram analisados 306 estudos com leitura do resumo, palavras-chaves e capítulo de introdução. Para tanto, adotou-se um modelo de investigação, em que os dados foram analisados por análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e obedeceram às seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e interpretações inferenciais.

Na etapa de pré-análise foi escolhido o indexador (assunto): feira livre. Posteriormente, na etapa de exploração do material, foram realizadas as unidades de registro, categorização e os referenciais teóricos utilizados. Por último, foi realizada análise reflexiva inerente às interpretações e inferências.

Sobre as unidades de registro que correspondem aos Programas de Pós Graduação que publicaram os trabalhos, prevalece a Universidade de São Paulo com 34 trabalhos, posteriormente a Universidade Federal de Sergipe com 22 trabalhos. Em termos regionais, prevalece a Região Nordeste com 146 trabalhos publicados sobre a temática (47,71%), o que é um indicativo da importância das feiras livres no cotidiano da região.



Na categorização, a categoria geográfica mais utilizada foi o território (73,52%) sendo as definições mais citadas, as dos autores Rogério Haesbaert e Milton Santos. Verifica-se aqui um entrelaçamento de conceitos e na abordagem da feira como instituição econômica, o que foi predomínio nos estudos, a teoria dos dois circuitos da economia urbana: circuito superior e circuito inferior. A obra mais citada foi Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos, do autor Milton Santos, estando presente em 67,64% das referências.

Os estudos revelaram que ao analisarem a inserção das feiras no meio técnico científico informacional verificam a coexistência dos tempos, permanências e mudanças que foram incorporadas na feira na modernidade e apontam a relevância na geração de renda e no circuito de produção regional. Santos (2004), citado por grande parte dos autores e autoras, menciona que existem dois circuitos na economia que se retroalimentam— o superior, com as empresas de grande porte voltada para o comércio nacional e internacional e o inferior, com atividades de pequena dimensão e direcionado ao comércio local.

Para a definição de feira ou feira livre, 78,43% dos trabalhos são embasados na tese de Mott (1975) defendida pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), intitulada “A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco”.

Dos 15.466 trabalhos acadêmicos defendidos e publicados pela Universidade Federal da Bahia, até o ano de 2020, constam no seu repositório institucional da UFBA (2020): 13 trabalhos acadêmicos sobre feiras livres, sendo 2 trabalhos de conclusão do bacharelado em Comunicação com habilitação em jornalismo e do bacharelado em Economia; 11 dissertações, sendo três do Programa de Pós Graduação em Geografia, duas do Programa de Pós-graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, duas do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, uma do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, uma do Programa de Pós-Graduação em História, duas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e três teses sendo duas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e uma Programa de Pós-Graduação em História (UFBA, 2020). As dissertações publicadas no Programa de Pós Graduação em Geografia, criado em 1994, constam do Quadro 4.

**Quadro 4-** Dissertações publicadas pelo PPGEQ/UFBA, 2020

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>RESUMO</b>	<b>ANO DE DEFESA</b>
Configuração sócio-espacial e inserção das feiras livres de Itapetinga-BA e arredores no circuito inferior da economia	Gil Carlos Silveira Porto	O trabalho discute a configuração espacial e a produção das principais feiras livres dos municípios de Maiquinique, Macarani, Itarantim, Itororó e Itapetinga, todos inseridos na Região Sudoeste do Estado da Bahia. O trabalho foi desenvolvido a partir do entendimento de que as feiras constituem uma das manifestações do circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos. O referencial teórico, de maior relevância, utilizado para se compreender as feiras foi o do professor Milton Santos.	2005
Olhar geográfico da gestão de resíduos de sólidos urbanos: um estudo comparativo das representações socioespaciais nas feiras livres dos bairros George Américo e cidade nova em Feira de Santana-Ba	Ivan de Matos e Silva Junior	Estudo comparativo quali-quantitativo que teve como objetivo resgatar a relação entre sociedade/espço/resíduo, a partir da análise das representações de feirantes, consumidores e moradores do entorno das feiras livres da Cidade Nova e George Américo, bem como as representações da administração municipal responsável pela gestão desses espaços, no contexto urbano cidade de Feira de Santana-BA.	2011
Feira Dominical do Nordeste de Amaralina, Salvador/Bahia: Uma análise sobre a territorialidade de um espaço do circuito inferior	Regina Célia Santos Rocha	O trabalho apresenta análise sobre a feira que ocorre aos domingos no bairro Nordeste de Amaralina - Salvador- BA. Tem como fio condutor a teoria de Milton Santos, apresentada em Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos, dando ênfase ao Circuito Inferior com o objetivo de compreender a apropriação do espaço por seus agentes sociais, bem como, suas articulações de produção, circulação e consumo das mercadorias comercializadas no período entre 2014 e 2016.	2016

Fonte: Elaborado pela autora, 2020. Com base nas informações do Repositório Institucional UFBA.

O conteúdo das teses e dissertações publicados até 2020 possuem abordagens semelhantes no que tange a importância das feiras livres para o abastecimento alimentar das cidades e instituição econômica que promove desenvolvimento local e regional. Quanto a abordagem sobre feirantes e frequentadores prevalece o enfoque enquanto atores sociais que desempenham papéis, sendo visibilizado o/a frequentador(a) que consome, paga por alimentos.

Percebe-se uma produção acadêmica que realiza para construção teórica leituras bibliográficas de forma a buscar a interdisciplinaridade, mas o enquadramento conceitual

apresenta certas limitações que levam a uma tendência de homogeneização, tendo como demonstrativo o número de citações de mesmo autores e mesmas perspectivas para universos empíricos de feiras diferentes, tanto quanto a localização como em características e dinâmicas socioespaciais.

Outra questão observada é no que tange aos outros enfoques abordados como patrimônio cultural, soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional, espaço político, verifica-se que a questão econômica não é discutida, nem citada na interlocução com as centralidades de discussão.

Latour (2000; 2017) revela que é imprescindível reconhecer as dimensões políticas, econômicas e culturais na produção do conhecimento acadêmico que é revelado em certos resultados e até quando há uma tendência de homogeneização. O autor aponta através de modelos como a ciência pode estar ligada à dimensão social. Longe de querer abrir a caixa-preta da ciência (e no caso aqui da Geografia), a leitura dos trabalhos acadêmicos sobre feiras livres revelou uma geografia ainda não contemplativa com todas as formas de existência, uma vez que a maioria dos trabalhos acadêmicos não conseguem realizar interlocuções com as diferentes abordagens e perspectivas que revelem todos os sujeitos sociais, sobretudo os que sobrevivem da doação de alimentos e os diversos modos de vida.

### 3.3 FEIRANTES E FREQUENTADORES: SUJEITOS DE MUITAS TRAJETÓRIAS

As feiras livres materializam relações entre sociedade e natureza; apresentam variedade agrícola e expressam elementos da biodiversidade através dos animais, plantas, da comida<sup>23</sup> e dos alimentos naturais. Apresentam uma infinidade de mercadorias, dentre elas: alimentos naturais e industrializados, artesanatos, produtos industrializados fora alimentos dos mais diversos, animais vivos e/ou abatidos.

A mobilidade dos sujeitos e o fluxo de mercadorias inerentes as suas características proporcionam que seja ponto de encontro do mundo urbano e mundo rural, da relação campo-cidade. Dito de outra maneira trata-se de um espaço de sociabilidade, onde modos de vida estão engendrados, lugar em que:

(...) as sociabilidades se manifestam em todas as suas dimensões, sendo na rua que elas se expressam com maior intensidade. Inúmeras são as pessoas que se deslocam

---

<sup>23</sup> Os estudos de Roberto DaMatta revelam a diferença entre comida e alimento. Define-se como: “O alimento é algo universal e geral. Algo que diz respeito a todos os seres humanos: amigos ou inimigos, gente de perto ou de longe, da rua ou de casa, do céu ou da terra. Mas a comida é algo que define um domínio e põe as coisas em foco. Assim, a comida é correspondente ao famoso e antigo “de comer”, expressão equivalente à refeição, como de resto é a palavra comida. (DAMATTA, 1986, p. 56)

semanalmente para os núcleos urbanos, oriundos da zona rural ou mesmo de outros centros urbanos, transformando a feira numa efervescência social, caracterizada por uma multiplicidade de sujeitos, com variados eventos, modificando, ainda que por um período curto, a temporalidade da cidade e imprimindo um dinamismo diferente do rotineiro, do habitual. (ARAÚJO, 2012, p. 90- 91)

Sobre estas multiplicidades de sujeitos e múltiplas relações identitárias, tecem-se alguns comentários sobre feirantes e frequentadores – tomando como ponto de partida que um lugar de trabalho e vida como é na feira livre, o motor do movimento é o trabalho emerso e imerso em técnicas e temporalidades e, conforme nos aponta Luckás (1981):

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUCKAS, 1981, p. 4)

Araújo (2012) esclarece que a preocupação com as concepções sobre o sujeito só aparece a partir da era moderna, pois a análise do indivíduo era atrelada às instituições e analisada como apenas uma peça da estrutura. A primeira concepção surge com o Iluminismo, o “Eu” centrado, imutável e tido como centro do universo; a segunda concepção aparece no mesmo período histórico e concebe o sujeito sociológico, em que a identidade do sujeito é repartida entre “mundo externo” e “mundo interno”; a terceira concepção é do sujeito contemporâneo, sem identidade fixa e que assume identidades ao redor do seu “Eu” e adaptável às circunstâncias. Particularmente, nesta pesquisa admite-se a concepção do sujeito contemporâneo.

Concorda-se com Castells (1999) quando este afirma que as identidades organizam significados e que estão conectadas em rede, onde as comunidades locais - fontes de identidade - são construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva. O autor diferencia identidades e papéis, esclarecendo que papéis são “definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade” e identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 1999, p. 23), o que permite a compreensão de que as identidades são múltiplas, abertas e dinâmicas (PEREIRA, 2020).

Esta compreensão elucidada porque feirantes e ambulantes são considerados sinônimos pela administração governamental em suas várias esferas, uma vez que, consideram apenas os papéis que exercem – venda de produtos na rua. Mesmo não sendo foco da pesquisa, menciona-se que apesar da importância deste papel exercido na sociedade (considerando-se apenas o papel), estes sujeitos são invisibilizados, tendo em vista que a Organização

Internacional do Trabalho (OIT) recomenda políticas públicas dialógicas com o trabalhador para assegurar proteção política e jurídica. Historicamente, o Brasil – apesar da quantidade de feiras livres já mencionadas e da importância destes espaços, sobretudo para a agricultura familiar - não adotou nenhuma política pública específica para feiras livres e feirantes (BRASILEIRO; CAVALCANTE, 2016).

Neste sentido, disserta-se sobre os/as feirantes, sujeitos contemporâneos que vendem em feiras. Vedana (2008; 2013) afirma que a partir do trabalho desses sujeitos é possível compreender as práticas do cotidiano, fruto de uma série de sistematizações dos saberes e experiências que foram/são construídas no dia a dia deste espaço de trabalho e vida, que contém relações e laços tecidos do aprender e ensinar o ofício, da relação com o outro - o consumidor, o colega, fornecedores etc. Sendo assim, a autora analisa que o “fazer a feira” é também “fazer” o feirante e o classifica como trabalhador urbano que participa das dinâmicas urbanas, que no caso da feira livre é o/a “trabalhador que trará para o espaço urbano os produtos do mundo rural, seja ele um produtor agrícola ou não” (VEDANA, 2013, p. 45).

Estes sujeitos contemporâneos estão inseridos em complexos processos de co-determinações múltiplos e abertos, oriundos das diversidades e singularidades locais, regionais, nacionais e interconectadas globalmente, em espaço marcado por relações de poder que constrói, reconstrói, resiste, (re)existe na/da feira livre. Como toda feira é única, de processos e configurações flexíveis, percebem-se os sentidos de vida, modos de vida e trajetórias de vida que se entrelaçam nas identidades destes sujeitos, de forma individual e coletiva. Dito de outra maneira, os indicadores e os registros de existência destes sujeitos que são examinados majoritariamente pelas ordens relacionais provenientes das redes sociais, materiais e afetivas demonstram a sua relevância social (MOREIRA, 2007).

Com esse entendimento, Pereira (2020) apresentou uma tipologia de identidades e relações identitárias presentes nas feiras livres que evidenciam a identidade cultural marcada pelas tradições expressas na memória social de uma sociabilidade fortemente rural<sup>24</sup> e pelas traduções que o acontecer da feira revelam enquanto imagens. Para a autora, este espaço é de referência identitária, uma vez que:

Os cheiros agradáveis e desagradáveis da feira revelam cultura alimentar a partir da venda dos lanches, derivados da mandioca, comida, alimentos frescos, temperos, vísceras, peixes [...]

---

<sup>24</sup> Sérgio Buarque de Holanda, entre outros autores apresentam que a construção sócio-histórica da sociedade brasileira é fincada em bases rurais, o que se perpetua atualmente.

As cores revelam biodiversidade, boa variedade de alimentos e poder de cuidados naturais.

Os ritmos são observados a partir do fluxo de pessoas e veículos na cidade e revela também costumes a partir do estrato social etário de movimentação na feira.

Os sons revelam sociabilidade fortemente rural. (PEREIRA, 2020, p. 109).

Tomando como base que o trabalho - fenômeno originário e essencial de sociabilidade, numa sucessão de tempos identificáveis (LUCKÁS, 1981) é conexo em relações identitárias de existência e no caso dos feirantes, permeia relações de resistência e do entendimento que “o consumo não apenas mantém e reproduz a produção, mas também exerce, por sua vez, um certo influxo (Einfluß)” (LUCKÁS, 1981, p. 20). Identificam-se as seguintes tipologias de feirantes: feirantes agricultores(as), feirantes erveiros(as), feirantes quituteiros(as), feirantes açougueiros(as), feirantes peixeiros(as), feirantes vendedores(as), feirantes locatários(as), feirantes de eletrônicos, feirantes de produtos de beleza, feirantes artesãos(as), feirantes de roupas (PEREIRA, 2020).

Os feirantes agricultores(as) produzem os alimentos ou criam animais e vendem na feira. A feira constitui para estes sujeitos, “proposta de manutenção de um modo de vida em que a autonomia, mesmo que relativa, frente aos impérios alimentares seja mantida” (CORONA; VASQUES; GODOY, 2018, p. 24). Geralmente, estabelecem vínculos de confiança com os fregueses que associam no espaço da feira, o tipo de alimento ao feirante.

No caso desta pesquisa, os feirantes agricultores(as) são camponeses e camponesas, visto que na relação sujeito-espaco-tempo chama-se camponês aquele que luta pela terra, não somente pela produção de mercadorias, mas também pela produção da sua vida em plenitude- o que acarreta um movimento de resistência constante ao capital (FERNANDES, 2013). A narrativa de A5, casado, 65 anos, feirante agricultor, natural e morador da zona rural de Maragogipe é ilustrativa sobre esta identidade:

Minha vida é isso aqui, dona. Plantar, caçar, colher, vender para quem quer comprar e vender aqui. Sou da terra e desde sempre minha vida é isso aqui [...] Sempre deixo alguma coisa para vender aqui porque eu vendo lá em casa, mas tem que manter a barraca. Só faltei quando fiquei doente, fui para Salvador, fiz cirurgia e quando fiquei bom, voltei. Deixei o compadre aqui pra mim. E tem jeito não, planto e vendo aqui um pouquinho. A Feira já foi melhor, mas agora é pouco movimento, mas contínuo... Chuva e suor. (A5, 2015)

Os/as vendedores(as) de folhas<sup>25</sup> ou feirantes erveiros (as) dividem com as pessoas a bagagem pessoal da memória de um conhecimento ancestral e de referências culturais da

---

<sup>25</sup> O conhecimento de folhas é conjunto de plantas que tem uso religioso e/ou terapêutico. Geralmente associados aos conhecimentos africanos e indígenas.

comunidade interpretativa a que pertencem; o receituário místico que ocorre na venda das folhas e objetos medicinais é marcado por uma confiança entre o/a consumidor(a) e o etnoconhecimento do/da vendedor(a) de folha. Esse etnoconhecimento é um distintivo de outros sujeitos que vendem na feira, pois “o consumo de folhas e objetos para uso medicinal, obrigações para cada orixá, iniciações, culinária para oferendas e outros tantos ritos particulares, além do uso estético-ritual, compõe uma verdadeira economia do sagrado” (CARDEL; SOUZA, 2017, p. 24).

Os/as feirantes quituteiras/os vendem os quitutes e as comidas. Composto por um universo majoritariamente feminino, sujeitos que comercializam produtos de tradição local: doces, beiju, goma, acarajé, caldo de cana, pastel, chimia, bolachinhas, bolos, biscoitos, feijoada, rabada, dobradinha, maniçoba, moquecas, refeições em geral. Cascudo (2004) informa que estes sujeitos referenciam o saber tradicional e aprendizados do âmbito familiar.

Márcia Paim (2005) demonstra que no universo sócio-histórico-cultural das feiras, no preparo e comercialização de comidas, venda em quitandas ou ganho eram, em sua maioria, desempenhadas por mulheres negras. Ao realizar uma associação de relações entre as quitadeiras/ganhadeiras do passado e as feirantes atuais de São Joaquim, a autora evidencia que

[...] homens e mulheres negros foram inferiorizados perante outros segmentos raciais do país. Assim, pode-se entrever que atividades de menor prestígio, como ganhadeiras, quituteiras, quitadeiras e feirantes, foram relegadas às mulheres negras, que, por sua vez, demarcaram territórios e inscreveram sua atuação no comércio informal soteropolitano (PAIM, 2005, p. 14-15).

Ressalta-se que as tipologias feirantes erveiros(as) e feirantes quituteiros(as) nas pesquisas científicas analisadas são as duas tipologias que mais apresentam discussões sobre religiosidade e negritude. André Amorim em entrevista sobre sua pesquisa da Feira livre de Duque de Caxias (MIGLIANI, 2020) informa que uma das contradições inerentes ao espaço de feira livre é que ao mesmo tempo que é um espaço acolhedor sociocultural, este é também “espelho das relações de precarização no trabalho”.

A população brasileira é negra, em sua maioria (54%), em que 47,4% estavam inseridas em ocupações informais em todas as unidades da Federação, quando comparada à população branca (34,5%) (IBGE, 2019). Vale lembrar que a construção sócio-histórica do país é marcada pelas desigualdades de acessos para a população negra e a feira constitui um espaço de acolhida.

Feirantes vendedores(as) compram alimentos dos Centros de Abastecimento Alimentar (CEASA) de atravessadores<sup>26</sup> ou diretamente de agricultores, nesse caso, comportam-se como intermediários. A relação com a feira adota uma perspectiva mais econômica e reconhece este espaço somente como lócus de trabalho, renda. Esta identidade está associada fortemente com a identidade de comerciante.

Sobre a identidade de comerciante, o mesmo ocorre com os feirantes locatários que são os sujeitos representantes, empregados das feiras ou carregadores. Paim (2005) revela que os representantes são os responsáveis pela barraca na ausência do feirante, assumindo as responsabilidades, majoritariamente de modo solidário. Já os empregados são os que prestam serviços e ocupam-se, exclusivamente, nas feiras.

Feirantes açougueiros(as) comercializam carnes, vísceras nas feiras livres. Historicamente, as feiras livres sempre comercializaram carnes, vísceras e couros e com os avanços dos estudos sobre condições higiênico-sanitários, a feira foi colocada como local inapropriado para a comercialização destes alimentos. De um lado, a população que busca alimentos frescos, de outro lado, a vigilância sanitária, exigência do processo civilizatório urbano-industrial e detentora de uma racionalidade instrumental industrial contemporânea que impõe regras que nem sempre revela informações importantes aos consumidores (LUCCHESI, 2001); instância permanente de conflito pela sua imposição não-dialógica com outros saberes e respeito aos aspectos culturais.

Feirantes peixeiros(as) comercializam peixes, mariscos e crustáceos. Assim como os feirantes açougueiros(as) vivenciam as questões sobre manipulação de alimentos determinadas pela Agência de Vigilância Sanitária que revelam tensões entre as burocracias constituídas pelo capitalismo global, entre elas as políticas higienistas e a tradição cultural.

Feirantes artesãos(as) comercializam produtos culturais de sua autoria ou outrem. Cabe ressaltar que dominam “uma tecnologia específica, um saber fazer do trabalho presente na arte e na criação dos produtos, ao mesmo tempo se materializa um uso de artefatos e instrumentos tecnológicos no processo produtivo” (BERNADELLI, 2019, p. 32).

Feirantes de eletrônicos comercializam celulares, eletrônicos, eletroportáteis, games – aparelhos novos e usados, além de peças destes aparelhos. Os feirantes de produtos de beleza comercializam óleos naturais, sabonetes artesanais, maquiagem, cremes de cabelos, perfumes,

---

<sup>26</sup> O atravessador é o sujeito que compra a produção do pequeno agricultor e leva para as cidades para comercialização. Os estudos sobre agricultura familiar apontam que o preço pago por estes sujeitos é muito baixo e muitos produtores rurais cediam a condições abusivas.



hidratantes, cosméticos em geral. Ambas as tipologias estão associadas a identidade de comerciante.

Feirantes de roupas comercializam roupas, sapatos e bijuterias, novos e usados. Vanessa Santos (2018) aponta que, na contemporaneidade, as feiras além de abarcar a produção agrícola local, se estabelecem como praças de mercado cotidiano, em que “comerciantes da localidade que deslocam suas mercadorias das lojas para a feira” (DANTAS, 2008, p. 10 *apud* SANTOS, V., 2018, p. 37) e outros compram as mercadorias em lojas, pelo comércio de atacado, onde adquirem produtos industrializados para comercializarem em suas barracas.

Feirantes jardineiros são feirantes que comercializam flores, plantas em geral, mudas de árvores.

De um lado, os sujeitos feirantes e de outros, os frequentadores. Denominam-se frequentadores, os sujeitos que frequentam este espaço, consumindo ou não. Fernand Braudel (1996) afirma que

[...] a feira é um natural centro da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras. (BRAUDEL, 1998, p. 16)

Neste sentido, o “fazer a feira” é também frequentar a feira, conexo em reconhecer os sentidos políticos e culturais intrínsecos a este espaço-lugar da consciência socioespacial de pertencimento<sup>27</sup>.

Frequentadores são sujeitos que dotados de pertencimento, quer seja pela necessidade material de comprar mercadorias específicas (destaque para os “alimentos da terra”) ou receber doações de alimentos ou catar no chão e lixeiras ou contratar serviços, quer seja pela necessidade imaterial de rever amigos, compadres e conhecidos, “jogar conversa fora”.

Na pesquisa de campo foram observadas pessoas na feira sem sacolas, conversando com os feirantes ou outros frequentadores. Por meio de conversas informais, a investigação apontou que neste público específico havia também a presença de moradores de municípios adjacentes que revelaram as seguintes motivações: rever parentes e amigos, sempre encontrar

---

<sup>27</sup> Pereira (2020) pontua que essa relação identitária social e cultural é que faz sujeitos frequentarem a feira, mesmo sem intencionalidade de compra. Trata-se de uma construção histórica, relacional e contrastiva.

prestadores de serviço neste local ou marcar encontros na proximidade da feira. Além da busca por uma alimentação saudável, como mencionado na narrativa de Z4- mulher, 38 anos, professora e agricultora familiar, moradora da zona rural do município:

Motivos para frequentar a feira? Ah, tem muitos... Mas, o principal é a saúde da minha família. Compro somente em barracas que sei como é a produção. Quero comer produtos frescos e de qualidade, sem veneno e nada de transgênicos. Mas, sei que está difícil para o produtor manter as raízes, então comprando com os amigos que não deixam “se curvar”, a gente valoriza o que é bom e necessário. (Z4, 2018)

Olhar a feira livre compreendendo que os sujeitos que a constroem, feirantes e frequentadores são sujeitos de muitas trajetórias permite inferir que também imageticamente este espaço está no cotidiano, exercendo forte centralidade na dinâmica da vida, construindo uma teia relacional complexa e abrangendo a escala regional. O que Vedana (2013) define como

o dia de feira, que é o momento de colocar em prática esses saberes, de transformá-los em gestos e jocosidades; o ciclo da semana, que viabiliza as negociações, as análises de preços e qualidades dos produtos, a organização da rotina; e o transcorrer dos anos, em que acumulam experiências e compõem trajetórias. (VEDANA, 2013, p. 57)

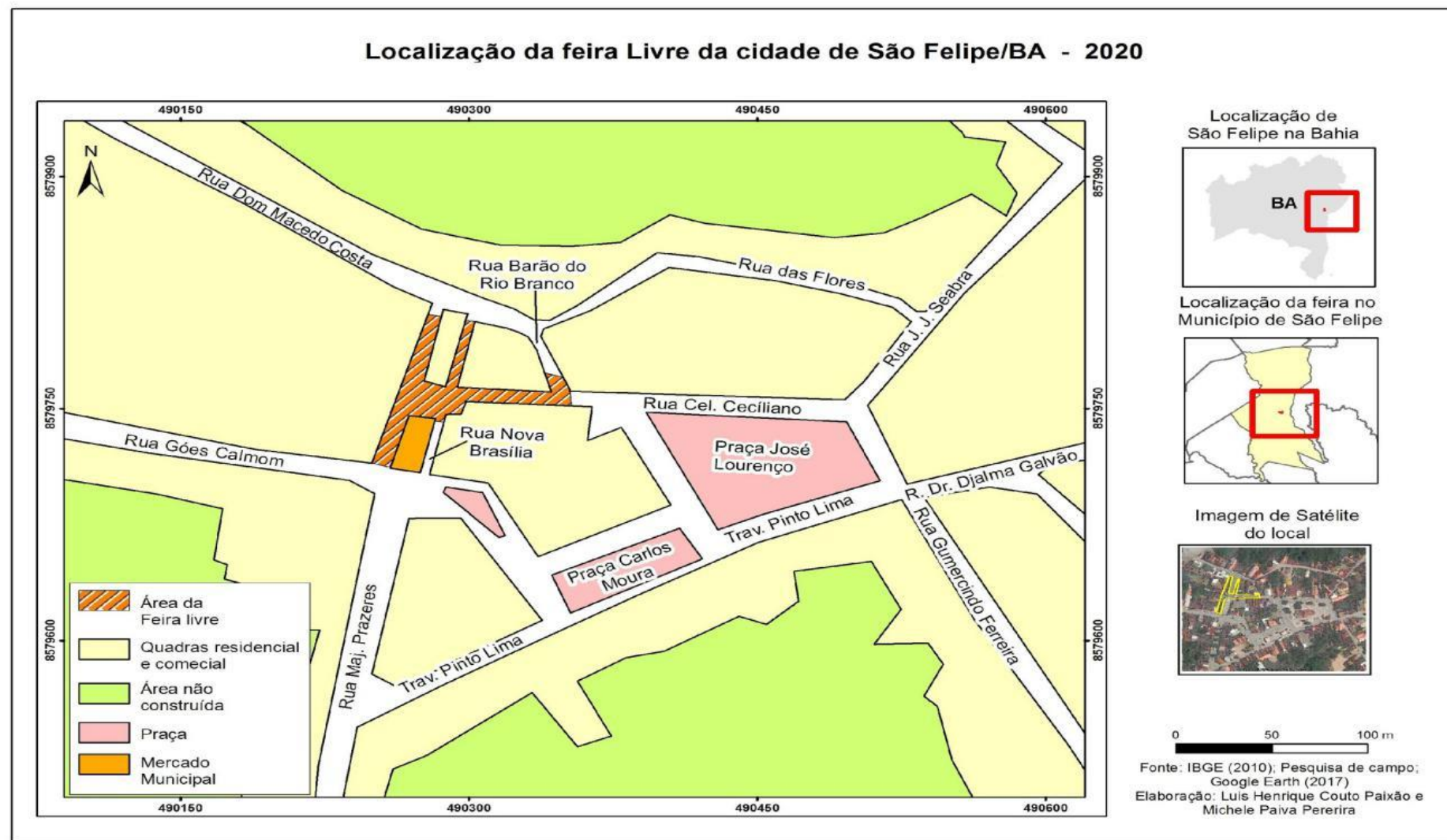
A apresentação das múltiplas relações identitárias presentes na feira livre revelam que sendo o motor do movimento é o trabalho que é vivenciado nas tessituras do cotidiano, não somente no “erguer a feira”. O sujeitos de muitas trajetórias- feirantes e frequentadores revelam que os fluxos presentes na feira livre são determinados pelas relações expressas neste cotidiano, visto que “a percepção do espaço está ligada a velocidade das pessoas, das coisas e das mensagens.” (SANTOS, 1994, p.167).

### 3.4 A FEIRA LIVRE DE SÃO FELIPE (FLSF)

Gomes (2017) afirma que “há formas de descrição textual utilizadas pela Geografia, as quais procuram criar imagens ou melhor, “desenham” quadros” (GOMES, 2017, p. 123). Utiliza-se o imagético – descritivo e fotografias - para apresentar a Feira Livre de São Felipe (FLSF): espaço marcado pela pessoalidade. A FLSF é marcada pelo som das conversas baixas, cochichos, dos motores das motos e algumas vezes pelo carro de som que anuncia ofertas de estabelecimentos comerciais da cidade. Não há microfones, gritos e trocadilhos como existentes em outras feiras do estado da Bahia. Também não foram identificadas apresentações culturais, o que os feirantes atribuem à redução no fluxo de pessoas nos últimos dez anos e alguns acontecimentos pontuais de violência.

A Feira está localizada nas ruas Coronel Ceciliano Gusmão, Nova Brasília e Padre Sena na cidade de São Felipe-BA (Figura 14) e o mercado municipal na Praça José Marcelino. Para os/as feirantes, a localização é um aspecto positivo, pois nestas ruas estão os principais supermercados da cidade, a padaria, a COELBA Serviços, o galpão de depósito das barracas da Feira, o hotel da cidade e outros estabelecimentos comerciais da cidade (figura 15 e 16). Eles avaliam que para os consumidores também é um aspecto positivo, pois permite comprar de diversos estabelecimento e utilizar serviços sem precisar de maiores deslocamentos.

**Figura 14-** Localização da Feira Livre de São Felipe-BA, 2020



Elaborado por: Luís Henrique Couto Paixão e Michele Paiva Pereira, 2020.

Figura 15- Centro da cidade de São Felipe, 2020



Fonte: Michele Pereira, 2020.

Figura 16- Centro da cidade de São Felipe, 2020



Fonte: Michele Pereira, 2020.

Não foram encontrados nos arquivos da Prefeitura Municipal de São Felipe (PMSF) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município informações sobre quando começou a feira livre na cidade e o mercado municipal. Recorre-se à oralidade e à memória como corpos discursivos dos sujeitos que frequentam a FLSF, por meio de conversas informais com são-felipenses e moradores dos municípios adjacentes, além de narrativas dos feirantes mais idosos.

### **Quando começou a feira livre?**

Dona, eu não sei. Pergunte a ele que ele é o mais velho na Feira. Quando eu cheguei nesta Feira, ele já tava a um bucado de tempo e eu era muleque, vinha com meu tio que tinha um tempão de Feira e veio muleque também. Já foi na Prefeitura? Eles devem saber porque aqui dá dinheiro pra eles. (...) Nunca que pensei sobre esta pergunta, pergunta danada essa sua. A gente sempre veio pra Feira, pra vender ou pra comprar, então eu apostaria que é desde que São Felipe é São Felipe, entendeu? (A5, 2015)

O entrevistado A5, casado, 65 anos, feirante agricultor, natural e morador da zona rural do município de Maragogipe foi o primeiro feirante que a pesquisadora teve contato<sup>28</sup>. A narrativa permite inferir que a FLSF é centenária, tanto pela idade dos entrevistados como as referências que eles apresentam, tal como a narrativa de A6, 87 anos, feirante vendedor, natural e morador da zona rural do município de São Felipe:

Ih, lembro não, porque não era nascido (risos). Pai me colocou na Feira quando nem sabia passar troco, não sabia contar moeda, era do tamanho desse muleque aí<sup>29</sup>. Eu e os irmãos homens, todos vinham com ele. Ele deixava a gente na barraca, dizia os preços e a gente vendia certinho, senão o couro comia quando chegava em casa (...). Quando não tava, o chefe era meu irmão mais velho e que aprendeu com meu pai a negociar e aprendemos com ele, o couro comia também com ele. (...) Essa Feira deve ser bem velha, porque pai disse: moleque vinha pra Feira. Se descobrir a data que começou, avisa. Eu, gostei da tua pergunta. Já perguntou a ele ali, véi igual a mim (risos) e aquele ali sabe da vida de todo mundo, deve saber a idade disso aqui (risos). (A6, 2015)

Pereira (2020) constatou que na memória social, a FLSF sempre existiu e sua localização permaneceu no centro da cidade, próximo aos estabelecimentos comerciais. A entrevistada A7, mulher, casada, feirante vendedora há 37 anos e o entrevistado A8, homem, casado, feirante agricultor há 20 anos confirmam e indicam que a localização da Feira permanece, mas que já existiu uma movimentação para sua retirada, que foi admitida também por outros feirantes:

<sup>28</sup> Entrevistado no período da pesquisa de Iniciação Científica.

<sup>29</sup> Fez referência a um menino que estava com a mãe na feira de aproximadamente 5 anos de idade.

Tô aqui há 37 anos, sei porque é a idade da minha menina. Tem gente que não gosta da gente aqui, uma vez pensaram em comprar um terreno aí atrás. Mas, morreu a conversa. Volta e meia tem uns movimentos estranhos: abaixam o dinheiro da coleta<sup>30</sup>, não cobram a coleta. A gente fica assim, né? Oh, só esperando.... Mas, a Feira dá bem voto e a gente fica aqui até Deus permitir. (A7, 2019)

Minha avó dizia que a Feira era no espaço do Barracão<sup>31</sup> e que era pequenininha, não tinha barracas e quem quiser colocava no chão. Ela era meio caduca, então não se está certo isso. Vai anotar? Mas, faz sentido né? Agora conversando com você, faz sentido. Será? (risos) O (...) deve saber, ele gosta das histórias da cidade. (A8, 2020)

Sobre o Mercado Municipal, Félix Santos (2020) constatou por meio de análise documental que, em 1905, o município dispunha como patrimônio público, o mercado público com seus açougues, além do curral e matadouro. O mesmo autor indica o registro no Paço do Conselho Municipal de 17 de janeiro de 1910, a cobrança de licenças para vendas no mercado municipal e feira-livre. O que permite inferir que a Feira exista há mais de 110 anos, o que confirma as narrativas dos feirantes entrevistados.

### **O que pode ser encontrado na feira?**

A FLSF acontece nos dias de sexta-feira e sábado. No entanto, o dia de maior movimento é sábado, que corresponde ao dia de maior movimento na cidade quando moradores do TI Recôncavo “fazem a feira”. Conforme Pereira e Alencar (2016, p. 58), “os produtos vendidos na Feira são uma vitrine da variedade produzida na região: amendoim, milho, azeite de dendê, banana, inhame, laranja, mandioca, manga, graviola, jiló, maxixe, feijão verde, batata doce, hortaliças, verduras.” (Figura 17). Também foram identificados peixes (pescado artesanal), carnes, derivados da mandioca, plantas, artesanato, cosméticos, roupas, eletrônicos, comida, lanches, temperos (Figura 18).

---

<sup>30</sup> Refere-se a cobrança da taxa municipal.

<sup>31</sup> Em São Felipe, vários moradores chamam o mercado público de Barracão.



Figura 17- Mercadorias da FLSF, 2019



Fonte: Michele Pereira, 2020.

Figura 18- Mercadorias da FLSF, 2019



Fonte: Michele Pereira, 2020.

A biodiversidade<sup>32</sup> presente na FLSF aponta as características socioambientais e da construção sócio-histórica do município e região. Reconhece-se neste espaço:

- Lugar de luta e resistência, espaço político com grande participação popular com troca de saberes, onde todos/todas têm acesso, inclusive o segmento de menor renda de sua população. Marcado por relações identitárias expressas nas práticas discursivas e narrativas, no imaginário sociodiscursivo e na memória coletiva dos sujeitos que a frequentam;
- Patrimônio cultural – espaço de diversão, lazer, passatempo, “lugar-encontro” e expressão de reafirmação de modos de vida e da cultura rural camponesa;
- Relações de sociabilidade cuja interação é motivada pelo propósito de luta de existências, tanto nas inter-relações nas formas de organização da vida comunitária e nas entre-relações que promovem fluxos que conectam os são-felipenses;
- Demonstrativo da pauta alimentar do município;
- Instituição econômica que contribui com o desenvolvimento local e regional. Apresenta conexões e redes enquanto circuito curto de comercialização que também é influenciada pelas relações de compadrio, parentalidade.

### **Quem são os/as sujeitos que produzem este espaço?**

Com base na tipologia de feirantes apresentada no subcapítulo anterior, a FLSF é composta por sua maioria feirantes agricultores (69,69%), feirantes vendedores (13,14%), feirantes açougueiros (2,02%), feirantes peixeiros (2,02%), feirantes artesãos (1,01%), feirantes de eletrônicos (1,01%), feirantes de roupas (6,06%), feirantes quituteiros/as (4,04%), feirantes jardineiros (1,01%).

Uma constituição de 70% de feirantes agricultores que como já dito anteriormente são camponeses e camponesas é revelador do lugar-encontro: de troca de saberes; modos de vida semelhantes e diferentes no espaço da feira livre; da autonomia da negociação direta no face a face que marca as relações de confiança, solidariedade e permeia trocas diversas. Neste

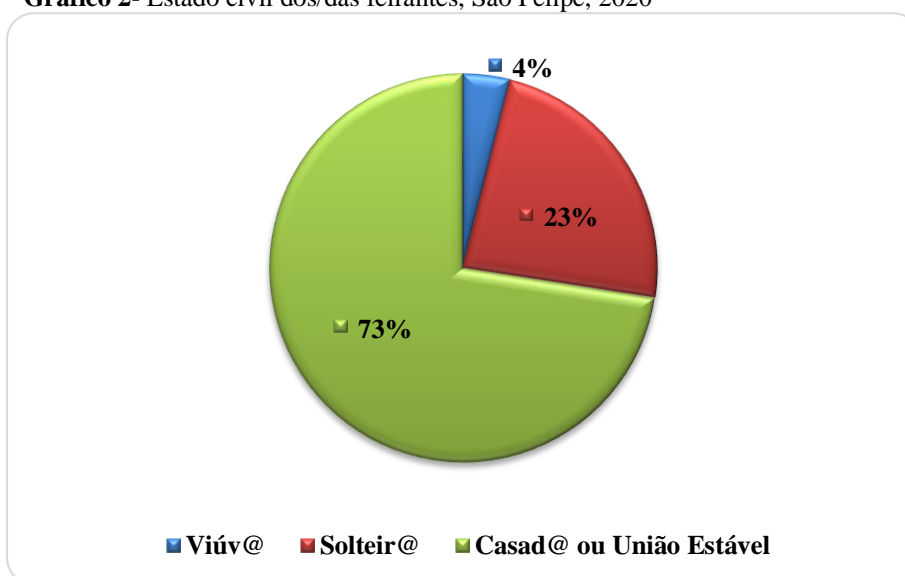
---

<sup>32</sup> Entende-se que a biodiversidade de um município compreende sua diversidade genética, diversidade de espécies e diversidade de ecossistemas que foram modificadas, incorporadas e as endêmicas. A biodiversidade é entendida neste estudo como o endêmico- o natural e a Natureza como produto de uma cultura e do conhecimento humano (MOREIRA, 2002).

sentido, o contato entre consumidores e agricultores fomentam relações tanto mercantis como socioculturais (CORONA; VASQUEZ; GODOY, 2018).

Sobre o perfil socioeconômico dos feirantes da FLSF, entre 2015 e 2016 foi constatado a predominância do sexo masculino (88%), estado civil casado ou em união estável (79%). As visitas de campo, realizadas depois deste período, mostrou um movimento de aumento de mulheres na liderança da barraca, o que foi confirmado nos questionários aplicados em dezembro de 2019 e janeiro de 2020 – 26% mulheres e 74% homens- e a continuidade da predominância dos casados ou união estável (Gráfico 2).

**Gráfico 2-** Estado civil dos/das feirantes, São Felipe, 2020



Fonte: Pesquisa de Campo na FLSF. Michele Pereira, 2020.

Verifica-se que esta Feira possui caráter familiar, onde cada barraca é representativa de um núcleo familiar e conforme apontado na pesquisa de campo, um total de 118 dependentes dos feirantes são beneficiados diretamente com a renda da feira (filhos, filhas) e 201 são beneficiados indiretamente (irmãos, tios/tias, pais/mães/ compadres/vizinhos).

Pereira (2020) classifica cada barraca da FLSF como microterritórios, representativa de um núcleo familiar, “unidade de caráter indivisível e ao longo do tempo são fortalecidas pelas relações de parentesco e compadrio” (PEREIRA, 2020, p. 68). Em concordância, verifica-se que a FLSF é a materialidade que concede ações e cria relações entre indivíduos e relações identitárias que a coloca na condição de lugar da manifestação da vida.

A família ou grupo doméstico presente na FLSF está representada em cada barraca, cuja média representativa é de quatro pessoas. A barraca constitui um patrimônio familiar que na maioria dos casos foi herdada:

- 36% relatam ter herdado as barracas de seus ascendentes de 1º grau: pais
- 12% relatam ter herdado as barracas de seus ascendentes de 2º grau: avós
- 10% relatam ter herdado as barracas de seus colaterais de 3º grau: tios
- 30% relatam ter “comprado”<sup>33</sup> as barracas de parentes, amigos ou compadres.

Quanto à renda, 61% declaram ter a feira como única renda e 39% afirmaram possuir outras rendas. Entre os feirantes agricultores, 50,73% afirmaram possuir somente a renda da feira livre, enquanto 49,27% afirmam ter outras rendas, entre elas prestação de serviços na cidade ou região, programas/benefícios sociais.

Nas narrativas da entrevistada A15- mulher, casada, feirante vendedora e A16- homem, solteiro, feirante vendedor, mãe e filho, são representativas desta indissociabilidade. Para esta família, a renda obtida na feira não é a única:

Vendo tempero e algumas coisas da roça de vizinhos toda semana na Feira, graças a Deus. (...) Vai fazer 14, 15, uns 18 anos que estamos aqui. É isso 18 anos, a gente trabalha com farinha e vende a um sujeito certo que mora em Salvador e ele sai vendendo. Muito difícil eu trazer farinha para cá, pra vender, bem de vez em quando. De vez em quando compro no carro também para a barraca não ficar vazia, mas não vale a pena, muito caro, Nossa Senhora! A gente não ganha quase nada. Ganho muito pouco, tem que dizer? (...) Ah, então vou falar não, sei lá. O dinheiro que ganha vai pra Feira da casa, compro o que está faltando pra semana no supermercado e na feira também. Os amigos nem sempre quer trocar mercadoria, também não vale a pena, esperteza todo mundo tem, melhor dinheiro, cada um com o seu. (A15, 2016)

Lembro da senhora, a senhora falou com minha mãe e veio de novo? Minha mãe não veio, posso responder, eu tenho ficado na barraca mais vezes agora (...) Sempre vim pra cá, mas ficava direto não, tem nem espaço para ficar muita gente nestas barracas e essa lona, muito quente. Ficava fazendo as outras coisas lá pra casa, comprando coisa, pagando conta, enquanto minha mãe estava aqui e depois a gente trocava, ela fazia as coisas dela, de casa que era com ela. (...) O dinheiro é um só, vai tudo para a feira da casa. (...) Quando sobra, as vezes compro algo para mim, mas casa de pobre é assim, tudo é de todo mundo. (A16, 2019)

As narrativas demonstram que há continuidade da atividade entre os descendentes e a feira é um espaço de preservação de um patrimônio familiar - material e simbólico - que permite condições de suprir as necessidades básicas, principalmente de alimentação, dos membros da família.

---

<sup>33</sup> O termo comprado é aqui utilizado quando a barraca foi cedida devida alguma vantagem econômica.

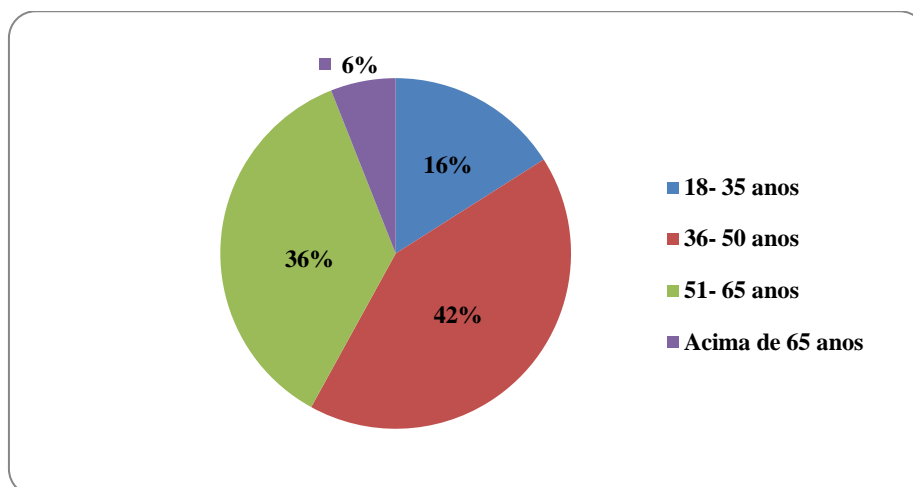
Na pesquisa realizada em 2016, a maioria dos feirantes era natural de São Felipe (80,9%), sendo que 52,38% residentes na zona rural e 28,57% na cidade, os demais residiam na zona rural dos municípios que fazem divisa, dos quais 60% deles eram do município de Maragogipe. Em 2020, verifica-se que houve um aumento de 10% dos feirantes que residem em Maragogipe. O Quadro 5 demonstra onde residem os feirantes; todos são da Região TI Recôncavo e a proximidade entre localidade-feira é um fator que consideram positivo da FLSF, em que o tempo de deslocamento, independente por qual meio de transporte, não ultrapassa duas horas.

**Quadro 5-** Localidades que residem os/as feirantes das barracas, 2020

<b>Número de feirantes</b>	<b>Município</b>	<b>Localidade</b>
2	Maragogipe	Carobas
9	Maragogipe	Bom Jardim
6	Maragogipe	Piedade
13	Maragogipe	Fazenda Serrote
3	São Felipe	Barra Vento
4	São Felipe	Boa Vista
4	São Felipe	Caboclo II
3	São Felipe	Ilhota
10	São Felipe	Comunidade Ferreira
4	São Felipe	Copioba Mirim
4	São Felipe	Mutum
3	São Felipe	Pitinga
3	São Felipe	Riachão do Lázaro
3	São Felipe	Rio Raso
3	São Felipe	Topa de cima
4	São Felipe	Umbuzeiro
3	São Felipe	Vila Caraíbe
3	São Felipe	Tabuleiro
13	São Felipe	São Felipe (Sede)
2	São Felipe	Fazenda Carai

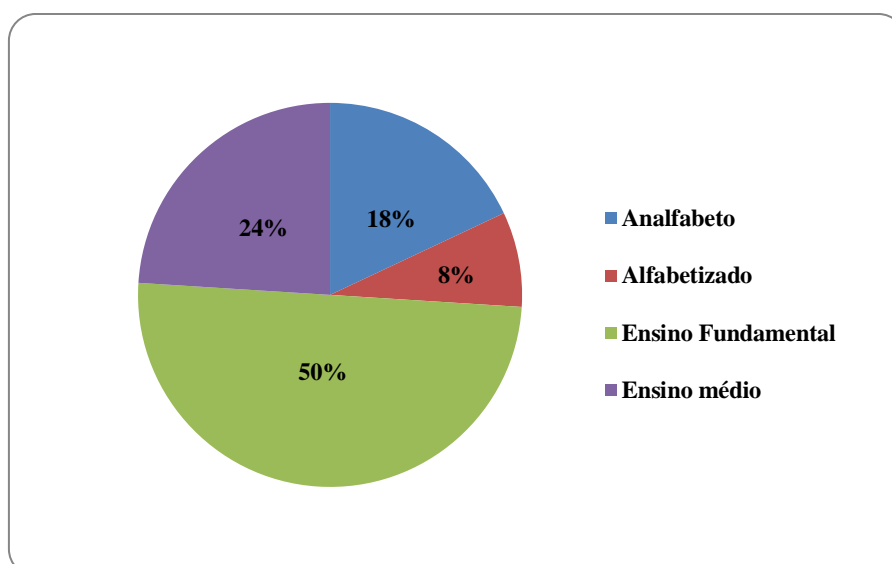
Fonte: Pesquisa de Campo na FLSF. Michele Pereira, 2020.

Coloca-se como ponto de observação que esta análise é referente às barracas (pontos fixos da feira). Os pontos de comercialização (produtos colocados no chão em lonas) variam a cada semana e, por esta razão, não foram focalizadas. Quanto à faixa etária, o predomínio é da faixa etária entre 36 e 50 anos (Gráfico 3).

**Gráfico 3-** Faixa etária dos/das feirantes, São Felipe, 2020

Fonte: Pesquisa de Campo na FLSF. Michele Pereira, 2020.

Com relação à escolaridade (Gráfico 4) houve um aumento significativo. Na pesquisa de 2015- 2016, 52,38% afirmaram ter ensino fundamental, 14,28% eram analfabetos, 19,04% alfabetizados e 14,3% tinham ensino médio completo. Sobre esta questão, verifica-se que alguns feirantes que tinham ensino fundamental na época voltaram a estudar e houve o aumento de filhos liderando a barraca, o que justifica o aumento do número de solteiros mencionado anteriormente.

**Gráfico 4-** Grau de instrução dos feirantes, São Felipe, 2020

Fonte: Pesquisa de Campo na FLSF. Michele Pereira, 2020.

Apenas 10% dos feirantes afirmam participar de outras feiras que pertencem aos municípios de Salvador, Conceição do Almeida, Sapeaçu, Cruz das Almas e 70% dos feirantes agricultores revelaram comercializar com atravessadores que comercializam em

diversos municípios da Bahia e de outros estados, o que evidencia o potencial regional de alcance dos produtos por meio do circuito curto de comercialização feira livre.

Os feirantes agricultores relataram que durante a semana reservam produtos para vender na Feira e podem estar colocando para a venda na barraca: produtos de compadres/parentes sem nenhum tipo de vantagem econômica, produtos de vizinhos(as) agricultores e/ou atravessadores. A origem dos produtos (alimentos) vendidos na feira por feirantes vendedores e feirantes agricultores (Tabela 13) demonstra uma heterogeneidade de origem dos produtos nas barracas.

**Tabela 13-** Origem dos alimentos vendidos na barraca, FLFS, 2020

<b>Produto</b>	<b>Produção própria ou extrativismo</b>	<b>CEASA + Intermediários</b>	<b>Comprado direto do produtor</b>
Agrião	75%	-	25%
Aipo	100%	-	-
Alface	75%	-	25%
Batata-doce	75%	25%	25%
Berinjela	50%	50%	-
Beterraba	50%	25%	25%
Couve-flor	25%	75%	-
Espinafre	100%	-	-
Hortelã	100%	-	-
Inhame	75%	25%	-
Jiló	75%	25%	-
Milho verde	75%	25%	-
Nabo	100%	-	-
Pepino	50%	50%	-
Pimenta	100%	-	-
Pimentão	25%	75%	-
Quiabo	50%	25%	25%
Rabanete	100%	-	-
Repolho	-	75%	25%
Rúcula	100%	-	-
Salsa	100%	-	-
Tomate	25%	75%	-
Manjeriçã	100%	-	-
Banana	75%	-	25%
Laranja	75%	25%	25%
Coco	50%	-	50%
Maracujá	50%	25%	25%



Limão	50%	25%	25%
Tangerina	75%	-	25%
Feijão	25%	25%	50%
Castanha de caju	50%	-	50%
Amendoim	50%	-	50%
Mandioca	50%	25%	25%
Abóbora	75%	-	25%

Fonte: Pesquisa de Campo na FLSF. Michele Pereira, 2020.

A FLSF é também ponto de encontro de atravessadores (Figura 19). Estes sujeitos sempre utilizaram este espaço para a compra e venda de mercadorias, conforme alerta o entrevistado A22- homem, feirante agricultor há 22 anos:

Vida toda, toda feira tão aqui. É feirante também, vende e compra, né assim? Já vendi para eles e já marquei muito encontro aqui de entregar encomenda. Tudo na palavra, agora com o zap melhorou porque ele pergunta se tenho, eu digo, a gente faz negócio e está tudo certo, tudo certo na Bahia. Paga pouco, mas paga, na bucha. Pá, gosto assim. Mas que é pouco eu sei, mas meu tempo de ficar de feira em feira, já acabou. Os filhos não querem ir pra outras feiras, tem vergonha. Vem pra essa porque obrigo senão não tem transporte, sorvetinho, passear com namorada, roupa da moda. Aí, eles vem..... E a senhora tá surpresa? Aqui é cidade devagar, a gente faz tudo no sábado. (A22, 2019).

**Figura 19-** Atravessador na feira, São Felipe, 2019



Fonte: Michele Pereira, 2019.

Os(as) frequentadores(as) deste espaço são de idade variadas: crianças, jovens, adultos e idosos e por meio de conversas informais foi identificado que o frequentar a feira é também apontado como lazer. A concepção de lazer está associada a uma liberdade de escolha, do tempo livre que contribui, implicitamente, no processo de socialização e inserção dos indivíduos nos jogos, regras e rituais sociais (DUMAZEDIER, 1999). O relato da entrevistada A13 – mulher, aposentada, 68 anos, frequentadora desde criança elucida esta questão:

Sempre dou uma passadinha aqui. Quem faz a feira de lá de casa são meus filhos que trabalham em Santo Antônio de Jesus e não compram aqui de jeito nenhum, não gostam. Mas, sempre tô aqui a bater papo (risos). Compro um coentro, um alface para disfarçar. E você, pesquisa para ver se a gente está comprando? (risos) (...) Uma feira que o povo mais bate papo que compra? (...) Gosto de vim para a feira, de encontrar com os conhecidos. Não gosto de ficar em casa e sempre tem uma conversa fiada que acho é graça. E aí, todo sábado é isso aqui. (A13, 2019)

A entrevistada demonstra laços identitários com a feira livre, fruto de uma consciência socioespacial de pertencimento que é uma construção histórica, relacional e contrastiva que no caso relatado apresenta o modo de vida, a experiência cultural e a representação imagética. Enquanto A 13 frequenta a feira, entrevistamos A 14, mulher, moradora da zona rural, aposentada, 92 anos expõe que nunca foi à feira, pois

Eram outros tempos. Aquele tempo era bom, a gente fazia a farinha do jeito que queria. (...) Mas, a mulher não falava. Os homens tinham obrigações de colocar a feira dentro de casa e a gente ver o que faltava, cozinhar, educar os filhos. (...) Eu nunca fui lá. Primeiro era meu pai, depois marido e agora é o filho.(...) Nunca senti falta (...) As roupas dos menino comprava tudo em Santo Antônio, nem ia lá. (...) Naquele tempo, mulher não ia para a feira não, quer dizer a gente soube depois que uma mulher estava com barraca e todo mundo falava. (...) Agora tá bom, mulher pode fazer tudo. (A 14, 2019)

A entrevistada A14 esclarece que ela e sua família possuíam uma casa de farinha que comercializava os produtos com atravessadores e parte da produção era vendida na feira por seu marido: a farinha e os derivados de mandioca que ela preparava; toda renda era revertida para a casa. Seu relato demonstra que por não ter uma construção histórica com o local, ele é indiferente na sua vida. Ao conversar com um dos filhos da senhora A14 que frequenta muito pouco a feira livre e prefere comprar os produtos no supermercado, ele demonstrou a partir do contar da sua vivência de quando criança com o pai na feira, uma representação concebida da feira: bagunça, desorganizado. Relatou não gostar.

### **Como é organizado o espaço da FLSF?**

Enquanto instituição econômica, ela não tem nenhuma normatização de Estado, do ente municipal, que a rege. No Plano Diretor Municipal vigente (2007), instrumento de planejamento municipal norteador para o desenvolvimento e crescimento urbano (BRASIL,

2015, p. 56) e que conforme o Estatuto da Cidade alerta que se deve promover a “integração e a complementaridade entre atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência” (BRASIL, 2001, n. p), a palavra feira livre sequer é citada.

Mesmo com o apoio municipal para que ocorra, visto que além da preparação no processo organizativo da cidade, arca com o aluguel do galpão (Figura 20) para guardar as barracas dos feirantes, a feira livre não foi mencionada no Plano Plurianual Participativo (2014-2017). No Plano Plurianual Participativo vigente (2018-2021), apesar da feira ser apontada na caracterização do município, relacionado a este espaço há apenas uma menção no documento: que a Secretaria de Agricultura do município realize a identificação, reestruturação e incentivo à arrecadação dos autônomos, ambulantes e feirantes do município.

**Figura 20-** Depósito das barracas dos feirantes, 2020



Fonte: Michele Pereira, 2020.

Os feirantes relataram que além da taxa de serviços municipais cobrada pela Prefeitura que varia entre R\$2,00- R\$7,00 (Figura 21), eles arcam com a despesa de montagem e desmontagem da barraca que varia entre R\$7,00 e R\$15,00 que são pagos aos diaristas<sup>34</sup> que realizam este serviço na cidade. Para os feirantes que não possuem barraca, o preço pago é avaliado pelo fiscal da Prefeitura e segundo os(as) feirantes, o critério é a quantidade de mercadorias.

**Figura 21-** Recibo de Pagamento taxa municipal, 2020

**Prefeitura Municipal de São Felipe**

RECEITA MUNICIPAL

LEI - MUNICIPAL

Nº 8831

Exercício de 20

R\$ \_\_\_\_\_

R\$ 7,00

R\$ \_\_\_\_\_

TOTAL R\$ \_\_\_\_\_

O Sr. \_\_\_\_\_

pagou a quantia de \_\_\_\_\_

proveniente do imposto de \_\_\_\_\_

São Felipe, em 11 de 01 de 20 20

\_\_\_\_\_  
pelo TESOUREIRO

Fonte: Michele Pereira, 2020.

A taxa de serviço cobrada pela Prefeitura é condicionada ao tamanho da barraca. O Fiscal recolhe a taxa em dinheiro e apresenta um recibo que é motivo de insatisfação:

A gente paga toda semana, recebe este papel aqui. Eu não estudei muito, mas tá vendo que não tem garantia nenhuma? A gente não tem cadastro e em pouquinho e

<sup>34</sup> Diaristas não possuem vínculo trabalhista nem com a Prefeitura, nem com empresa privada. São trabalhadores que exercem uma função importante de organização do espaço e que segundo os feirantes, o preço pago pelo serviço é menor do que o gasto que teriam para vir à cidade na sexta-feira, só para montar a barraca.

pouquinho tem dinheiro nosso. Mas, tem benefício? Qual? Olha o lixo, olha as barracas e quando chove, olha esse fedor de peixe. Fala com o fiscal e ele diz que não é com ele..... Não é com ele, não é com a Prefeitura, não é com vereador. É a gente lutando e agradecendo a Deus por ter força, né? O que importa é a saúde, né? (E5, 2020)

Nos arquivos da PMSF não há uma sistematização continuada das informações da arrecadação mensal com esta taxa de serviço. Em média, nos últimos cinco anos, a feira arrecada anualmente R\$ 10.850,00 (PMSF, 2020).

O testemunho do feirante E5 – homem, agricultor familiar, feirante há mais de 20 anos - revela que não há uma prestação de contas da Secretaria de Serviços Públicos do município para os feirantes, do sentimento de abandono e pouco retorno da Prefeitura com relação à organização do espaço.

Por outro lado, verifica-se que ações da Prefeitura Municipal para o dia de sábado: disponibiliza carros e ônibus do transporte escolar para o deslocamento dos habitantes da zona rural do município; a equipe da limpeza é reforçada para durante e depois da feira; um servidor municipal é acionado para a cobrança de taxa municipal aos feirantes.

O fluxo de pessoas na feira é variado e seu período de maior movimento é no horário das 08h às 10h (Quadro 6), o que corrobora com as narrativas dos(as) feirantes que depois de 11h da manhã, o(a) feirante pode tomar a decisão de ir embora, caso não tolere a pechincha. A forma de comercializar que inclui a pechincha, a caderneta e o “acordo de boca”<sup>35</sup> é marcado pela pessoalidade e implícito no processo organizativo informal, uma vez que no período de maior fluxo tem-se o pagamento a dinheiro e pouca venda à crédito.

Das 09 às 10h tem-se o período de intensa pechincha, pois os frequentadores sabem que os feirantes já venderam as encomendas e ao público fiel à barraca. No horário das 11h há um aumento da venda a crédito e os feirantes que moram na zona rural começam a organizar a ida para casa: informam ao serviço de frete o horário de retorno para casa, verificam a lista semanal de compras para casa, compram alguns produtos agropecuários, almoçam e acertam alguns pagamentos ou serviços para a residência.

---

<sup>35</sup> O que os feirantes denominam “acordo de boca” é o acordo comercial que a confiança, lida por eles como “ter palavra” é fundamental. Não há comprovação documental da venda.

**Quadro 6-** Fluxo de pessoas na feira, São Felipe, 2020

<b>Horário</b>	<b>Fluxo</b>	<b>Público</b>	<b>Organização da feira</b>
5h-6h	Leve	Majoritariamente idosos	Chegada dos feirantes e mercadorias.
6h-7h	Leve	Majoritariamente idosos	Feirantes colocando mercadorias nas barracas.
7h-8h	Leve	Adultos e Idosos	Feira organizada e presença de atravessadores.
8h-9h	Moderado	Adultos e idosos	Feira organizada e presença de atravessadores.
9h-10h	Intenso	Majoritariamente Adultos	Período de muitas vendas.
10h-11h	Moderado	Majoritariamente Adultos	Intensifica a pechincha.
11h-12h	Leve	Adultos e jovens	Saída de alguns feirantes, principalmente feirantes agricultores.
12h-13h	Muito leve	Majoritariamente Adultos	Intensa movimentação nas barracas para guardar as mercadorias.
13h-14h	Muito leve	Majoritariamente Adultos	As barracas começam a ser desmontadas.
14h- 15h	Leve	Majoritariamente Adultos	Barracas recolhidas e as ruas limpas

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Na pergunta sobre os pontos negativos da feira livre, os feirantes responderam na seguinte ordem: organização do espaço (58,84%); não tem/não considera que possua (19,60%); baixo fluxo de consumidores (15,68%); taxa/cobrança (3,92%); segurança (1,96%).

A organização da feira livre obedece a dois critérios: primeiro, do Estado (ente municipal) expressa na cobrança da taxa, acesso ao depósito das barracas e fiscalização do uso do solo do município e segundo, pelos feirantes, em que a disposição das barracas neste espaço é marcada também pela pessoalidade: as questões de afetividade foram respeitadas e permanecem. “Os pontos são fixos e caso um compadre e/ou parente que já seja feirante solicite usar a barraca, enquanto o outro não pode utilizar, há uma comunicação prévia” (PEREIRA; ALENCAR, 2016, p. 63).

Observamos que as queixas sobre a organização do espaço são ações de responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Felipe, visto que entre as reclamações estão: manutenção do calçamento paralelepípedo, retirada da caixa de coleta de lixo (Figura 22), modelo das barracas, falta de local adequado para descarte de resíduos, falta de descarte correto dos resíduos de animais abatidos para a comercialização, falta de policiamento no local.

**Figura 22-** Caixa coletora na feira livre, São Felipe, 2020



Fonte: Michele Pereira, 2020.

Sobre o processo organizativo entre os feirantes, os relatos revelam que não há discussões sobre direitos e deveres entre si e consideram que quase não há atritos. As situações de violências, noticiadas em jornais locais e regionais, que já ocorreram no espaço da Feira são por motivos externos. Sobre esta questão a entrevistada Z5- frequentadora, freguesa da feira livre, mulher, 64 anos, aposentada afirma que

Aqui é um espaço muito visado para o bem e para o mal. Todo mundo sabe que a probabilidade de encontrar um morador por aqui é grande e onde tem cachaça, tem discussão e briga. O povo enche a cara e depois vai brigar, discutir, xingar, provocar (...) Agora tá até melhor porque muitos são evangélicos, falo as brigas. Aí tem a questão da droga no município e muitos meninos perdidos (Z5, 2018).

A disposição das barracas (Figura 23) mostra as condições relatadas acima. Os feirantes também ressaltam que nos dias de sol intenso, a lona utilizada na cobertura contribui com a sensação de mormaço. Nos dias de chuva, a cobertura ineficiente acarreta prejuízos e alguns preferem não ir à Feira pelo desconforto de infraestrutura apresentada como relata uma frequentadora de 36 anos, casada que frequenta a feira desde criança:

É difícil a situação das barracas para o freguês<sup>36</sup>. Mas, para a gente que compra também. A feira não é barata, eu acho. É desconfortável nesse sol, nesse calor, não tem uma lixeira e esse sangue de animal perto..... (Z1, 2020).

**Figura 23-** Disposição das barracas, São Felipe, 2020



Fonte: Michele Pereira, 2020.

---

<sup>36</sup> Refere-se ao feirante que toda semana compra.



É também na FLSF que ficam evidenciadas as disparidades sociais que ocasionam outros problemas sociais, tais como o trabalho infantojuvenil (Figura 24) de crianças e adolescentes menores de 15 anos de idade, utilizando carros de mão para fazer transporte de mercadorias a pedidos dos frequentadores do espaço.

**Figura 24-** Trabalho infantojuvenil na FLSF, 2019



Fonte: Michele Pereira, 2020.

A organicidade da feira livre revela autonomia relativa dos feirantes e inter-relações de sociabilidade de respeito, solidariedade. Evidencia-se que o planejamento municipal não valoriza este espaço quer seja pela cultura rural, quer seja pelo seu potencial econômico.

## 4 AGRICULTURA FAMILIAR E CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Este capítulo apresenta a discussão sobre campesinato e agricultura familiar e como os camponeses e camponesas contribuem na construção de um desenvolvimento socioambiental. Além disso, disserta-se sobre os circuitos curtos de comercialização, em especial a representatividade das feiras livres na economia, na construção de tostões significativos de enfrentamento ao capital e como espaço político de promoção de resistências.

### 4.1 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

No começo do século XX, no Brasil, o capitalismo industrial seguindo a lógica de acumulação e os imperativos do capital para reproduzir-se, expandiu-se para a agricultura e ocasionou inúmeras mudanças no campo, das quais destacam-se: subordinação da agricultura à indústria com substituição de mão de obra e tração animal por maquinários; produção de alimentos associada gradativamente a “mercadorias” ou *commodities*, a partir de uma organicidade da agricultura para o lucro; lógica da propriedade privada sob a terra; indução ao êxodo rural; introdução dos métodos da divisão do trabalho e incremento tecnológico da indústria (ABRAMOVAY, 1992).

Com a hegemonia do capital financeiro dos últimos vinte anos que marcou o avanço das tecnologias desenvolvidas na informática, microeletrônica, química e nanotecnologia, as principais mudanças que ocorreram foram domínio de transnacionais que controlam a propriedade dos bens da natureza e as novas técnicas a serem aplicadas na produção agrícola no sistema agroalimentar hegemônico. (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019).

Wanderley (2001, p. 32) alerta que o mundo rural “mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba” e encontra-se em subalternidade relativa ao mundo urbano. Tal subalternidade é expressa na relação de dominação do processo de exploração, expropriação e produção material relacionado ao econômico, ao político e ao ideológico (WANDERLEY, 2001) e se pode dizer que, mesmo neste processo invasivo e selvagem, o camponês<sup>37</sup>, demonstra sua capacidade de se adequar e dar continuidade do projeto de seu modo de vida singular (WANDERLEY, 2010). O desenvolvimento histórico demonstra que o mundo urbano domina o mundo rural, pois é onde

---

<sup>37</sup> Consideramos que o feirante agricultor de São Felipe possui características de camponês, o que foi demonstrado no capítulo 3.

se encontram os centros de poder, os sistemas de informação, o sistema científico e os componentes centrais da engrenagem do capitalismo (LEFEBVRE, 1991).

No imaginário sociodiscursivo, estas representações colocam como o “lugar do atraso” - o mundo rural por possuir tempos mais lentos. Milton Santos (1994) afirma que sendo todos os lugares são mundiais, têm-se dois campos de temporalidades:

O que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não-hegemônicas, ou hegemônicas. As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade enfim. Os outros agentes sociais, hegemônicos pelos primeiros, devem contentar-se com tempos mais lentos. (SANTOS, 1994, p. 29)

Acrescenta-se que esta relação de dominação e opressão é marcada por relações de poder e disputa a partir das diretrizes de desenvolvimento – políticas, sociais, econômicas, ambientais - em que os sujeitos sociais, do campo e da cidade, se inter-relacionam e no seu cotidiano evidenciam projetos de vida distintos. Nesta perspectiva, o subalterno também possui certa autonomia, uma vez que detém a produção de alimentos, essenciais para a sobrevivência humana, e na desigualdade de relação de forças, também são estabelecidos vínculos.

Uma discussão importante para o entendimento da questão agrária latino-americana, em especial a brasileira, é a construção teórica sobre a noção de campesinato e agricultura familiar. Toma-se como ponto de partida mencionar a formação econômica e territorial do Brasil, em que elementos do passado colonial persistem na sociedade brasileira: resquícios de relações escravistas presentes no campo e na cidade, concentração fundiária e subordinação econômica aos mandatos do capital internacional. Além de um processo de industrialização excludente e desigual com uma estrutura produtiva que se baseia em importações e mercado de trabalho com muita informalidade e segmentado (PRADO JUNIOR, 1981).

Neste contexto, os homens e mulheres do campo, camponeses, do Brasil constituíram uma classe social que se situa na periferia do capitalismo e subordinado ao latifúndio. Uma história marcada por saberes tradicionais, lutas, conflitos, mortes e grande mobilidade, devido a busca constante de ocupação de novas terras (FERNANDES, 2001). Assim,

[...] a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1996, n. p.).

Concorda-se com Wanderley (1996) que o campesinato é, na atualidade, uma forma particular social da agricultura familiar cujo saber tradicional, também chamado autóctone ou popular é oriundo de uma cultura singular e tradicional marcada por relações de parentesco, herança e formas de vida local diversas e pluriativas, sendo que “uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (WANDERLEY, 1996, n. p.).

Sendo assim, a unidade de produção camponesa é fruto do trabalho dos membros da família que detém a posse e/ou propriedade deste território, o que não anula a participação em outras atividades visando garantir a manutenção da vida e reflexo da precariedade, instabilidade da situação camponesa diante do sistema agroalimentar hegemônico vigente.

O último Censo Agropecuário do Brasil (IBGE, 2019) revela que, no país, no que tange a agricultura familiar, houve uma redução na área territorial e número de trabalhadores. Para os efeitos da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural quem atende simultaneamente aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, n. p.)

Esta lei aponta como beneficiários:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (BRASIL, 2006, n. p.).

A normativa específica aguçá para a discussão desta categoria sociopolítica-agricultura familiar - tecida por dois grandes campos: a luta dos movimentos sociais e as

significativas pesquisas sobre as modificações ocorridas nos mundos rurais<sup>38</sup> debatidas no ambiente acadêmico, visto que, apesar do avanço que esta lei proporcionou a partir da tipificação e quantificação, ela é limitada quanto à diversidade de sujeitos e trajetórias presentes no mundo rural tradicional. Nierdele, Fialho e Conterato (2014) salientam que a discussão sobre agricultura familiar é precedida das discussões sobre estudos rurais e abrange diversas temáticas, a citar: questão agrária; progresso técnico e inovação na agropecuária; reprodução social do campesinato; história agrária, política e movimentos sociais do campo; modernização agrícola e efeitos.

A trajetória do campesinato no Brasil permite afirmar que é um conceito-chave na discussão e construção de um desenvolvimento socioambiental efetivo no país, tendo em vista que sua formação econômica e social é cravada em bases rurais, quer seja pelo modelo agroexportador imposto ou pela sociabilidade e cujas relações sociais possuem uma relação de descompasso e desencontro, fruto de diferentes momentos e circunstâncias históricas (PRADO JÚNIOR, 1981; MARTINS, 1996; CANDIDO, 2017).

Percebe-se que, no capitalismo, o campesinato possui como principais características: descentralização com produção pulverizada; ênfase prioritária em valores; conhecimentos e habilidades pessoais; comunitário; a agricultura é considerada um modo de vida e trabalho. Sendo assim, têm-se a resistência e a subalternidade como condições que podem ocorrer simultaneamente ou em tempos distintos, o que sustenta o debate sobre a condição camponesa no sistema capitalista, uma vez que “o campesinato subsiste devido a suas modificações, adaptações e oportunidades de expansão do capitalismo” (GIRARDI, 2008, p. 118).

No Brasil, a partir da década de 1990 o termo agricultura familiar entrou no dicionário de estudiosos e formuladores de políticas públicas em substituição ao termo agricultura camponesa (FERNANDES, 2013). Wanderley (1996) a partir das discussões da Sociologia Rural discorre sobre o significado dos dois termos- agricultura familiar e campesinato- tendo cinco hipóteses:

- a) - a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares;

---

<sup>38</sup> Compreendemos que a existência de realidades diversificadas e polissêmicas, permite afirmar a existência de **mundos rurais** no Brasil (BRANDAO, 2007), em que foram herdados processos construtores da modernidade que projetaram e continuam a projetar uma sociedade urbanizada e industrializada como ideal de progresso e desenvolvimento. Sendo os dois grandes grupos: mundo rural domesticado e mundo rural tradicional que possuem particularidades e localizações ideológicas que coloca o mundo rural tradicional em subalternidade e opressão diante do urbano, que na sociedade brasileira- seja de forma real e/ou imaginária- associa este rural como atrasado, bucólico, “no rancho fundo, bem pra lá do fim do mundo” (PEREIRA, 2020).

b) - ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade;

c) - a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais;

d) - estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

e) - o campesinato brasileiro tem características particulares - em relação ao conceito clássico de camponês - que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da História social do País e que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sócio-cultural”, com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna. (WANDERLEY, 1996, n. p.).

Salienta-se que nas cinco hipóteses, a autora deixa claro que são categorias diferentes e apesar da grande publicação acadêmica sobre o tema, não há uma obra síntese que expresse a natureza, diversidade e pluralidade do campesinato brasileiro. Bem como, as leituras clássicas do campesinato brasileiro discorrem somente sobre os processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura do país.

O uso normativo do termo agricultura familiar, não isenta da discussão destas duas categorias, visto que há uma tendência errônea de generalização da agricultura familiar brasileira, mesmo com todas as evidências de diversidade e pluralidade existentes nos mundos rurais brasileiros. Wanderley (1996) e Silva (2015) apontam como método de análise, a observação das estratégias de reprodução social, a interação com o território e seu entorno econômico e político para a escolha de determinada categoria.

Os estudos de Jesus (2017) revelam que os agricultores do município de São Felipe possuem estrutura de grupo doméstico, conseguem prover a subsistência do grupo familiar de forma imediata, realizam interconhecimentos, inclusive com banco de sementes entre as comunidades, e comercializam seus produtos na FLSF e com atravessadores, o que permite alcance regional. A autora denomina estes agricultores de agricultores familiares camponeses.

Na pesquisa de campo foram identificadas estas características nos feirantes agricultores e tendo como fio condutor os estudos de Wanderley (1996) já mencionados e a posição política de projeto de sociedade com desenvolvimento socioambiental que o termo camponês abrange, afirma-se que os(as) feirantes agricultores(as) são camponeses, tendo como duas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção com núcleo familiar e a centralidade da constituição do patrimônio familiar- a barraca na feira.

Discutir sobre desenvolvimento é discutir sobre projetos de sociedade. Para Porto-Gonçalves (2006), o desenvolvimento sintetiza a ideia de dominação da natureza dentro de

um padrão civilizatório e que pela via liberal e capitalista está associado à urbanização e industrialização, com afastamento dos seres humanos da natureza. Na mesma perspectiva teórica, Brandão (2004) e Limonad (2013) alertam que é um discurso de poder que para o planejamento econômico, urbano e regional constitui em apêndice que é apreendido por diferentes grupos, independente de orientações políticas e com finalidades diversas, o que permite inferir que não é possível uma teoria geral do desenvolvimento e por esta razão, cada adjetivação (exemplo: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social) possui um objetivo específico.

Na perspectiva de um desenvolvimento menos desigual na dimensão da comercialização de alimentos, Esteve (2017, p. 67) denuncia um processo de globalização agroalimentar em que a União Europeia e a Organização Mundial do Comércio estão “a serviço de um punhado de empresas transnacionais que procuram fazer negócios com os alimentos”. É neste contexto da globalização perversa que o sistema agroalimentar hegemônico motiva uma luta organizada dos(as) camponeses(as) de várias partes do mundo, de forma a questionar “que desenvolvimento é este?”, a exemplo da Via Campesina<sup>39</sup>:

O outro modelo de desenvolvimento defendido pela Via campesina - o modelo camponês - tem como base a independência dos agricultores, valorizando o mercado interno e os recursos locais para ser economicamente viável e ecologicamente sustentável. Este outro modelo prevê, a partir do conceito de soberania alimentar, uma reforma agrária que “vá além da redistribuição de terra; envolva uma ampla reforma do sistema agrícola em favor da produção e comercialização dos pequenos agricultores”. (GIRARDI, 2008, p. 117).

Tendo em vista que o desenvolvimento não deve ser analisado como teoria geral e o objetivo específico que cada adjetivação sobre desenvolvimento requer enquanto projeto político de sociedade e na necessidade de defesa dos bens naturais, essenciais para o campesinato, opta-se por olhar esta pesquisa pelo viés do desenvolvimento socioambiental.

Denomina-se desenvolvimento socioambiental como uma junção de múltiplas dimensões de modelos de desenvolvimento numa determinada escala de forma participativa, dialógica ecológica, cultural com a sociedade e olhando para o meio ambiente como um sujeito de direitos. Neste modelo de abordagem, as tensões e conflitualidades entre natureza e sociedade em suas diversas perspectivas é explicitado e pode construir novos caminhos com bases democráticas, por parte dos sujeitos sociais de determinado local (ALENCAR, 2003; RAMOS, 2018).

---

<sup>39</sup> Constitui o maior movimento internacional de pequenos agricultores, trabalhadores assalariados e sem terra clama, todos os dias, que terra, água e sementes são essenciais para cultivar e comer. Surgiu em 1993 em combate e resistência à globalização neoliberal no campo e aos ditames de organizações internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial de Comércio) (ESTEVE, 2017).

Para que o desenvolvimento socioambiental ocorra na prática é necessário um planejamento participativo da sociedade quanto às decisões estatais e não-estatais. No campo da gestão municipal é preciso um planejamento com participação mais efetiva da população nos instrumentos de planejamento. Souza (2020) salienta que

[...] ONGs e outras organizações da sociedade civil precisam se instrumentar e intervir mais e mais propositivamente, eventualmente implementando suas ideias **sem o Estado**, amíde **apesar do Estado** e, quem sabe, **contra o Estado**, de planos diretores alternativos até experiências de gestão de cooperativas habitacionais. (SOUZA, 2020, p. 86, grifo do autor)

O Plano Diretor é um instrumento de planejamento municipal norteador para o desenvolvimento e que deve promover a “integração e a complementaridade entre atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência” (BRASIL, 2001, n. p.). Assim, Ramos (2018), ao analisar o potencial de efetividade do Plano Diretor para o desenvolvimento socioambiental no planejamento Municipal de São Felipe, considerando que a questão agrária possui também uma dimensão ambiental e requer articulação entre os entes federativos, conclui que

Mesmo deixando-se claro que o Município tem plena competência para tratar sobre assuntos locais em todo o seu território, devendo-se ser superada o conflito de competência da União para tratar sobre assuntos agrários, o Município de São Felipe deixou o território desamparado frente a efetivação de ações essenciais para além do desenvolvimento municipal, a saúde e o bem-estar de sua população, isso é visto da não elaboração do plano de saneamento, não distribuição de água e coleta adequadas de resíduos, sendo despejados sem qualquer análise no Rio Copioba. (RAMOS, 2018, p. 151)

A autora além de apontar problemas ambientais presentes no município, conclui que

Além disso, percebe-se o esvaziamento de propostas no instrumento regulatório, já que não basta propor sem executar, ou seja, não adianta dizer que potencializará a produção e dinâmica local, se os modos de vida e trabalho locais não são observados, que é o caso de São Felipe, ao se caracterizar como pequeno Município rural, não se considera a sua zona rural para o desenvolvimento socioambiental municipal. (RAMOS, 2018, p. 152).

Neste mesmo instrumento, a palavra feira livre sequer é citada, mesmo sendo ponto de encontro da relação rural-urbana e da sua importância econômica e de prática social, com notória dimensão geográfica para os/as são-felipenses. Cabe ressaltar, a importância das feiras livres para o campesinato, uma vez que na lógica capitalista, o mercado da distribuição de alimentos no mundo é concentrado e representado por seis cadeias que controlam 60% do setor:

Mercadona, com 23,8% de participação do mercado; Carrefour, com 11,8%; Eroski (que inclui Cabrabo), com 9,1%; Dia, com 6%; Alcampo (que integra os supermercados Sabeco), com 5,9%; e El Corte Inglés (com Supercor OpenCor), com 4,3%. Eles são seguidos pelo Lidl, Consum, AhorraMás e DinoSol, que, juntos,



conformam as 10 maiores empresas do setor (Segura, 2012). Nunca o mercado da distribuição de alimentos esteve em tão poucas mãos. (ESTEVE, 2017, p. 171)

Toda feira livre é única e constitui um espaço de visibilidade das mulheres e homens do campo tão subalternizados nos discursos e nos imaginários sociodiscursivos em que propagam o fim do rural, do mundo rural tradicional. O “fazer a feira” com camponeses nestes espaços é importante estratégia política e material para a permanência destes sujeitos no campo e dos(as) frequentadores(as) que desejam, aspiram por um desenvolvimento menos desigual, mesmo quando estas feiras não sejam exclusivas de camponeses. É uma proximidade política, pessoal e espacial da articulação entre o rural e o urbano (SAQUET; MEIRA, 2017).

#### 4.2 OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

O sistema agroalimentar hegemônico vigente possui caráter neoliberal e apresenta como principais características:

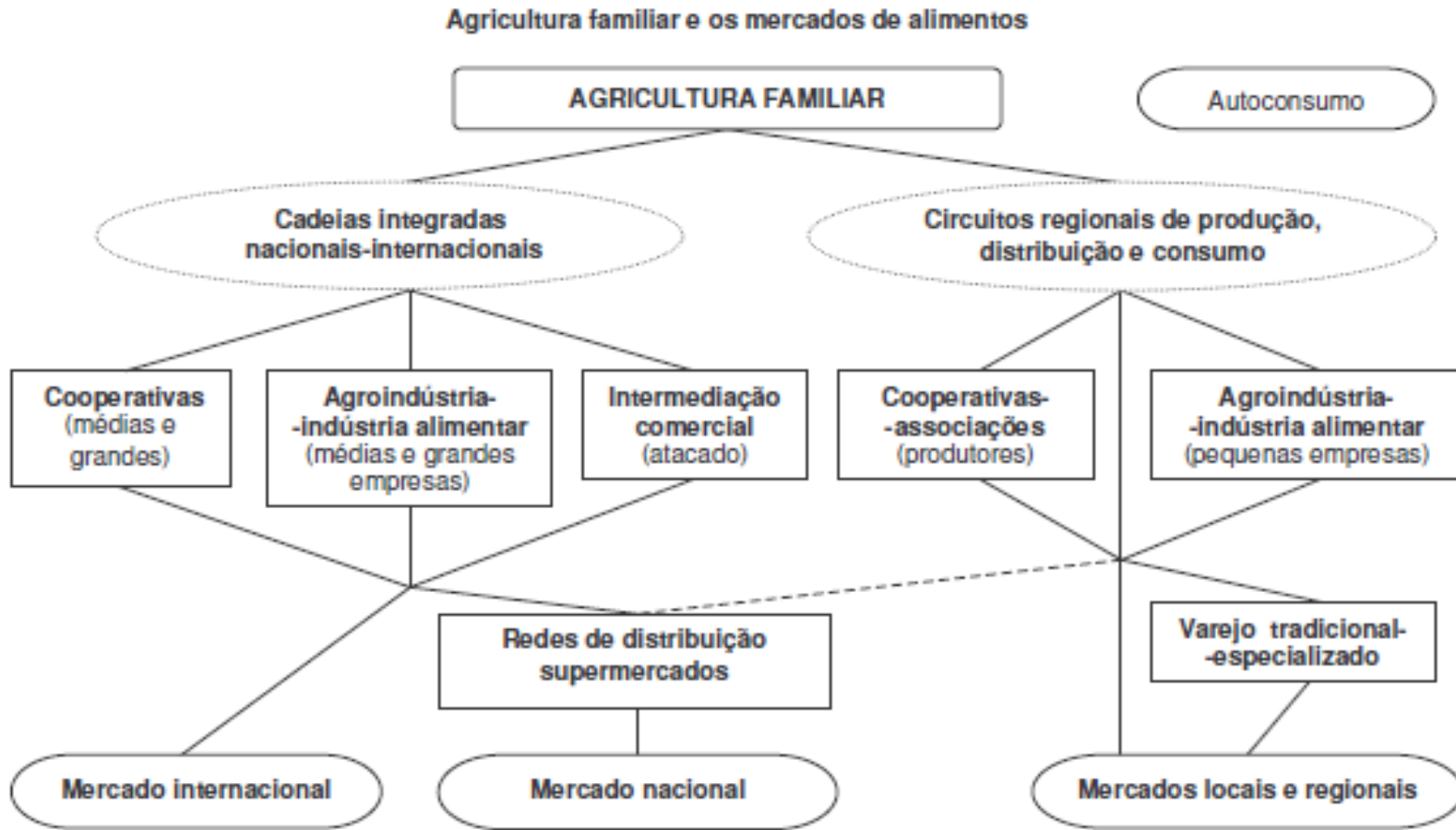
[...] concentração, domínio pelas grandes corporações, prejuízo dos agricultores, direcionamento para o grande estabelecimento agrícola, favorecimento dos países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos, incentivo à monocultura, degradação ambiental e aumento da pobreza. (GIRARDI, 2008, p. 111)

Conforme relatado no subcapítulo anterior, o processo de comercialização destes alimentos é altamente concentrado e a participação camponesa neste contexto, atua de forma subordinada ao agronegócio. Silva (2016) demonstra que, nos últimos anos, os modelos alternativos de fornecimento de alimentos operam às margens dos circuitos industriais e apresentam diversas experiências, tais como mercados de nicho internacionais e nacionais, produtos artesanais, de indicação geográfica (IG), agroecológicos e orgânicos até o aperfeiçoamento dos circuitos regionais e locais de abastecimento de alimentos.

Nota-se que a literatura coloca como sistema agroalimentar **alternativo** como um sistema vivenciado em resposta aos movimentos em defesa de comunidades tradicionais, ao discurso muito presente na sociedade sobre sustentabilidade, aos questionamentos sobre padrões de consumo, a pauta sobre soberania, segurança alimentar e nutricional.

Neste sentido, pode-se afirmar que a agricultura familiar participa dos dois sistemas (Figura 25), mas é no sistema agroalimentar alternativo que o campesinato possui relativa autonomia e acessa melhores condições de comercialização. Outra questão que o diagrama evidencia é que as relações da agricultura familiar com estes sistemas possuem fundamento espacial e a garantia da possibilidade de coexistência entre dois sistemas distintos deve-se ao perfil produtivo diversificado (MALUF, 2004).

Figura 25- Diagrama Agricultura familiar e mercados de alimentos, 2004



Fonte: MALUF, 2004, p. 309.

Nesta perspectiva, as feiras livres enquanto espaço e lugar admitem os níveis escalares das geometrias de poder da globalização presentes na relação tempo-espaço em que os termos níveis e escalares podem ter diferentes significados (CASTRO, 2000; MASSEY, 2007). A partir de postulados geográficos, o termo nível constitui um sentido de hierarquia, podendo ser variável e independente, e escala é uma medida, uma lupa que visualiza o fenômeno, representa a proporção da realidade.

Percebe-se que os níveis escalares interpretados por geometrias de poder e ao considerar os valores, ética, crenças e espiritualidades destes espaços evidenciam que é nas pequenas escalas, na hibridização e a partir da lógica dos sujeitos que se dá o caráter mais complexo do que Zaoual (2003) compreende como sítio- lugar em sentido geográfico (bairro, cidade, microrregião, região, país etc.) e também em sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia, a uma religião) com significados específicos definidos pelos sujeitos que em função de uma identidade, de um lado, aceitam ou recusam o que lhes é proposto ou imposto de fora e por outro, procuram soluções originais para seus problemas.

Esta complexidade da lógica de sujeitos com as influências externas, tanto pela junção dos fluxos dos capitais industrial, comercial e financeiro, como pelos fluxos locais e as singularidades interferem diretamente sobre a vida dos sujeitos são-felipenses, frequentadores da FLSF com significados e significantes que na dinâmica da agricultura familiar e do mercado de alimentos, a feira livre é a representante do circuito curto de comercialização com caráter simbólico significativo.

### **Mas, o que são os circuitos de comercialização de comercialização de alimentos?**

A palavra circuito significa “linha que limita qualquer área fechada, contorno” (FERREIRA, 2008, p. 236), sendo que para a terminologia circuito curto de comercialização de alimentos (CCCA) ou cadeia agroalimentares curtas, criada na década de 1990 por Terry Marsden, tem por objetivo analisar os processos de produção, distribuição e consumo de alimentos a partir dos sistemas alternativos em contraposição aos sistemas hegemônicos, em que especificamente, a palavra curto é empregada no sentido de dar ênfase a aproximação entre produção e consumo, podendo admitir um intermediário. Têm-se neste arranjo uma valorização da origem dos alimentos e uma comunicação pessoal e direta entre os agentes ativos da cadeia, produtor e consumidor, (MARSDEN, 2004). Para Ferrari (2011) é

justamente essa comunicação direta que promove um interconhecimento que forma redes de relações sociais.

Tais redes permitem uma comercialização onde cada circuito possui sua própria organicidade, maior interatividade e construção mútua de relações de confiança, inseridos no comércio formal e informal da economia e são muito utilizados para enfatizar o comércio justo - o que pode não ocorrer, mesmo com a redução dos custos operacionais, ganho de escala e facilidade logística (WILKINSON, 2008). Classificam-se em três principais tipos:

- a) Face a face (Face-to-face): o consumidor adquiriu um produto direto do produtor/processador em uma base face-a-face. Autenticidade e confiança são mediados através da interação pessoal. A Internet agora também apresenta oportunidades para uma variante do contato face-a-face através do comércio on-line e páginas da web.
- b) Proximidade espacial (Spatial proximity): os produtos são produzidos e distribuídos na região específica (ou local) de produção, e os consumidores estão cientes da natureza “local” do produto no ponto de varejo.
- c) Espacialmente estendido (Spatially extended): onde o valor e significado são carregados de informações sobre o local de produção e aqueles que produzem o alimento, sendo traduzido para os consumidores que estão fora da região e que pode não ter nenhuma experiência pessoal com a região de produção. (MARSDEN, 2000, p. 425- 426 *apud* MATTE et al, 2014, p. 10).

E pela dinâmica das vendas, podem ser classificados em vendas diretas ou indiretas:

As vendas diretas são as que o produtor comercializa para o consumo sem a participação de intermediário, por exemplo: Venda na propriedade, feiras, colheita na propriedade, mercados institucionais, restaurantes, vendas para grupos de consumidores entre outros. As vendas indiretas, contam com a participação de até um intermediário. Neste caso há ausência do produtor ao realizar a venda, tendo como exemplo as lojas especializadas, lojas de cooperativas, supermercados entre outros. Além da presença ou não de intermediários, as distâncias percorridas pelo alimento até o consumidor também são relevantes para a determinação de circuitos curtos. (SILVA, 2015, p. 44- 45).

No Brasil, o primeiro programa que mencionou a necessidade de articulação entre os diferentes circuitos do sistema agroalimentar de forma que garantisse a segurança alimentar e nutricional brasileira foi o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) I e II, criado na década de 1970, que a partir de uma ação integrada entre vários organismos de Estado tinha por objetivo a aquisição dos alimentos produzidos a preços vantajosos para os agricultores e suas organizações produtivas (PELIANO, 2010; SILVA, 2015).

Para compor a política de operacionalização da cadeia de produção e distribuição dos alimentos, neste mesmo período havia o Sistema Nacional de Abastecimento Brasileiro (SUNAB) composto pelos centros de abastecimento: Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), juntamente com a

Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) que segundo os estudos de Mello (1961) deveriam estar integradas diretamente com as feiras livres dos municípios.

Nas décadas de 1980 e 1990, as insatisfações com a política de abastecimento de alimentos associada aos problemas econômicos que atravessavam o país, impulsionaram políticas públicas direcionadas à questão da segurança alimentar, destaca-se principalmente: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); programa de crédito rural para agricultura familiar.

Dentz e Bender (2016) apontam que no Brasil, a noção de CCCA é muito discutível e no planejamento estatal não há nenhuma norma, consenso que estimulem diretamente tais circuitos, apesar de serem utilizados no processo de desenho de recursos para a agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público, tendo como exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696/2003, e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado pela Lei nº 11.947/2009. Programas nos quais o governo federal destina recursos para serem usados com a agricultura familiar com o objetivo de favorecer comércio local e consumo de alimentos endêmicos e saudáveis.

Nos últimos vinte anos as discussões sobre produção e consumo com ênfase em práticas que têm como prioridade produzir com o mínimo de impacto possível têm estimulado e fortalecido os circuitos curtos de comercialização com a produção camponesa. Destacam-se as feiras livres favorecidas pela questão cultural, política e sobretudo por oportunizar de maneira menos burocrática e sem ou pouco investimento oportunizarem condições para que camponeses comercializem suas produções, oportunizando melhores condições de venda e frequentadores que podem negociar e adquirir alimentos com melhores preços do que em supermercados (PEREIRA, 2020).

Em outubro de 2020, ocorreu o “Seminário Virtual Agricultura Familiar e Circuitos Curtos: Experiências Organizacionais no Brasil e na Colômbia” promovido pelo Projeto Semeando Capacidades da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que tem por objetivo trocar conhecimentos e experiências bem-sucedidas entre Brasil e Colômbia no que tange a organização de produtores em circuitos curtos de comercialização. A partir destas experiências, foram mencionadas as seguintes conquistas: a redução do impacto ambiental; revitalização das economias locais; resgate do patrimônio biocultural; coesão social; estímulo à transição ecológica. E como limitações: aprendizado de

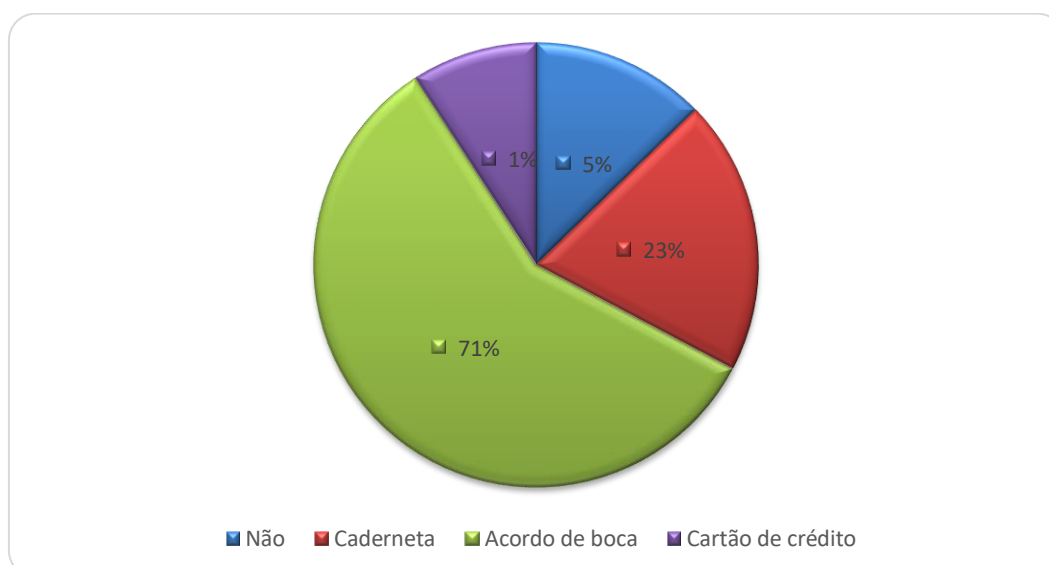
novas tecnologias e plataformas de mercado; o fortalecimento do valor agregado (FAO, 2020).

Durante o evento, observou-se que a pandemia da COVID-19 ocasionou um aumento da venda direta para estes grupos por meio de recursos tecnológicos tais como telefone e aplicativos, em que os(as) camponeses(as) que participaram do evento indicaram como principal alternativa encontrada para comercialização da produção, uma vez que relataram dificuldades iniciais com os estabelecimentos – principalmente restaurantes, bares que foram fechados por medidas sanitárias ou falidos.

Tais relatos de experiência convergem com os estudos de Polanyi (2000) sobre a importância da coexistência de diferentes circuitos de comercialização tanto para abastecimento de um território, como para manutenção das rendas de camponeses. Quer seja pelo sistema agroalimentar hegemônico, quer seja pelo sistema agroalimentar alternativo ou na coexistência dos dois sistemas, no CCA é a organicidade e o estabelecimento de vínculos entre produtores e consumidores que determinam os direcionamentos da dinâmica de mercado, sendo que na organicidade distingue-se a negociação de preços, atendimento, assistência técnica, diversidade de alimentos (POLANYI, 2000).

Na FLSF o vínculo entre feirantes e consumidores é uma relação de confiança, inclusive expressa na venda a crédito (Gráfico 5), baseada no “ter palavra”. Outro indicativo é a reserva de mercadorias que são realizadas sem um pagamento prévio e normalmente, realizada de um sábado para o outro.

**Gráfico 5-** Venda à crédito, 2020



Fonte: Pesquisa de Campo na FSF. Michele Pereira, 2020.

O percentual de vendas no cartão de crédito é expressivo nas barracas de roupa e de cosméticos, somente um feirante que comercializa alimentos declarou possuir a máquina de cartão. As narrativas da consumidora Z8- mulher, 40 anos, autônoma- e do feirante F6- homem, 57 anos, feirante há 40 anos- evidenciam a problemática.

Não sei porquê não vendem na maquininha. A gente fala com eles e eles dizem depois, depois. Já fui na feira de Cruz<sup>40</sup> e quase todo mundo tem maquininha e facilita para eles e para gente. Quando não tenho dinheiro, eu compro fiado na mão deles, porque todo mundo sabe quem eu sou e que pago certo, mas tem vezes que compro no supermercado com meu cartão porque para mim é vencer a vergonha e pedir. Tem vezes que peço, tem dias que eu prefiro comprar no supermercado, só por esta questão. (Z8, 2019)

Não tenho máquina, dona e aqui da gente, ninguém tem. Pra quê maquininha? Se bem que é bom quando a gente tá sem dinheiro, um cartão. Mas, vou contar a senhora que ninguém aqui ofereceu isso pra nós e eu, Nossa Senhora, valei-me! , teria que aprender a usar. Meu filho fala para colocar, mas tenho medo de colocar. Aí vou tomando algumas porretadas com fiado, porque esqueço de cobrar e tem aqueles que esquece também. (F6, 2019)

Quanto aos impérios alimentares, Ploeg (2010) alerta que estes possuem escala global e são construídos e mantidos pela chamada “mão visível” para um desenvolvimento desigual com manutenção de espaços de riqueza. O sistema agroalimentar hegemônico tem como base a expropriação e apropriação material e :

[...] não precisam da propriedade direta de uma base de recursos, nem representam necessariamente valor acumulado. Suas redes simplesmente estruturam o mundo social e o mundo natural através da reunião de recursos, processos, territórios, pessoas e imagens em constelações específicas que simultaneamente canalizam a riqueza em direção ao centro (PLOEG, 2008, p. 258).

Sendo assim, o preço dos alimentos são os elementos mais sensíveis para avaliarmos em níveis escalares. O par preço-alimento está imbricado principalmente em três questões: oferta-demanda, produção agrícola e dietas globalizadas. Estas questões são conexas e desenham a complexidade que a feira livre enquanto espaço e lugar, em níveis escalares, está mergulhada.

A oferta e a demanda são leis fundamentais da economia capitalista e na feira livre, o impacto ocorre em dois níveis: alguns produtos da agricultura familiar camponesa do município podem ser mais requisitados pelo mercado (com forte atuação do atravessador) e ocasionam pouca disponibilidade deste alimento na feira e conseqüentemente, preços mais elevados. Condicionada à procura por alimentos saudáveis, a dieta globalizada, também influencia na produção agrícola e oferta/demanda na feira. As reportagens e informações

---

<sup>40</sup> Refere-se ao município de Cruz das Almas, distante 38 km do município de São Felipe.

divulgadas sobre alimentos *fitness* e recomendados para alguns problemas de saúde criam a procura por determinados alimentos de forma desenfreada, o que demonstra que a dieta globalizada é resultado de uma cadeia produção-distribuição-divulgação-consumo.

Na FLSF, como em toda feira, a famosa pechincha ocorre e conforme relatam alguns feirantes quando decidem o preço de uma mercadoria, o cálculo do desconto que pode ser realizado, já é feito como relata B7, feirante agricultor, 69 anos, morador da zona rural:

A gente já conhece quem chora e não chora. Eu vendo isso aqui a seis, o quilo. Para quem chora faço cinco e cinquenta, quem chora demais, cinco. Menos que isso, faço não. Eu (...) prefiro voltar para a casa. Senão, vicia, sabe? Tem que ter limite, senão a gente deixa de vir. Gosto de vim, eu gosto. Mas, não sou burro, sei a luta que é e quanto gastei, tá certo? (B7, 2015)

A pesquisa de campo identificou que o espaço da feira livre além de compreender mais de um circuito de comercialização (Figura 26), a presença de atravessadores no interior da feira expressa as interações regionais e dinâmicas escalares da feira, do município de São Felipe e da região Recôncavo. A entrevista com o ex-feirante – AT 1, 57 anos, morador da cidade de Santo Antônio de Jesus, que atualmente trabalha como atravessador revelou a interação entre dois sistemas:

Sempre venho na feira daqui. É aqui que pego as mercadorias que vão para Salvador e Santo Antônio e faço minha feira também. Levo de um tudo (...) pego muita banana, farinha, aipim, inhame e jaca, frutas. O que pedirem eu tô comprando e revendendo, e assim, que ganho dinheiro para manter a casa. O acerto inicial é por telefone, eles têm meu telefone e eu deles, a gente acerta e hoje é dia de vim buscar. Marco na feira, as vezes na propriedade, tudo depende da conversa. Gosto de marcar na feira porque junto os acertos e tem vezes que levo direto. Daqui para estrada (...) Não tenho galpão, menina. Esse caminhão não é meu, do cunhado, eu alugo. Eu tenho uma Strada velha, venho com ela quando é pouca coisa e só vou para Santo Antônio (...) Em Salvador? Aí depende da época, quem fez o trato, vendo até para Rede Mix, já vendi muito para Bompreço, tem os mercadinhos do IAPI, lá do Nordeste, um cara do dois de julho. Para feirante? Também. Tem os daqui, os de Santo Antônio. Levo na feira de São Joaquim, na feira do Nordeste de Amaralina, aquela região de Paripe. Tudo depende. Já fui feirante, tenho minha roça, mas ganho mais dinheiro neste comércio. Quanto? Micharia. (risos) tiro uns dois a três mil reais em época boa. (AT 1, 2019).

A Feira enquanto instituição econômica de circuito curto de comercialização é complexa devido associar diferentes fluxos das racionalidades hegemônicas do sistema agroalimentar com as inter-relações de sociabilidade e possui peculiaridades, com destaque para o atravessador que está presente na feira livre tanto fornecendo mercadorias para os feirantes, como comprando dos/das feirantes agricultores.



Figura 26- Circuito Curto de Comercialização Agroalimentar, São Felipe, 2020



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

### 4.3 “É UM MONTE DE FRUTAS, UM PUNHADO DE FARINHA E FAZ PARTE DA MINHA HISTÓRIA”

O título deste subcapítulo foi retirado de uma entrevista realizada em 2015 com o feirante agricultor U4, 79 anos, viúvo e morador da zona rural de Maragogipe. Na ocasião, chamou atenção que este feirante chegou no ônibus escolar por volta de 08:30h e trazia um pedaço de lona, dois sacos de linhagem cheios e dois cachos de bananas. Ajudado por um rapaz, ele “montou a sua feira”: estendeu a lona no chão, colocou as bananas e tirou outros alimentos dos sacos dispondo as mercadorias para visualização. Este senhor possuía para venda: dois cachos de banana, cinco quilos de farinha, vinte tangerinas, cerca de cinco quilos de inhame, uma abóbora grande e trinta maxixes.

Quando questionado sobre a razão de ter se tornado feirante, tempo de participação na feira e motivações para continuar frequentando, ele respondeu:

(...) Tanto de pergunta (risos). Eu venho desde menino e catei os meus filhos, netos para vim também. Todo mundo aqui, o pai catou e trouxe. Se não foi o pai, foi um parente, um cumpadre, alguém. Continuo por precisão, preciso destes tostões aqui. Gosto daqui e dos amigos daqui também e não tenho vontade de deixar. A precisão é grande, eu tomo remédio e nem sempre o governo dá.

Ajudo a criar meus netos, uma menina e um menino de minha neta que não consegue serviço. O marido largou dela e eu coloquei na minha casa. Não quis estudo e não tem trabalho aqui na cidade sem estudo, lá na roça todo mundo estuda, os da idade dela e ela não quis. Se antes fosse como hoje, eu tinha estudado e acho que a senhora não ia me ver aqui vendendo, só comprando e batendo papo, né? Coisa boa. (...)

A vida na terra melhorou muito, mas piorou também. Eu pensei que quando tivesse o INSS, eu ia descansar. Colé nada. Todo dia tenho que pensar no amanhã e a pressão sobe. Eu não peço nada a filho nenhum, parente nenhum. Quem é da terra, da roça, né? e vem para a feira é por conta da precisão, quem vem vender. Não é meia dúzia de bananas, eu compro meu pão. A senhora tá vendo? Eu trago um punhado para vender e isso garante que eu compre pão, biscoito doce para eles, levo uma Coca-Cola, compro umas besteiras de mercado e levo para casa. É um monte de frutas, um punhado de farinha e faz parte da minha história. Lembro de cada feira, das raivas que já passei aqui, das brigas também. Ri também, não sou fechado assim como esse povo fala não. (U4, 2015).

Durante a pesquisa de campo foi constatada outras montagens de ponto semelhantes ao descrito anteriormente, inclusive com quantidades menores de alimentos para comercialização e relatada a necessidade da presença na feira livre para a comercialização tanto pela necessidade de adquirir outras mercadorias como pelas questões de sociabilidade. Heredia (1979) aludiu que a produção-consumo na unidade camponesa é pensada a partir de um cálculo econômico realizado pelos camponeses no intuito de que semanalmente sejam

realizadas as reposições tanto do que é produzido como do que deve ser adquirido, sendo que, os produtos do roçado possibilitam com sua venda, a realização da compra.

Neste sentido, a narrativa de U4 é ilustrativa quanto a busca do bem estar da família e converge com as percepções de Chayanov (1974) que afirmava sobre a capacidade do camponês em adequar-se aos padrões de consumo, inclusive adquirindo produtos de origem urbano-industrial e quando há expansão da família adota-se estratégias em busca de mais recursos para a unidade familiar. Tais dinâmicas é o que garante a reprodução social destas famílias e marcam o processo de existir e (r) existir, visto que além da questão material, existe as questões de sociabilidade que fazem parte da história, memória do sujeito social.

Em se tratando de camponeses que produzem em minifúndios, os(as) feirantes agricultores(as) da FLSF possuem esta questão como uma realidade cada vez mais presente também por esta razão. Os(as) feirantes agricultores(as) que possuem barraca adquirem alimentos de outros produtores e/ou atravessadores com o objetivo de aumentarem as possibilidades de ganho que serão revertidos em compra de mercadorias para consumo por excelência, consumo alimentar.

Os(as) feirantes de São Felipe sinalizaram que a motivação para se tornar feirante é a complementação de renda. Enquanto uma instituição econômica de CCCA, a FLSF demonstra que não há determinismo nos papéis/funções desempenhados pelos sujeitos neste circuito, pois os comportamentos ocorrem de forma que são remodelados e negociados a partir da necessidade de sobrevivência material e imaterial, tendo como parâmetro o grau de aceitabilidade social.

Foi questionado aos feirantes, qual renda esses conseguem em média, por feira (semana), porém apenas somente 40,40% responderam e sinalizaram uma média de R\$75,50. Entre os aspectos negativos apresentados sobre a FLSF, eles apontaram que o fluxo de pessoas diminui muito nos últimos cinco anos e que a participação neste espaço exige formulação de estratégias para a permanência, tais como: dividir o frete/gasolina com vizinhos/compadres que também são feirantes;

A FLSF é um lugar de memória social são-felipense marcada pela diversidade e pluralidade em sua constituição, expressão da identidade cultural do município e espaço importante onde ocorre troca de fluxos da racionalidade hegemônica e contra hegemônica.

## 5 RESISTÊNCIAS: O MOVIMENTO DAS CONTRA-RACIONALIDADES

Este capítulo disserta sobre enfrentamento, (r) existências e construção de resistências, racionalidades e contra-racionalidades frente ao capital.

### 5.1 “NÃO É MEIA DÚZIA DE BANANAS, EU COMPRO MEU PÃO”

Resistir significa “lutar contra (ataque, atacante), ou responder a (acusação, acusador); defender-se. Não ser alterado, danificado ou destruído (por algo, ou ação de algo). Não seguir, não ser dominado (por impulso, vontade, ideia, influência etc.); não aceitar (o que atrai). Não se deixar convencer, não aceitar, não concordar (FERREIRA, 2008, p. 702). No que tange à questão agrária, “que engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e não quer” (MARTINS, 1994, p.12-13), o ato de resistir por parte dos camponeses e camponesas frente ao paradoxo das contradições do sistema e as desigualdades do sistema capitalista é um ato diário.

Enquanto categoria de análise estudada a partir dos estudos de Gramsci (1999) e Williams (1979), a resistência expressa a oposição de forças diárias dos dominados em relação aos dominantes em um processo de sobrevivência inerente a um movimento contrário a hegemonia:

Pode-se observar como o elemento determinista, fatalista, mecânico, tenha sido um “aroma” ideológico imediato da filosofia da práxis, uma forma de religião e de excitante (mas ao modo dos narcóticos), tornada necessária e justificada historicamente pelo caráter “subalterno” de determinados estratos sociais. Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta termina assim por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. (GRAMSCI, 1999, p. 106).

O processo de dominação é dinâmico, aberto, reafirmado e reinventado a todo instante. Andrade (2015) explicita que esta oposição de forças é construída primeiramente no indivíduo, em família e que pode ser fortalecida e ampliada na construção política do “sujeito coletivo”. É o ato de decidir o que se quer ser com ações no cotidiano que revela a primeira construção individual da resistência, que está fincada no sentido de existência; trata-se do sentido de ser no mundo em decisões geografizadas em tempo e espaço. No caso do(a) camponês(a), o seu modo de vida e sua relação com a natureza é lida como materialização da sua resistência; materialização deste “forjar social e politicamente para a sua própria sobrevivência e para a defesa do seu território” (ANDRADE, 2015, p. 64).

Boaventura Santos (2002) aponta que os fenômenos da globalização são alimentados pelas lutas que ocorrem nas diversas dimensões - econômica, social, ambiental, cultural e política - na contraposição entre os modos de globalização hegemônicos e os modos de

globalização de resistência que alcançam o campo social, tensionando as identidades sociais em disputa de distantes realidades sociais, o que Moreira (2007) denomina realidades em processos flexíveis que tanto na acumulação capitalista, culturas e sujeitos apresentam diversidades e pluralidades e a cada momento estão em um campo de possibilidades.

Trata-se de um campo de disputa e tensão entre local e global em que há modos de globalização hegemônico e modos de globalização de resistência no qual se colocam em embate lógicas de cima-para-baixo e baixo-para-cima, que conforme alerta Santos (2002) as relações sociais pressionam localismos - tradição, ideologia, linguagem, nacionalismo.

Neste sentido, a resistência é uma construção no cotidiano que Scott (1990) enfatiza que é realizada na maioria das vezes sem organização formal pelos grupos subalternizados e a depender do grupo subordinado, especialmente os que padecem da sujeição pessoal, a resistência informal e cotidiana é a estratégia mais eficaz contra os dominantes. O autor salienta que os discursos ocultos oriundos das ações do resistir no cotidiano, expressão da luta prosaica de pequena escala, influenciam os movimentos formais e contribuem com as explosões sociais, além de dificultar ações coordenadas dos dominantes.

Trata-se de discursos e ações que demonstram que o resistir é também uma importante expressão na luta de classes, visto que

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2001, p. 48)

São as lutas de classe que tomam forma de lutas políticas e refletidas na sociedade civil constituem como “todo o intercâmbio material entre os indivíduos, numa determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas” conforme sinalizaram Marx e Engels (2001, p. 21), o que corrobora com a afirmação de Scott (1990) sobre “as relações de poder são, também, relações de resistência” (SCOTT, 1990, p. 71), visto que o contato diário entre sujeitos desiguais é um constante exercício de poder que perpassa por linguagem fragmentada, de um lado o discurso público - marcado por manifestações de aceitação e conformidade, e, por outro lado, um discurso oculto - que está “fora do raio de audição dos detentores de poder” (SCOTT, 1990, p. 57) onde tensões, conflitos e revoltas são reveladas

em conversas íntimas com a família ou grupos de amigos, o que pode fomentar uma luta política.

Cabe ressaltar que a resistência é uma construção que se dá por meio da dimensão espacial, visto que é no espaço que estão solidificada todas as ações, onde os sujeitos são acolhidos ou não, num campo de intencionalidades. Milton Santos (2004) mostra que o ser, o existir, o r-existir, o não existir e coexistir são respostas reveladas na dimensão espacial como marcas no mundo e ao mesmo tempo condição para reprodução das ações, de maneira dinâmica e somatória.

Para o autor, existe um mundo dentro do ser e um ser dentro do mundo, o que corrobora com a perspectiva crítica de Kosik (2010) [1969] que o existir no mundo e sua forma é um produto histórico onde:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos, agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade<sup>41</sup> (KOSIK, 2010, p. 15).

Nesta perspectiva, o sujeito "é um singular/universal, pois ao mesmo tempo em que é idiossincrático, ele é resultado de seu tempo, de sua cultura e, portanto, uma ponte para compreendê-los" (SCHNEIDER, 2006, p. 108), o que demonstra que o ser humano obedece ao projeto que se vive enquanto sujeito e inserido em um espaço que possui um conjunto de possibilidades, ou melhor, reverbera como "o lugar enquanto o encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou são criadas" (SANTOS, 1994, p. 44).

Entre projetos e possibilidades, a questão agrária é insolúvel e compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. Fernandes (2013) alerta que possui movimentos diferenciados como resultados das contradições inerentes do sistema capitalista, em que devem ser consideradas as diversidades em suas vertentes, vieses e cuja análise não se limite à lógica do capital, mas sim envolva todas as formas de enfrentamento ao capitalismo com as possibilidades de transgressão e insurgência. Isto é possível porque

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que "civilizou" a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência (BOURDIEU, 2001, p. 19 *apud* FERNANDES, 2013, p. 202).

---

<sup>41</sup> O mundo da pseudoconcreticidade é "justamente a existência autônoma dos produtos do homem e a redução do homem ao nível da práxis utilitária" (KOSIK, 1969, p. 123).

Neste sentido, o movimento social cria processos e dinâmicas de aceitação e repulsa. O enfrentamento – “ação de resistência construída e realizada coletivamente a partir dos espaços de “socialização da política” (ANDRADE, 2015, p. 65) – ocorre a partir de uma consciência socioespacial<sup>42</sup> individual de cada sujeito que coletivamente organizam-se para o embate nos conflitos e conflitualidades, fruto das desigualdades geradas pelo capitalismo com destaque para: questão da terra, formas de organização de trabalho e da produção, abastecimento e segurança alimentar, modelos de desenvolvimento, questão campo-cidade, qualidade de vida e dignidade humana. Sendo que:

Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido; a conflitualidade, no entanto, não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos- *direito a ter direitos*, como dizia Eder Sader (1988). Os acordos, pactos e tréguas definidos em organizações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia a dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo (FERNANDES, 2013, p. 203, grifo do autor).

É no enfrentamento que se realiza a autoafirmação de modos de vida, de saberes tradicionais e da condição de sujeitos históricos<sup>43</sup> que contribui com o processo de afirmação da diversidade social, a partir da vivência sociopolítica e reafirmados pelo longo tempo de resistência (ALCANTARA, 2011), trata-se de uma práxis transformadora. Ao passo que na resistência, na práxis utilitária imediata o sujeito é colocado “em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade” (KOSIK, 2010, p. 10), mas marcam a existência e (r) existência que “[...] o homem, estando condenado a ser livre, carrega nos ombros o peso do mundo inteiro: é responsável pelo mundo e por si mesmo enquanto maneira de ser” (SARTRE, 2013, p. 678).

Existir possui significado de “ter existência real; ser, haver. Viver, estar. Subsistir, durar” (FERREIRA, 2008, p. 388), determinado pela presença mediante os processos impostos pelas vivências e sistemas em que cada determinação transforma a ação do sujeito-ser é antes de tudo, estar presente (SANTOS, 1996). Neste sentido, resistir é antes de tudo garantir a existência em tempo e espaço e que diante da racionalidade capitalista que se reproduz nos lugares de forma heterogênea, surgem outras racionalidades que contrariam o

---

<sup>42</sup> Cruz (2007) esclarece que esta é “uma construção do sentimento de pertença e do auto-reconhecimento, o que implica em nós nos reconhecermos como pertencentes a um grupo e a um território específico” (CRUZ, 2007, p. 26).

<sup>43</sup> “O sujeito histórico é este ser do presente, que luta pela reprodução da vida que encarna os saberes tradicionais e os (re)significam na atualidade (a relação com a terra, o manejo da caatinga, os contos, o direito do respeito...)” (ALCANTARA, 2011, p. 93).

pensamento dominante, em que Milton Santos (1996) denomina de “irracionalidades” ou “contra-racionalidades”:

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias: de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (SANTOS, 1996, p. 246).

Partindo da noção de espaço como “[...] o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não” (SANTOS, 1996, p. 49), meio da realização do modo de produção e com simultaneidade das temporalidades diversas, em que cada lugar admite uma seletividade que acolhe determinados vetores e descarta outros, o autor afirma que nos espaços de racionalidade,

[...] o mercado é tornado tirânico e o Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido, para deixar campo livre (e desimpedido) à ação soberana do mercado (SANTOS, 1994, p. 34).

A partir desta seletividade no acolher ou descartar vetores da racionalidade dominante que se instaura contra-racionalidades que indicam a possibilidade de um ou novos sentidos, além da ampliação da consciência; geralmente, as contra-racionalidades estão ligadas à questão social (aspirações dos dominados), do econômico (atividades tradicionais ou marginalizadas) e geográfico (áreas menos modernas) (SANTOS, 1994).

O título deste subcapítulo “Não é meia dúzia de bananas, eu compro meu pão” foi retirado da narrativa do Sr. U4 explanada no capítulo anterior e toma-se como base a categoria resistência para afirmar que a relação informada pelo feirante agricultor entrevistado é um indicativo de resistência porque o/a feirante da FLSF possui um existir enquanto sujeito a partir das relações sociais e relações sociedade-natureza, conexões e redes, relações e significados plurais; indica a força e vitalidade, a partir da produção econômica, apropriação, exploração, subordinação, identidade e patrimônio cultural expresso na memória social dos são-felipenses.

Na medida que se analisa o existir dos sujeitos, a pesquisa demonstrou a r-existência. A letróloga Sônia Lopes (2016) cita que o prefixo re- ou r- costuma indicar “de novo”, a r-existência enquanto categoria é “uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (PORTO-



GONÇALVES, 2010, p. 130) representa a ação de adaptação e transformação, o movimento a partir de lógicas distintas que Porto-Gonçalves (2010) determina que não se trata de uma reação, e sim, de uma reafirmação da existência no viver do cotidiano.

Neste sentido, a pesquisa revelou que o espaço da feira livre é constituído de r-existências de sujeitos que possuem uma lógica singular e demonstra ações de contra-racionalidades nos aspectos da questão social, econômica, ao passo que também obedece a racionalidade dominante (Quadro 7). A feira livre como lugar traduz a dimensão espacial do cotidiano por meio de existências e r-existências e demonstra uma série de possibilidades, em que feirantes e frequentadores demonstram que contradições da sociedade atual é possível possibilidades de superação.

**Quadro 7-** Racionalidades e contra-racionalidades na FLSF, 2020

<b>Feira Livre de São Felipe (FLSF)</b>	<b>Vetores da racionalidade dominante</b>	<b>Vetores das contra-racionalidades</b>
Organização da feira livre	Todos os/as feirantes pagam taxa municipal para comercializar na feira livre.	A organicidade é realizada pelos(as) feirantes sem interferência da Prefeitura do município, exemplo disposição das barracas.
Perfil socioeconômico dos feirantes	Principal motivação é a complementação da renda.	Realizam troca de mercadorias
Frequentadores	A feira como espaço de diferentes tipos de mercadorias, tendo como centralidade: o comércio	A feira como espaço de lazer, encontros, tendo como centralidade: a sociabilidade
Comercialização das mercadorias	Presença de atravessadores Preferem voltar com as mercadorias, mas não admitem venda abaixo do mínimo esperado. Encomendas realizadas por telefone previamente	Uso de cadernetas e “acordo de boca” Baixa adesão de pagamento por cartão de crédito Nas barracas há venda de mercadorias de parentes, compadres, comadres sem vantagem econômica. Reserva de mercadorias realizadas apenas mediante a solicitação verbal em semana anterior
Produção agrícola	Foram utilizados agrotóxicos como prática comum de combate de doenças	Produtos agroecológicos

Fonte: Elaborada pela autora com base em Pesquisa de Campo, 2020.

Evidencia-se que este espaço-lugar é ainda pouco valorizado no planejamento estatal, mas no cotidiano dos(as) são-felipenses, a Feira é pensada diariamente, tanto no sentido material de comercialização de mercadorias, como lugar encontro. Ressalta-se que a

materialidade determinada em tempo e espaço ocorre durante todos os dias e é no sábado, dia de maior movimento da feira livre, essa expressão máxima da materialidade determinada em tempo e espaço. Em São Felipe, a imaterialidade e a materialidade da feira livre ocorrem todos os dias.

Durante a pesquisa de campo, não foram encontradas situações de enfrentamento, pois os(as) feirantes relataram não possuírem associação ou constituírem algum grupo, mesmo que de maneira informal, para reivindicações de melhorias para a feira livre. A análise de conteúdo demonstra que o erguer a feira semanalmente representa uma ação de resistência contínua.

Coloca-se em questão a ser analisada, o importante papel desempenhado pelas feiras livres na segurança alimentar e nutricional, uma vez que algumas tipologias de feirantes utilizam a feira para comercializar alimentos do excedente de produção e adquirir outros. Em uma sociedade fundamentada no consumo, a possibilidade de adquirir algum dinheiro para consumir industrializados ou quaisquer produtos coloca para o sujeito, o direito ao consumo, uma das formas de expressão dos direitos fundamentais da dignidade humana (DEBS; HIRONAKA, 2002).

“Não é meia dúzia de bananas, eu compro meu pão” é uma frase significativa em expressar a luta, a resistência no cotidiano de marcar a existência, do dizer “existo” e garanto o “r-existo”, uma estratégia de reprodução social da vida. Converge-se com Macário (2005), quando diz que a reprodução social:

[...] se processa como síntese das várias atividades desenvolvidas pelos homens no trabalho e na práxis social em geral; como todas estas atividades resultam na criação de novas objetividades, novas circunstâncias, então a reprodução da totalidade social só pode se caracterizar como um fluxo cuja continuidade radica precisamente na produção de novas formas de objetividade. A continuidade não se estilhaça no fluxo das mudanças precisamente porque a práxis social põe em ser vetores materiais que armazenam e fixam a experiência humana; este é o caso dos instrumentos, da linguagem, das relações sociais e dos vários complexos da atividade humana como a educação, a moral, a política, o direito, etc. A experiência assim acumulada tem que ser reproduzida na consciência dos indivíduos que, através de seus atos, processam-na, dinamizam-na e fazem-na prosseguir à frente. Desta forma a continuidade no interior da reprodução social caracteriza-se pelo entrecruzamento contínuo entre o já acumulado no fluxo da experiência passada e as novidades que emergem das decisões objetivamente operadas pelos indivíduos na sua práxis social. (MACARIO, 2005, p. 5- 6).

Os(as) feirantes agricultores(as) e feirantes vendedores(as) presentes na FLSF legitimam a continuidade de modos de vida e são fomentadores de biodiversidade e soberania alimentar, visto que há exposição, troca e comercialização de alimentos endêmicos, regionais ao passo que as outras tipologias existentes demonstram o caráter social do trabalho e revela

as causalidades postas pelo modo de produção capitalista e a informalidade típica da atividade. Em todas as tipologias percebe-se que a sobrevivência e dignidade estão ligadas às questões do trabalhar na feira livre, mesmo que o valor apontado pelos(as) entrevistados(as) seja uma complementação na renda e garanta apenas o mínimo para a reprodução social destas famílias.

## 5.2 RESISTINDO E COEXISTINDO: PANDEMIA COVID-19 - A LUTA NÃO PODE PARAR

A Pandemia<sup>44</sup> Covid-19 motivada por síndrome respiratória aguda grave causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2) iniciou-se em dezembro/2019, em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi avisada sobre vários casos de pneumonia na cidade chinesa de Wuhan, província de Hubei, causada por uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e declarou que se tratava de “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata” (OPAS, 2021, n. p).

No Brasil, algumas ações foram iniciadas para instrução/divulgação sobre a doença no site do Ministério da Saúde, repatriação de brasileiros, planejamento de ações para o enfrentamento com ministros de saúde do Mercosul<sup>45</sup>, implantação da lei nº 13.979/2020- Lei da Quarentena (dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019), construção de boletim epidemiológico até o primeiro caso confirmado em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. Desde então, a pandemia e as ações governamentais estatais e municipais

---

<sup>44</sup> O termo “pandemia” refere à distribuição geográfica de uma doença. Os surtos de COVID-19 ocorreram e ainda ocorrem em vários países e regiões do mundo.

<sup>45</sup> O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação dos países da região ao final da década de 80 e hoje, instrumento fundamental para a promoção da cooperação, do desenvolvimento, da paz e da estabilidade na América do Sul. Fazem parte do MERCOSUL: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A reunião foi documentada por meio de declaração, disponível no site <https://www.mercosur.int/documento/declaracion-de-los-presidentes-del-mercosur-covid19/>.

foram variadas e divergentes, com reduções e aumentos no número de casos, medidas como lockdown e, recentemente, o início da vacinação em algumas localidades (OPAS, 2021).

Salienta-se que no âmbito do governo federal, a participação nas reuniões entre estados-nações iniciais representou apenas protocolo de agenda, uma vez que as medidas sanitárias adotadas no Brasil, após o primeiro boletim epidemiológico, foram marcadas por indicações de medicações sem comprovações científicas, discursos negacionistas da ciência, planejamento ineficaz que estão apontadas na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que tem por objetivo apurar ações e omissões do governo Bolsonaro e monitora os repasses de verbas federais para estados e municípios.

Na Bahia, o primeiro caso confirmado foi em 06 de março de 2020 na cidade de Feira de Santana e em 20 de maio de 2020 ocorre a primeira reunião em plataforma on line com os gestores do Governo do Estado, das secretarias de Desenvolvimento Rural (SDR), do Planejamento (Seplan), e de Desenvolvimento Econômico (SDE) para a definição de estratégias de apoio aos municípios baianos, para a realização das feiras livres. Cabe salientar que no mês de março e abril, havia uma orientação por parte das Comissões do Estado da Bahia no Combate a Covid-19 para os municípios baianos evitarem a ocorrência de feiras livres para evitar aglomerações (SEPLAN, 2020).

Entre as estratégias discutidas, a campanha Viva a Feira, apresentada à sociedade no dia 25 de maio de 2020, teve por objetivo manter em atividade a comercialização de alimentos nas feiras livres, com cuidados especiais e um esforço conjunto de feirantes, Prefeituras Municipais, sociedade civil e Governo do Estado. Chama a atenção, a primeira entrevista concedida pelo secretário da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Sr. Josias Gomes, que o propósito desta campanha é promover condições de saúde e higiene:

Queremos ajudar para que essa atividade tão importante aconteça dentro dos protocolos que a Secretaria de Saúde determina. Por isso o nosso esforço para que essas feiras aconteçam dentro das condições sanitárias estabelecidas, como distanciamento, barracas padronizadas e equipamentos de segurança, que incluem a doação de máscaras. (SEPLAN, 2020)

As ações do Programa contemplavam distribuição de kit feirante: máscaras de proteção, álcool em gel, cartilha orientadora e técnicos das prefeituras dariam as instruções com explicação sobre os cuidados que os feirantes devem ter ao participar das feiras livres. Os municípios assinaram um termo de adesão sobre o regramento para o funcionamento das

feiras, sobretudo os municípios com maior índice de transmissão do vírus que na ocasião, eram: Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus.

Durante a entrevista, o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, chamou atenção para a importância da ação:

O Governo do Estado tem adotado medidas que buscam proteger a população desta doença, que é extremamente contagiosa. Por isso, tem buscado atuar em diversas frentes, inclusive com ações para promover mais proteção, tanto para os comerciantes quanto para os clientes das feiras livres, que são locais onde boa parte da população frequenta para a aquisição de alimentos (SEPLAN, 2020).

Observa-se aqui pelas falas dos gestores estaduais, o reconhecimento do Estado sobre a importância das feiras no que tange ao abastecimento das cidades e sobre o conhecimento da situação de precariedade das feiras quanto as normas higiênico-sanitárias. As recomendações que foram utilizadas para a promoção de condições de saúde e higiene no combate à Covid-19 são semelhantes as recomendações RDC nº 216/2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) quanto as condições higiênico-sanitárias das instalações (bancas, equipamentos e utensílios), dos produtores (manipuladores) e dos produtos comercializados (matéria prima).

Dito de outra maneira, verifica-se a ineficiência do Estado quanto as fiscalizações e programas de melhorias para as feiras livres antes da pandemia. Com a pandemia, o programa Viva Feira foi implantado e ações de melhorias das condições higiênico sanitárias começaram a ocorrer, inclusive com determinações de acesso à água para a higienização nos espaços das feiras livres.

No município de São Felipe, foi estabelecida uma comissão com gestores municipais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e representantes da sociedade civil para estabelecer a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção do contágio pelo Novo Coronavírus, cujo primeiro decreto sobre foi o decreto nº 051/2020 publicado em 20 de março de 2020 que determinou:

Art. 2º - Estabelece critérios de funcionamento do comércio pelos seguintes seguimentos:

Das 08 às 12hs - Sapatarias, Confecções, Perfumaria, Mat. de Construção etc

Das 07 as 17hs - Farmácias, Supermercados, Açougues, Minimercados, Panificadoras, Postos de Combustíveis.

**Até às 13hs – Feiras livres**

Até às 22hs - Bares e Restaurantes (máximo de 15 pessoas).

§ 1º Recomenda-se a adoção de medidas para manter a distância mínima de 01 (um) metro entre clientes e atendentes/proprietários em estabelecimentos comerciais.

§ 2º As barracas de feirantes deverão ser dispostas com no mínimo 01 (um) metro de distância, podendo serem alocadas também na Rua das Palmeiras e Rua Barão do Rio Branco, centro de São Felipe. (SÃO FELIPE, 2020, n. p., grifo nosso).

As discussões sobre a FLSF foram pautas das reuniões da Comissão, entre os principais motivos destaca-se: abastecimento da cidade, renda das famílias, entrada e saída de pessoas no município que culminou no Decreto nº 054/2020 de 30 de março de 2020:

§ 3º.- A Feira livre poderá funcionar no período das 07 às 13hs, respeitando o limite de 02 (dois) metros entre as barracas, devendo obrigatoriamente serem alocadas também na Rua das Palmeiras e Rua Barão do Rio Branco, centro de São Felipe.

11 - Feira Livre - Retomará o funcionamento normal apenas para os açougues e feirantes de gêneros alimentícios da agricultura familiar residentes no Município de São Felipe; (SÃO FELIPE, 2020, n. p.).

Em abril, foram implantadas no espaço da FLSF, pias públicas para a higienização das mãos (Figura 27). Ressalta-se que a questão de não acesso à água foi colocada como um dos aspectos negativos da FLSF relatados pelos(as) feirantes.

**Figura 27-** Pia pública no espaço da FLSF, 2021



Fonte: PMSF, 2021.

A representatividade do lócus da feira e a necessidade do distanciamento das barracas culminou no decreto nº 86/2020 de 17 de julho de 2020 que alterou algumas medidas determinadas nos decretos municipais nº 047/2020, 053/2020, 054/2020 e 066/2020 e adotou outras providências de controle ao COVID-19, onde destaca-se

6º Fica suspensa a realização de feira livre que estava sendo realizada às sextas-feiras e sábados na Praça Cônego José Lourenço (Praça da Igreja Matriz), durante o período determinado no artigo 2º deste decreto. (SÃO FELIPE, 2020, n. p.).

Sendo assim, a feira livre possui uma nova localização (Figura 28), o que moradores da cidade de São Felipe por meio de conversas informais afirmaram estar mais organizado e deveria permanecer neste local, mesmo depois da pandemia. As Figuras 29, 30, 31 e 32 revelam a movimentação da feira e a organicidade em tempos de pandemia.

Figura 28- Localização da FLSF, 2021





**Figura 29-** FLSF durante pandemia, Praça Matriz, 2021



Fonte: BISPO, 2021.

**Figura 30-** FLSF durante pandemia, Praça Matriz, 2021



Fonte: BISPO, 2021.

**Figura 31-** FLSF durante pandemia, Praça Matriz, 2021



Fonte: BISPO, 2021.

**Figura 32-** FLSF durante pandemia, Praça Matriz, 2021



Fonte: BISPO, 2021.

Em 18 de julho de 2020, a equipe da Secretaria de Saúde do município juntamente com a Secretaria de assistência social distribuiu na FLSF, máscaras para a população além de orientações sobre os cuidados no combate ao Covid-19, os feirantes tiveram suas temperaturas aferidas e ocorreu distribuição de máscaras, além da orientação da forma correta de utilizá-la na prevenção ao COVID-19. Tal ação reafirma a importância social deste espaço e como espaço político de troca de informações entre as comunidades como relatado no capítulo 3.

Feirantes de outros municípios constitui 19,1% do universo dos feirantes. O decreto nº 091/2020 de 03 de agosto de 2020, determinou que:

2 - Feira livre, será realizada as sextas-feiras e sábados a partir do dia 07 de agosto de 2020 na Praça Cônego José Lourenço (Praça da Igreja Matriz), para os açougues e feirantes de gêneros alimentícios da agricultura familiar residentes no Município de São Felipe, vedada a instalação de feirantes de outros municípios; (SÃO FELIPE, 2020, n. p.).

Verifica-se que neste período houve uma questão de enfrentamento dos feirantes quanto a garantir a permanência da feira durante a pandemia. Um enfrentamento com insurgência, pois o primeiro decreto de proibição foi questionado e a comercialização por telefone (antes somente para reserva de mercadorias) foi possível para alguns feirantes agricultores. Este período de pandemia demonstra a resistência e resiliência dos feirantes quanto a garantir suas existências e re-existências posto que o trabalho vivo expresso no erguer as barracas constitui no ato de garantir a reprodução social destas famílias.

O dia do(a) feirante é comemorado no dia 25 de agosto. Como primeira devolutiva da pesquisa para a comunidade de São Felipe, a autora desta pesquisa juntamente com as demais integrantes do projeto Mulheres nas Feiras<sup>46</sup> com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Felipe realizou uma ação de distribuição de em que foram distribuídos 200 panfletos aos feirantes na FLSF que parabenizava os(as) feirantes pelo dia e informando orientações de prevenção à Covid-19 (figura 33 e 34).

---

<sup>46</sup> O Projeto Mulheres na Feira é composto por 3 pesquisadoras- Michele Paiva, Márcia Paim e Regina Célia Rocha- sobre a temática de feiras livres, negras e periféricas que tem por objetivo divulgar pesquisas sobre feiras livres e promover ações de valorizações das feiras.

**Figura 33-** Distribuição de panfletos na FLSF, 2021



Fonte: Bispo, 2021.

**Figura 34-** Distribuição de panfletos na FLSF, 2021



Fonte: Bispo, 2021.

Esse contexto de pandemia mostrou aos feirantes agricultores, a necessidade de enfrentamento às questões de um planejamento não dialógico, bem como algumas ações que foram consideradas benfeitorias- como as pias públicas- devem permanecer no espaço da Feira para atender as condições mínimas higiênico-sanitárias.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância das feiras livres perpassa pelo abastecimento alimentar nas áreas urbanas, variedade agrícola, sociabilidades, cultura e abarca as relações ecológicas. Para entender a complexidade da FLSF, elegeu-se uma leitura multidisciplinar das produções técnicas e científicas publicadas e pesquisa de campo, para compreender as dinâmicas espaciais da produção, distribuição, troca (circulação) e consumo na feira livre do município de São Felipe e como estas dinâmicas e o frequentar a feira garantem a reprodução social das famílias de agricultores.

Examinada a partir das categorias espaço geográfico e lugar, tendo como fio condutor as leituras do Prof. Milton Santos, a FLSF mostrou que entre diferentes fluxos há dinâmicas entrelaçadas entre objetos e ações, que oferece possibilidades latentes e oportunidades preexistentes. Os são-felipenses, feirantes e frequentadores, vivem a feira todos os dias- quer seja pelo planejamento necessário para que ela ocorra, quer seja pelas dimensões que ela abarca- mas é no sábado que a sua materialidade permite que ela seja vivificada.

Entende-se por feira livre, também chamada feira de rua, uma feira com características específicas, pois é um evento que ocorre em espaço público com determinada periodicidade e as principais mercadorias são os alimentos, podendo ter dimensão escalar local e/ou regional. É na rua, no sol e chuva, que as barracas são montadas e as lonas estendidas, em que relações de identidades, encontros e resistências são evidenciadas e constitui o alicerce para uma exposição de cheiros, cores, sons, ritmos e sabores que a feira livre reúne.

A formação socioespacial do município onde está localizada a Feira foi marcada pela parentalidade e relações de compadrio com propriedades de terras (fazendas de engenhos) do município transferidos aos herdeiros e em alguns casos, ex-escravizados. Com uma população eminentemente rural, pelo quantitativo e qualitativo, a cultural rural é evidenciada no cotidiano e na memória dos seus frequentadores e sujeitos, que no espaço da feira livre é evidenciado na busca de alimentos e produtos típicos que vincula a identidade do “ser da roça”, o lugar-encontro de rever parentes e amigos, troca de conhecimentos e combinar serviços ou atualizar-se dos acontecimentos no município e região.

Com a questão agrária marcada pela desigualdades e pela constituição de minifúndios no município, a produção agrícola municipal e a venda de produtos na feira evidenciam a resistência dos agricultores, em especial dos feirantes agricultores, camponeses que resistem e marcam a sua existências e (r) existências na FLSF.

A FLSF é uma representação que a sociedade são-felipense faz de si mesma com centralidade da vida, com sua existência e r-existência. Do dia a dia ao “erguer as barracas” há um jogo de planejamento e ações originando dinâmicas que combinam existências, resistências, racionalidades e contra-racionalidades sob a lógica do capital diferenciadas no cotidiano, reunindo e dando sentido às atividades dos indivíduos em sociedade, ao passo que garante a reprodução social das famílias de feirantes agricultores, sujeitos que tiveram centralidade nesta pesquisa.

As narrativas demonstram que entre os feirantes há continuidade da atividade entre os descendentes, observando a feira como preservação de um patrimônio familiar que permite condições de suprir as necessidades dos membros da família. Todos trabalham em prol do grupo familiar ou doméstico.

Voltar-se para a feira enquanto circuito curto de comercialização foi importante para analisar a produção agroalimentar dos feirantes agricultores da feira livre de São Felipe, em que fica evidente a heterogeneidade da origem dos produtos, o processo organizativo solidário e tecido em relações de compadrio e parentalidade, além do potencial que a Feira possui para ações que promovam a transição ecológica do município. A construção social deste circuito curto é marcado pelo “fazer a feira” em que há uma interação direta entre feirantes e frequentadores, bem como “levar a feira” proporcionado pela ação dos atravessadores que comercializam diretamente neste espaço e é um agente potencializador das interações regionais e de ciclos viciosos de exploração econômica de agricultores.

Também é identificado uma economia que possui como estratégia de resistência e r-existência comercializar e trocar tudo que é possível no excedente de produção para adquirir produtos necessários a sobrevivência e que mantenha a dignidade humana.

As histórias de vida e luta demonstra que a FLSF nos moldes do processo organizativo respeitoso e dialógico entre os/as feirantes permitem a sua reprodução como lugar da vida em todas as suas dimensões, fugindo à racionalidade homogeneizante e contribuindo com a condição da existência material da sociedade são-felipense.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

ALCANTARA, Denilson Moreira de. **Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de fundo de pasto da fazenda Caldeirãozinho-Uauá/BA**. 2011. 319f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ALENCAR, Cristina Maria Macedo. Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador. **Veritati: Revista da UCSAL**, Salvador, II, 3, 2003.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. **Reconhecendo e potencializando o rural na dinâmica urbana e regional do município de São Felipe** - projeto de pesquisa. Salvador; 2016.

ALVES, Lidiane Aparecida; FILHO RIBEIRO, Vitor. Os mercados públicos e a cidade: as transformações do mercado municipal de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 39, p. 209 – 225, set/2011.

ANDRADE, Aparecido Ribeiro de. Reflexões sobre o pensamento geográfico e a busca de uma metodologia de trabalho na percepção da geografia ambiental. **Revista Geografar**, Curitiba, n. 2, p.29-46, jul. dez. 2009.

ANDRADE, Maicon Leopoldino de. **A monocultura do eucalipto: conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos na região do sudoeste baiano**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, 2015.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)**. 700f. 2012. Tese (Doutorado em História Contemporânea/ Doutorado em História Social)- Universidade do Minho/ Universidade Federal da Bahia, Braga, Portugal.

ARAÚJO, Alexandre Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão bibliográfica brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 26, n.03, p.561-583, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. ASBRAER. Rede de Notícias. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/~asbra024/index.php/institucional>. Acesso em: dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2018. 5 p.

AZEVEDO, F. F.; QUEIROZ, T. A. N. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, 2013, Vol. XVIII, nº 1009. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-1009.htm>. Acesso em: mar. 2014.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Governo lança a campanha Viva a feira para adequar feiras livres e mercados populares aos novos tempos. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/noticias/2020-05-30/governo-lanca-campanha-viva-feira-para-adequar-feiras-livres-e-mercados>. Acesso em: jun. 2020.



BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Plano de Desenvolvimento Sustentável- Zoneamento Ecológico-econômico**. Volume VIII. 3º Relatório Básico. Caracterização dos Territórios de Identidade.2015.

BAIARDI, Amílcar. Ecosistema Recôncavo: possibilidades de desenvolvimento agrícola sustentável e sugestões de linhas de pesquisa. In: BAIARDI, Amílcar. **Potencial de agricultura sustentável na Bahia**: possibilidades e sugestões de linhas de pesquisa. Salvador: Academia Baiana de Ciências, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Rosana de Oliveira Santos. “Renovação de uma cidade; repartição dos homens”: uma reflexão analítica da leitura do discurso de Elisée Reclus. **Revista Geonordeste**, ano XXIII, n.1, 2012.

BERNADELLI, Julio Cezar. **O artesão da “Feira do Largo da Ordem”**: Quem é esse trabalhador? 2019. 180f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

BERNARDINO, Vírgilio Manuel Pereira. **A mobilidade da força de trabalho e do consumo nas feiras de Maringá (PR-BRASIL) e de Leiria (Portugal)**: a resistência do setor no contexto do capitalismo global. 2015. 261f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2015.

BÍBLIA, A. T. Ezequiel. In: **BÍBLIA**. Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos. Tradução da Vulgata pelo Pe. Matos Soares. Rio de Janeiro: Gamma Editorial; Gráfica Ltda, 1982.

BOECHAT, P.T. V; SANTOS, J.L. **Feira Livre**: Dinâmicas Espaciais e relações identitárias. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRANDÃO, Carlos. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda de desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, , Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, v1, n1, mar. 2007.

BRAUDEL, Fernando. **Civilização material, economia e Capitalismo séculos XV-XVIII**- As estruturas do Cotidiano.v. 2.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa do Brasil**. Biênio 2015/2016. Brasília: Senado Federal Secretaria de Editoração e Publicações – Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p.1.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. MAPASAN, Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília – DF:MDS. Secretaria de avaliação e gestão da informação; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2015.

BRASILEIRO, Catharina Thayanne ; CAVALCANTE, Lara Capelo. Relações de trabalho e cultura da informalidade. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v. 3, n. 12, Out./Dez. 2016.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito** – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 12 ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área/ Área 36 Geografia**. Brasília: CAPES, 2016.

CARDEL, Lidia Maria Pires Soares; SOUZA, Márcio Nicory Costa. Metamorfoses da continuidade: balas, acarajés e “banhos”- três comércios da feira de São Joaquim, Salvador, Bahia. In: ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam. **Feiras, feirinhas e feirões: a “economia dos centavos” em foco**. São Leopoldo:Oikos, 2017.

CARLOS, Ana Fani. Uma Geografia do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar e as práticas cotidianas. In: GONÇALVES, Neide Maria Santos; SILVA, Maria Auxiliadora; LAGE, Creuza Santos. **Os Lugares do Mundo. A Globalização dos Lugares**. 1. ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2000. v. 1. 287 p.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, 1998. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso em: 01 jul. 2016.

CASCUDO, Luis Câmara. **A história da alimentação no Brasil**. São Paulo: Editora Global, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura O Poder da Identidade Vol.II**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato(Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. **Da casa à praça pública- a espetacularização das festas juninas no espaço urbano**. Salvador: EDUFBA, 2012.

CAVALCANTE, Leandro V.; LIMA, Luiz C. Epistemologia da Geografia e espaço geográfico: a contribuição teórica de Milton Santos. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 1, p. 061-075. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/127769>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.127769>. Acesso em: mar. 2020.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade- Ensaio sobre o ensino da Geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papirus, 2008.

CAVALHEIRO, A.; PERONDI, M. A.; CORONA, H. M. P. Modernização e tradição: o modo de vida camponês. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural, 53, 2015, João Pessoa. **Anais do 53º Congresso da Sober**, João Pessoa, 2015.

CHAYANOV. A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974.

CHAPMAN, Edward. **Exhibit Marketing: A Survival Guide for Managers**, New York: McGraw-Hill, 1987.

CHAVES, Gilvania Nunes. **Cooperativismo e desenvolvimento local: análise da cooperativa agrícola dos produtores de mandioca de São Felipe/BA**. 173 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional)- Programa de Pós Graduação em em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

CHAVES, Gilvania Nunes; KUSTNER, Rocio Castro. Cooperativismo e desenvolvimento local: análise da cooperativa agrícola dos produtores de mandioca de São Felipe/BA. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 23 a 27 de maio de 2011. **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 23 a 27 de maio de 2011. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisnanpur/article/view/776/76>. Acesso em: jan. 2019.

CHILDE, Gordon. **Progress and Archaeology**. Thinker's Library Series, n. 102. 1945.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 11-46.

CONCEIÇÃO, Letícia Pereira. Cor, compadrio e parentesco nos registros de batismo e casamento da freguesia de São Felipe- Recôncavo Sul da Bahia (1889- 1920). In: X Encontro Regional Nordeste de História Oral- História Oral, Educação e Mídias. Agosto, 2015. **Anais do X Encontro Regional Nordeste de História Oral- História Oral, Educação e Mídias**, Salvador- BA, agosto, 2015.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa; VASQUES, Samuel Tafernaberi; GODOY, Wilson Itamar. Dinâmicas socioeconômicas dos feirantes agricultores familiares de Chapecó (SC). **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n.1, janeiro-abril 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRUZ, Valter Cruz. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A.C.A. et al.(Orgs.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EDUFF, 2007.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco: 1986.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras no Nordeste. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 07, número 13, p. 87-101, 2008.

DEBS, Newman de Faria; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **O direito ao consumo: forma de expressão dos direitos da personalidade**. 2002.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DEMO, 198. DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1981. 255 p.

DENTZ, Berenice Giehl Zanetti von; BENDER, Pablo Martin. Um novo olhar sobre a definição de circuitos curtos de produção e comercialização: situações na região da Grande Florianópolis. **Campo-território**, v. 11, n. 24, p.156- 174, ago. 2016.

DOLFUSS, Olivier. **A análise geográfica**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1973.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999. 244 p.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?**. 1 ed. São Paulo:Expressão Popular, 2017.

FARIAS, Thayanne Costa; BELO, Ronaldo Poça; DA SILVA, Samantha Ribeiro; BAÍA JUNIOR, Pedro Chaves. Comércio ilegal de aves silvestres em feiras livres da Amazônia: um estudo de caso no Município de Abaetetuba, Pará, Brasil. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 9, n. 4, p. 24-28, 2019.

FÁTIMA E LÚCIA. Poema da feira. **Amigas podem tudo!** Piracicaba, 20 nov. 2010. Disponível em: <http://fasilvaelummy.blogspot.com/2010/11/poema-da-feira.html>. Acesso em: nov. 2019.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil- o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERRARI, D. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 2011. 347f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 7. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2008.

FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. **A evolução do pensamento geográfico**. 6. ed. Lisboa: Gradiva, 1990.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 65-83, jul. dez. 2000. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>.

FLORES, Cintya Dantas. **Territórios de Identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial**. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304. Disponível em: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar\\_germani\\_questaoagrariamovimentossociais.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_germani_questaoagrariamovimentossociais.pdf). Acesso em: jan. 2019.

GIARD, Luce. Memórias. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A Invenção do Cotidiano**. Tradução de Ephraim F. Alves; Lúcia Endlinch Orth. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/749765/mod\\_resource/content/2/CERTEAUmem%C3%B3ria.jpeg.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/749765/mod_resource/content/2/CERTEAUmem%C3%B3ria.jpeg.pdf). Acesso em: 13 mar. 2018.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 347f. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, 2008.

GOMES, Paulo César da Costa. **Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. v. 1. Rio de Janeiro: Brasileira, 1999.

GUIMARAES, C. **A feira livre na celebração da cultura popular**. 2010.20f. Trabalho de conclusão de curso- Curso de Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT), Universidade de São Paulo, 2010.

GUIMARAES, Humberto Goulard. Uma odisseia para o espaço: uma proposta de análise da existência espacial humana. Congresso Brasileiro de Geografia. **Anais do Congresso Brasileiro de Geografia**, AGB, 2014.

HEREDIA, Beatriz Maria A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 7).

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/raizes-do-brasil.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Traduzido por Waltensir Dutra. 16 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1958. XXI v

IBGE. Instituto de Geografia Estatística. **Pesquisa de Saneamento Básico, 2008**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45351.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

IBGE. Instituto de Geografia Estatística. São Felipe, Bahia. Evolução Populacional, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2016.

IBGE. Instituto de Geografia Estatística. **Censo Demográfico, 2019**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: nov. 2019.

JACOBS, Jane. **La Economía de Las Ciudades**. Barcelona. Ediciones Península, 1975.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977. 202 p.

JESUS, Simone Soares Batista de; HARDOIM, Paulo César; DINIZ, Matos de Souza. Estudo do impacto no meio ambiente pelo processamento da farinha de mandioca no município de São Felipe, Bahia. **Jornada Científica** – Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2010.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Rio de Janeiro: Acrópolis, 2001. Disponível em: <http://br.egroups.com/group/acropolis/>. Acesso em: mar. 2018.

JESUS, Simone Soares Batista de. **Produção do espaço agrário do município de São Felipe-BA: agricultura familiar e as políticas públicas (PRONAF, PNAE e PAA) 1999 a 2015**. 230f. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969. Disponível em: [https://www.academia.edu/17852603/Karel\\_kosik\\_dialetica\\_do\\_concreto](https://www.academia.edu/17852603/Karel_kosik_dialetica_do_concreto). Acesso em: nov. 2020.

KUNZ, Marizete Zanoni. **O termo no livro de Ezequiel**. 2006.158f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2006.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

LATOURE, Bruno. **A esperança de Pandora**: Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Traduzido por Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

LEANDRO, Maiara Cerqueira; FERRAZ, Ana Emília de Quadros. As contradições da produção do espaço na vida cotidiana da cidade pequena: São Felipe-BA. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós- Graduação em Geografia- ENANPEGE, XIII, São Paulo, 2019. **Anais XIII ENANPEGE**. Disponível em: [https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1565575956\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_Enanpege\\_\\_\\_\\_corrigido.pdf](https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1565575956_ARQUIVO_Artigo_Enanpege____corrigido.pdf). Acesso em: jan. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFRANÇOIS, Patrícia. **O povo ao poder**: reconhecendo o potencial do desenvolvimento socioambiental através da participação popular no município de São Felipe-BA. 164 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental. Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018.

LICORIO, Angelina Maria de; SIENA, Osmar; ALMEIDA, Marcia Rejane de Araújo. Análise bibliométrica da produção científica sobre gestão do conhecimento disponibilizada na base de dados Scielo no período de 1990 a 2012. **Revista Científica Hermes**, n.11, p. 122- 146, jun. dez. 2014.

LIMA, Aline dos Santos Lima. **A territorialização do capital na lavoura de mandioca**: a educação pelo trabalho da Aliança Estratégica do Amido no município de Laje (BA). 377 f. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. Na Feira a gente encontra de tudo...:aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara- Ceará. In: Simpósio Nacional de Geografia Agrária, V, Niterói, 2009. **Anais do V SINGA**, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

LIMA, T. C de; CÂMARA, T. M. da. Importância cultural da feira livre para a população do município de Parnamirim/RN. In: V CONNEPI Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação, V, 2010, Maceió. **Anais do V CONNEPI**, Maceió: Instituto Federal de Alagoas, 2010.

LIMONAD, Ester. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n.1, 2013. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4174/4058>. Acesso em 04 abr. 2018.

LOPES, Sofia Martins Moreira. **Análise do estatuto da palavra prosódica no português brasileiro na interação entre constituintes prosódicos e morfológicos**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 2016.

LUCHESE, Geraldo. **Globalização e regulação sanitária**: os rumos da vigilância sanitária no Brasil. 2001. 329 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, São Paulo, 2001.

LUKÁCS, Gyorgy. O trabalho. In: LUKÁCS, G. **Per una ontologia dell'essere sociale**. Tradução de Ivo Tonet. Roma: Riuniti, 1981.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciométrica e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MAY, John A. **Kant's concept of Geography: and its relation to recent geographical thought**. Toronto: University of Toronto Press, 1970.

MALUF, Renato. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil, agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299- 322, abr., 2004.

MALUF, Renato Sérgio; MENEZES, Francisco. **Caderno de segurança alimentar**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

MARSDEN, T. Theorising food quality: some key issues in understanding its competitive production and regulation. In: HARVEY, M.; MCMEEKIN, A.; WARDE, A. (Ed.). **Qualities of food**. New York: Palgrave, 2004. p. 129-155. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/j.ctt155j52v.13?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/j.ctt155j52v.13?seq=1#metadata_info_tab_contents). Acesso em: fev. 2020.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Martínez-Alier, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARQUES, Guida. Do índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da guerra justa na Bahia Seiscentista. **Revista História**, São Paulo, n.171, jul. dez. 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.  
MACARIO, Epifácio. **Trabalho, reprodução social e educação**. 2005. 161f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v.2, n.2, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/4710/3971>. Acesso em: mar. 2018.

MASSEY, Doren. **Pelo espaço: uma nova política de espacialidade**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Zamboni; BORBA, Marcos Flavio Silva; WAQUIL, Paulo Dabdab; SCHNEIDER, Sérgio. **A realocização e o mercado de cadeias curtas na pecuária familiar do território Alto Camaquã no sul do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Embrapa Pecuária Sul, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1002090/a-relocalizacao-e-o-mercado-de-cadeias-curtas-na-pecuaria-familiar-do-territorio-alto-camaqua-no-sul-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: fev. 2020.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, a Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec ; Salvador : Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MAUSS, Marcell. **Ensaio sobre a Dádiva**- Sociologia e Antropologia. vol. 2. São Paulo: EDUSP, 1974.

MIGLIANI, Felipe. André Amorim: “A feira livre é um espelho das relações de precarização no trabalho”. Felipe Migliani, Jornalismo Independente, **Entrevistas**, 18 de junho de 2020. Disponível em: <https://felipemigliani.com/2020/06/18/a-feira-livre-e-um-espelho-das-relacoes-de-precarizacao-no-trabalho/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MIGUEL, Fernanda Valim Côrtes. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. **Revista Odisseia**, n.5, jan-jun, 2010.

MINNAERT, Ana Cláudia de S. Telles. A feira livre sob um olhar etnográfico. In: FREITAS, Maria do Carmo Soares de; FONTES, Gardênia Abreu Vieira; OLIVEIRA, Nilce (Orgs). **Escritas e narrativas sob alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. 422p.

MORAES, Francianny Keyla Cabral. **O mercado público como equipamento de modernização urbana: o ver-o-peso e o Francisco Bolonha em Belém**. 2017. 108f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. Territorialidades e Sociabilidade na feira livre da cidade de Caicó (RN). **Caminhos da Geografia**, p. 244-249, fevereiro 2006. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15406> >. Acesso em 5 março de 2020.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v.02, n.14, p.48-69.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Espaco, corpo do tempo**. Tese. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MOTT, Luiz Roberto. **A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 1975.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. Subsídios a história do pequeno comércio no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n.105, 1976. Disponível em: <http://revhistoria.usp.br/index.php/en/issues/163-rh-105>. Acesso em: ago. 2018.

NIERDELE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil- aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.52, supl. 01, p. S009-S024,2014.

NORA, Fabianne Dala; ZANINI, Maria Catarina. A Feira como um espaço de sociabilidade. **Revista Retratos de Assentamento**, Araraquara, v.18, n.01, p. 135-154, 2015. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/185/169>. Acesso em: jan. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1998.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. (Entre)linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 2, 2014.

OLIVEIRA, Valdeane dos Santos. **O Plano Diretor do município de São Felipe e a questão ambiental: uma análise da barragem da Copioba e Serra da Copioba (2001-2012)**. 2012. 177f.



Dissertação (Mestrado em Planejamento Ambiental) - Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, 2012.

PAIM, Márcia Regina da Silva. **Do Sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)**. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. Santa Maria: UFSM, 2019.

PELIANO, Anna. Lições da história: avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: BRASIL. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: MDS, 2010. v. 1.

PEREIRA, Michele Paiva; ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Feira livre de São Felipe-BA: expressões de transformações e resistências à urbanização. **Revista Rural & Urbano**, Recife, v. 01, n. 01, p.58-66, 2016.

PEREIRA, Michele Paiva. **Morada e vida: as dinâmicas territoriais e as relações identitárias da feira livre de São Felipe-BA**. 2020. 150f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2020.

PIERRE, Maria Clara Queiroz Maurício; VALENTE, Ana Lúcia. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: XLVIII Congresso da SOBER, Campo Grande, 2010. **Anais do XLVIII Congresso da SOBER**, Campo Grande, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10224387-A-feira-livre-como-canal-de-comercializacao-de-produtos-da-agricultura-familiar-clarapietri-gmail-com.html>. Acesso em: abr. 2018.

PINTAUDI, Silvana Mauri. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Revista Electrónica de Geografía y ciencias Sociales**, vol. X, n. 218 (81), ago., 2006.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da Globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG Jan Douwe Van der. The Food Crisis, Industrialized Farming and the Imperial Regime. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 98 - 106, jan. 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1471-0366.2009.00251.x>. Acesso em: mar. 2020.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 347 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262942/mod\\_resource/content/2/A\\_grande\\_transformac%CC%A7ao\\_as\\_origens\\_de\\_nossa\\_epoca\\_Polanyi.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262942/mod_resource/content/2/A_grande_transformac%CC%A7ao_as_origens_de_nossa_epoca_Polanyi.pdf). Acesso em: jan. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **geographia**, v. 8, n. 16, p. 41- 55, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo- colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PROJETO GEOGRAFAR. 2020. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/>. Acesso em: mar. 2020.

RAMOS, Vinnie Mayana Lima; PEREIRA, Michele Paiva; ALENCAR, Cristina Maria Macedo. A invisibilidade da cultura rural da feira livre no Plano Diretor de São Felipe. **Revista Geoiंगा**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 90-106, 2017.

RAMOS, Vinnie Mayana Lima. **Dispor-se ao desenvolvimento socioambiental: Ir além do plano diretor**. 335f. 2018. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental. Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018.

RAU, Virgínia. RAU, Virginia. **Feiras medievais portuguesas: subsídios para seu estudo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

RAUPP, Marcelo. **A história da transmissão e da tradução da Bíblia em nível mundial e no Brasil e as marcas ideológicas nas primeiras traduções brasileiras completas dessa obra**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós Graduação em Estudos de Tradução. Florianópolis, SC, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135148/334379.pdf?sequence=1> Acesso em jun. 2018.

RICOTTO, Alcides Juvenal. **Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: O caso das feiras livres de Misiones, Argentina**. RS, 2002. Dissertação. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SÁ, Márcio Gomes de. **Os filhos das feiras e o campo de negócio agreste**. 271 f. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, José Erimar dos. **Feira livre e circuitos da economia urbana: um estudo da feira da Pedra, em São Bento (PB)**. 2012. 294f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SANTOS, Félix Souza. **Crise Agrícola no Recôncavo baiano (1890-1910): Município de São Felipe/Bahia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2013.

SANTOS, Félix Souza. “O pão nosso de cada dia”: a farinha de mandioca na cidade da Bahia e sua lavoura no Vale do Copioba, no Recôncavo Baiano. 313f. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social)- Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2018.

SANTOS, Félix Souza. **Município de São Felipe, Recôncavo Baiano: formação histórica e desenvolvimento socioeconômico 1678- 1950**. No prelo.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec. 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Rossevelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, jan/dez, 1999.

SANTOS, Vanessa. **Cores, cheiros, sons, saberes e fazeres: Feira de Lagarto/SE**. 2018. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SÃO FELIPE. LEI MUNICIPAL Nº 743/2013. De, 18 de Junho de 2013. Altera a Lei Complementar nº 05/2007, de 21 de novembro de 2007, e dá outras providências.

SAQUET, Marcos Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v.20, n.03, p.479- 505, 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio; MEIRA, Raquel. Redes curtas de comercialização: a proximidade política, pessoal e espacial da articulação entre o rural e o urbano. **Revista Movimentos Espaciais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6, n. 2, 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica**. 22 ed. Vozes: Petrópolis, 2013.

SATO, Leny. **Processos Cotidianos de Organização do trabalho na feira livre**. Psicologia & Sociedade, 19, Edição Especial 1: 95-102, 2007.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. O Método Biográfico em Sartre: contribuições do existencialismo para a psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 289-308, 2008.

SILVA, Armando Côrrea da. **De quem é o pedaço? - Espaço e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1986.  
SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro, IPEA, 2015.

SILVA, Bruno Jacobson da. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: emancipação socioeconômica na agricultura familiar?**2015. 121 f. Dissertação ( Mestrado em Agroecossistemas)- Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, Gustavo Pinto da. **A construção social dos circuitos curtos de comercialização e consumo de alimentos: a emergência de novas institucionalidades**. 2016. 203 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural)- Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo; DAMACENO, Ana Daniella; MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues; SOBRAL, Karine Martins; FARIAS, Isabel Maria Sabino de Farias. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE/ III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, outubro 2009. **Anais do IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE/ III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, outubro, 2009. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124\\_1712.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf) . Acesso em: jan. 2019.

SOUZA, Crizan Graça; OLIVEIRA, José Aldemir de; OLIVEIRA, Geisilane Tavares de. Leitura epistemológica da evolução do pensamento geográfico na teoria social crítica. **Revista Geonorte**, v.8, n.28, p.130-144, 2017.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: Casa da Palavra, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **Mudar a cidade-** Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

STROH, Paula Yone. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza:** Estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife:Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

TATHAM, George. **A geografia no século dezenove.** Boletim geográfico, Rio de Janeiro, nº 150, ano XVII, 1959, p. 189-226.

TURGOUT, Anne-Robert Jacques. Fórum. In: GUIZOT, François; OLIVEIRA, Terezinha; MENDES, Claudinei Magno Magre (Org). **Formação do Terceiro Estado:** as comunas. Maringá: EDUEM, 2005

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: mar. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida.** Série Estudos Rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais [...].** São Paulo: ANPOCS, 1996. Não paginado. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/309202008\\_Mercados\\_e\\_Agricultura\\_Familiar](https://www.researchgate.net/publication/309202008_Mercados_e_Agricultura_Familiar). Acesso em: jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Repositório Institucional.** 2020.

VALLE, Dimitri do. Área e população da agricultura caem, revela IBGE. **Gazeta do povo**, Curitiba, 25 out. 2019, Agronegócio, não paginado. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura-familiar/censo-aponta-menos-agricultores-familiares/>. Acesso em: nov. 2019.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **CI Inf.**, Brasília, v.31, n.2, p.152-162, maio/ago. 2002.

VEDANA, V. **Fazer a feira: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VEDANA, V. **No mercado tem tudo que a boca come: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo.** Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13383> . Acesso em: 31 ago. 2018.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 41-68, jan./jun. 2013.

VEIGA, Eli da. **Cidades imaginárias** – O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Intertexto, 2003.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. Lisboa: Oficina de Simão Teodoro Ferreira, 1798.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam. Breve observações sobre feiras, mercados e campesinatos. In: ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam. **Feiras, feirinhas e feirões: a “economia dos centavos” em foco**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais**- uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ZELIZER, V. Dinero, circuito, relaciones íntimas. **Sociedad y economía**, Cali, v. 14, p. 11 - 34, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=99616725001>. Acesso em: 01 jun. 2014.

### Apêndice A- Questionário I

Pesquisa de campo- Questionário com os feirantes

Pesquisa: Feira de São Felipe: expressões de transformações e resistências à urbanização

Nome do feirante \_\_\_\_\_

Local onde mora \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

Grau de instrução ( )Analfabeto ( )Alfabetizado ( )Ensino fundamental ( ) Ensino médio ( )Técnico ( ) Superior

Produtos Vendidos \_\_\_\_\_

Qual a origem e percentual dos produtos vendidos em sua banca?

Produção própria	CEASA	Intermediários	Comprado direto do produtor
( )0%			
( ) 25%			
( )50%			
( )75%			
( )100%			

Qual a situação da sua banca ( )própria ( )alugada ( )cedida Taxa R\$ \_\_\_\_\_

A feira é sua única renda? \_\_\_\_\_

Participa de outras feiras? \_\_\_\_\_

Por que razão você se tornou feirante?

Como era a feira antes do supermercado? E depois do supermercado?

Em qual dia/horário arruma a barraca? \_\_\_\_\_

Tempo para chegar: \_\_\_\_\_ Modo \_\_\_\_\_

A que horas vai embora dela? \_\_\_\_\_

O que é a feira para você?

Observações

## Apêndice B- Questionário II

### Entrevistados: Feirantes

Data \_\_\_\_\_ Início da entrevista \_\_\_\_\_ Fim da entrevista  
\_\_\_\_\_

Nome do feirante \_\_\_\_\_

Local de nascimento \_\_\_\_\_

Local onde mora \_\_\_\_\_

Estado civil \_\_\_\_\_

Telefone para contato \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

1. Grau de instrução ( ) Analfabeto ( ) Alfabetizado ( ) Ensino fundamental ( ) Ensino médio ( ) Técnico ( ) Superior

2. Produtos vendidos

\_\_\_\_\_

Produtos vendidos em outras épocas \_\_\_\_\_

3. Qual a origem dos produtos e percentual dos produtos vendidos em sua banca?

POR PRODUTO	Produção própria ou extrativismo	CEASA	Intermediários	Comprado direto do produtor
	( ) 0	( ) 0	( ) 0	( ) 0
	( ) 25%	( ) 25%	( ) 25%	( ) 25%
	( ) 50%	( ) 50%	( ) 50%	( ) 50%
	( ) 75%	( ) 75%	( ) 75%	( ) 75%
	( ) 100%	( ) 100%	( ) 100%	( ) 100%

4. O que motivou:

Plantio ou extrativismo?

Escolha dos produtos na CEASA, Intermediários e/ou produtores?

5. Quais cultivos têm na sua roça? (no caso de feirantes agricultores)

6. Qual a situação da sua banca? ( ) própria ( ) alugada ( ) cedida

7. Qual a taxa? R\$ \_\_\_\_\_

8. Qual a renda mensal?

9. A feira é sua única renda? Quais são as outras rendas?

10. Participou de alguma capacitação realizada pelo governo? Qual?
  11. Participa de outra(s) feira(s)? Qual (is)?\_
  12. Quantas pessoas no núcleo familiar? Quantos dependentes?
  13. Por que razão você se tornou o feirante?
  14. Quais pontos positivos e negativos da feira livre de São Felipe?
  15. Qual a importância da feira livre para o município?
  16. Quais alimentos são comprados na feira?
  17. Quais alimentos são trocados na feira?
  18. Quais serviços que utiliza no dia de sábado?
  19. Qual o dia realiza a compra de alimentos ( mensal/semanal ) de casa?
  20. Quais os produtos compram no supermercado?
  21. Realiza venda dos produtos na residência?
  22. Quais as modificações que percebeu na feira livre durante este período que participa?
  23. Vende no crédito? ( cartão de débito/crédito, caderneta, não aceita, acordo “de boca” )?
  
  24. Há reserva de mercadoria? como funciona?
  25. Como é o funcionamento da feira? (Processo organizativo)
  26. Em qual dia arruma barraca?
  27. Tempo para chegar: \_\_\_\_\_ Modo \_\_\_\_\_
- Observações :



**Apêndice C- Entrevista com Presidente do Sindicato**

Entrevistado: Presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Nome \_\_\_\_\_  
Local onde mora \_\_\_\_\_  
Local de nascimento \_\_\_\_\_  
Estado civil \_\_\_\_\_  
Telefone para contato \_\_\_\_\_  
Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

1. Morador de São Felipe? Há quanto tempo?
2. Nasceu em que município? Nasceu na sede do Município ou na zona rural? Qual o motivo da mudança?
3. Quais ações desenvolvidas pelo Sindicato?
3. O Sindicato realizou/realiza ações destinadas para a feira livre?
4. Quais são os projetos de valorização das potencialidades locais?
5. O Sindicato realizou algum estudo sobre a feira livre do município ou participou de alguma parceria com universidade, órgãos do Estado? Em qual gestão?
6. Sabe o que o Plano de Governo do atual prefeito trata sobre a questão da feira livre?
7. Há investimentos e incentivos, como auxílio técnico para os agricultores do Município (merenda escolar) /desenvolvimento da agricultura familiar/ acesso às políticas PNAE/PAA, microcrédito rural? Quais as principais ações?
8. Como o Sindicato acessou estas políticas?
9. Quais as dificuldades encontradas pelo Sindicato para promoção de ações que visem o desenvolvimento rural?
10. Aponte pontos positivos e negativos